FOLHA DE S.PAULO

HÁ 100 ANOS ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 ★ Nº 33.810 | QUARTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2021 | R$ 5,00

O autor Gilberto Braga, em 2015 Leo Martins/Agência O Globo

Oposição põe em xeque PEC dos precatórios e aumento de gasto

Votação de proposta que daria a governo R$ 83 bilhões a mais para gastar em ano eleitoral é adiada

O governo adiou a votação da PEC dos precatórios, que driblaria o teto de despesas, após a oposição defender o esvaziamento do projeto. A proposta, que limita o pagamento desse tipo de dívida, permitiria a Jair Bolsonaro ampliar em R$ 83 bilhões os gastos em ano eleitoral.

O valor possibilitaria bancar o Auxílio Brasil de R$ 400, programa com que Bolsonaro quer substituir o Bolsa Família e usar de bandeira.

Aprovada em comissão da Câmara, a PEC precisa de 308 dos 513 deputados e do aval do Senado para virar emenda à Constituição.

Em reunião ontem, os partidos de oposição decidiram que votariam contra o dispositivo, afirmando que o adiamento do pagamento dos precatórios criaria uma "bola de neve". "Essa ideia é fiscalmente irresponsável", declarou o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

Com isso, líderes governistas e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tentam obter o apoio para aprovar as medidas em reuniões com representantes de partidos da base e independentes.

Senadores, por sua vez, hesitam diante da reação dos mercados financeiros.

Analistas e investidores temem que as alterações sepultem 25 anos de equilíbrio fiscal e levem à consequente alta da inflação. Como reflexo, economistas já projetam uma alta de juros básicos que levaria a taxa Selic para perto de 12% no início do ano. Mercado A14 e A15

Ilustrada C5

Morre Gilberto Braga aos 75

Autor de telenovelas como 'Vale Tudo' e 'Paraíso Tropical' morre com infecção

Ilustrada C1

Ex-carcereiro, cineasta hoje busca uma vaga no Oscar

Esporte B8

Maurício é afastado do Minas por falas homofóbicas

Mundo A14

EUA retomam vistos para brasileiros e abrem novas vagas

Brasil será combativo na COP26, diz Mourão

COP26

O governo Jair Bolsonaro terá postura combativa na COP26, na qual renovará pedido aos demais países para que paguem ao Brasil pela preservação da Amazônia, disse o vice Hamilton Mourão. "Acho que deve haver uma negociação no sentido de o país ser compensado." Ambiente B1

Raimundo Paccó/FramePhoto/Agência O Globo

PROTESTO DE CAMINHONEIROS INTERDITA RODOVIA NO PA

Caminhões bloqueiam a BR-316 no município paraense de Benevides, em ato cuja pauta incluía o reajuste do diesel; motoristas autônomos prometem paralisação nacional dia 1º Mercado A20

Inflação prévia de outubro tem alta de 1,2%, a maior desde 1995

Mercado A17

Hélio Beltrão

Proposta poderá derrubar a casta político-rentista

Mercado A21

CPI aprova relatório e pede punição de Bolsonaro e de 79

A CPI da Covid chegou ao fim com a aprovação — por sete votos a favor e quatro contra — do relatório do senador Renan Calheiros, que atribui crimes ao governo federal e pede a responsabilização de vários agentes, sobretudo Jair Bolsonaro.

A versão final faz 80 sugestões de indiciamento, sendo 78 pessoas e duas empresas — Precisa Medicamentos e VTCLog. O parecer aponta que há provas de que o governo foi omisso e agiu "de forma não técnica e desidiosa" na crise. Poder A4 e A5

ANÁLISE

Bruno Boghossian

Comissão lança peso adicional sobre presidente

O pedido de indiciamento contra Jair Bolsonaro tende a dormir nas gavetas de Brasília, mas terá efeito político, que se soma ao avanço da inflação e às incertezas sobre a recuperação do emprego. Tudo isso deve cobrar um preço do governo para 2022. Poder A7

Principais pedidos de indiciamento

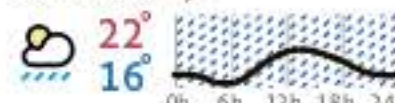
- **Jair Bolsonaro** Presidente da República
- **Marcelo Queiroga** Ministro da Saúde
- **Eduardo Pazuello** Ex-ministro da Saúde
- **Ernesto Araújo** Ex-chanceler
- **Onyx Lorenzoni** Ministro do Trabalho e Previdência
- **Walter Braga Netto** Ministro da Defesa
- **Flávio, Carlos e Eduardo Bolsonaro** Senador, vereador e deputado federal

PAINEL

Aval de diretórios paulistas do PSDB a Leite acirra disputa com Doria

Poder A4

ATMOSFERA

São Paulo hoje

ISSN 1414-5723

China anuncia plano para reduzir poluentes antes de 2030 B1

Cortes na Ciência afetam estudos de vacinas

Pesquisadores de vacinas contra Covid temem falta de financiamento público devido ao corte de R$ 600 milhões no ministério. B4

EDITORIAIS A2

Centrão universitário

Sobre proposta de criação de instituições federais.

Agitador silenciado

Acerca de ordem de prisão de jornalista bolsonarista.

opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Centrão universitário

Plano do MEC para criação de universidades em redutos de aliados do governo é um disparate

O Ministério da Educação parecia já ter vivido o pior com as gestões excêntricas de Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, primeiros ocupantes da pasta sob Jair Bolsonaro. Aí veio Milton Ribeiro, que cumulou o desvario ideológico com um disparate administrativo, a serviço da argentária base parlamentar do presidente.

Na semana passada, em audiência na Câmara dos Deputados, Ribeiro apresentou projeto para criar cinco universidades e seis institutos federais. Pode parecer pouco, diante de 18 universidades e 173 campi inaugurados por governos petistas de 2003 a 2014. Na realidade, trata-se de exorbitância sem paralelo.

As instituições criadas por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff permitiram aumentar de 500 mil para 932 mil o número de estudantes matriculados em universidades federais entre 2002 e 2014. As 11 unidades pretendidas por Ribeiro, em contraste, não acrescentam nenhuma vaga ao sistema.

Na realidade, não se trata de universidades e institutos novos, mas de desmembramento de instituições que já existem. Não haverá ingresso de estudantes, mas sim 2.912 cargos para preencher, a um custo anual que pode ficar entre R$ 147 milhões, segundo o MEC, e R$ 500 milhões, nas contas do Ministério da Economia.

Pistas sobre as razões verdadeiras do plano tresloucado surgem quando se consideram os locais contemplados. Despontam estados como o Piauí, base eleitoral do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), e Goiás, que não constava do projeto original e acabou incluído para afagar o deputado Vitor Hugo (PSL).

Maringá (PR), a cidade da qual já foi prefeito o líder do centrão e do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP), nem mesmo dispõe de campus para ser desmembrado. O município ganharia, entretanto, um instituto federal. Decerto não faltarão interessados em auferir rendimentos com a oferta de terrenos para o estabelecimento.

Não há previsão de recursos para executar tal plano na proposta de Orçamento para 2022. Ainda no malfadado 2021, faltam R$ 124 milhões para a Capes honrar o pagamento de bolsas de formação de professores já concedidas. Cerca de 60 mil beneficiários arriscam ficar a ver navios.

Este é o governo que palavreia sobre contenção de gastos de pessoal com a mesma desfaçatez com que Bolsonaro propaga mentiras sobre as vacinas que oferecem proteção contra a Covid-19.

Este é o governo que mantém à frente da pasta da Educação Milton Ribeiro, agachado diante dos próceres do centrão: sem vagas para estudantes e professores, mas com dinheiro para comprar a omissão do Congresso diante das atrocidades bolsonaristas.

Agitador silenciado

STF impõe censura ampla a bolsonarista ao ordenar prisão e bloqueio de contas na internet

Dono de um canal de vídeos com mais de 1 milhão de seguidores na internet, o jornalista Allan dos Santos destacou-se nos últimos anos como um dos mais estridentes apoiadores do presidente Jair Bolsonaro.

Na semana passada, ele foi silenciado pelo ministro Alexandre de Moraes, que conduz no Supremo Tribunal Federal investigações sobre uma rede de bolsonaristas que usa as plataformas digitais para espalhar desinformação e fomentar ódio e descrédito na democracia.

Santos vive nos Estados Unidos desde o ano passado, quando virou alvo de outro inquérito conduzido pelo magistrado, o que apurou o envolvimento de bolsonaristas com a organização de manifestações de caráter antidemocrático.

Moraes também mandou bloquear todos os canais do agitador nas redes sociais, congelou suas contas bancárias e determinou que o governo peça aos EUA sua extradição para que seja trancafiado no Brasil.

Para a Polícia Federal, que pediu ao STF a prisão do jornalista, Santos precisa ser contido porque tem usado seu poder de comunicação para atacar as instituições, desacreditar o processo eleitoral e gerar animosidade na sociedade.

Seguida dias depois pela decisão do Facebook de remover o vídeo infame em que Bolsonaro atacou as vacinas contra a Covid, a ordem judicial mostra que se estreita cada vez mais o espaço do mandatário para envenenar o debate público.

Há diferenças, porém. O Facebook justificou a derrubada do vídeo acusando o presidente de violar os termos de uso da empresa, que proíbe os usuários de disseminar falsidades sobre vacinas na plataforma.

A censura imposta a Allan dos Santos é mais ampla, e por isso mais inquietante. Ela impede que ele continue a se manifestar nas redes e barra o acesso de seus seguidores a tudo que ele publicou no passado, sem distinguir banalidades de ofensas e atos criminosos.

Moraes também determinou que o Google e provedores de internet forneçam dados de todos os seguidores que fizeram contribuições financeiras a Santos durante as transmissões do seu canal de vídeos.

Cabe aos investigadores desvendar o funcionamento da engrenagem odiosa que sustenta os bolsonaristas nas redes sociais e identificar os que abusam da liberdade de expressão garantida pela Constituição para sabotar a democracia. Cumprirá ao plenário do STF definir com nitidez os limites que separam o exercício desse direito fundamental e a prática de delitos.

Aliança espúria

Hélio Schwartsman

Reza o artigo 19, inciso I da Constituição: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público". Em mais uma de suas múltiplas violações à Carta, o presidente Jair Bolsonaro telefonou para seu homólogo sul-africano, Cyril Ramaphosa, e lhe pediu que desse luz verde à indicação de Marcelo Crivella para o cargo de embaixador em Pretória.

Crivella, ex-prefeito do Rio, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) e sobrinho de seu proprietário, Edir Macedo, não é conhecido por seus dotes diplomáticos. Segundo colunas de bastidores, foi indicado para o posto como gesto de agrado de Bolsonaro à Iurd. Acredita-se que sua presença como representante do Brasil no continente africano ajudaria a Iurd, que vem enfrentando problemas em vários países da região, notadamente em Angola.

Bolsonaro feriu o artigo 19 quando indicou Crivella em junho e de novo agora, quando pressiona Ramaphosa. Se ainda dá para admitir que o Itamaraty ajude empresas brasileiras no exterior, já que seu êxito se converte em mais impostos arrecadados, que serão usados em favor do país, o mesmo não se pode afirmar de igrejas, que gozam de imunidade tributária. Institucionalmente, o Brasil é indiferente ao sucesso ou fracasso da Iurd ou de qualquer outra fé.

Em matéria de religião, o papel do Estado é apenas assegurar que cada cidadão possa rezar para os deuses que preferir, sejam espíritos da floresta, Apolo ou o Deus cristão. A liberdade religiosa interessa muito mais às pessoas que têm fé do que a ateus. Aliás, os evangélicos só tiveram oportunidade de se multiplicar no Brasil porque o Estado deixou de usar seus poderes para favorecer o catolicismo.

helio@uol.com.br

Bolsonaro apela aos fantasmas

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro deve chegar ao ano eleitoral com a inflação nas alturas, a economia em marcha lenta, promessas de campanha descumpridas e um indiciamento nas costas por crime contra a humanidade. Com poucos argumentos para pedir mais um mandato nas urnas, o presidente agita velhos fantasmas e tenta conquistar votos pelo medo.

Percebe-se que o governo não tem nada a apresentar quando Bolsonaro apela para a ladainha do perigo socialista no Brasil. Nesta terça (26), o presidente usou refugiados venezuelanos como figurantes dessa plataforma política. Em Roraima, ele visitou um desses grupos, fez referência a governos de esquerda e disse que a miséria no país vizinho era resultado de "escolhas erradas".

"É aquele pessoal do Foro de São Paulo, sempre enganando o povo, induzindo as pessoas a ir para a esquerda, se associar ao socialismo", afirmou Bolsonaro, num vídeo produzido para as redes sociais. "Governos de esquerda no passado ajudaram a chegar lá isso que está na Venezuela, que nós nos preocupamos que não aconteça no Brasil."

O primeiro alvo do presidente nessa campanha é óbvio: o antipetista delirante que enxerga na ditadura venezuelana o espelho de um futuro governo Lula. Bolsonaro quer convencer esse eleitor a ignorar o vazio de seu mandato, uma vez que reelegê-lo seria a única maneira de evitar a volta da esquerda ao poder.

O presidente também tenta desarmar outra bomba ao associar a miséria à coloração do regime da Venezuela. Bolsonaro quer passar aos mais pobres a mensagem de que um governo de esquerda produziria mais fome, num esforço para reduzir sua desvantagem no embate eleitoral com Lula na área social.

Na campanha de 2018, Bolsonaro teve sucesso ao elevar às alturas a estridência do antipetismo e se vender como uma barreira fundamental para conter a esquerda. Desta vez, aquelas assombrações podem não ser suficientes para garantir sua vitória. O presidente será julgado nas urnas pela catástrofe que produziu.

Os cúmplices de Bolsonaro

Mariliz Pereira Jorge

Heinze. Zambelli. Kicis. Barros. Terra. Jordy. Flavio. Eduardo. Carlos. Todos Bolsonaro. Esses nomes deveriam entrar para a história como cúmplices dos crimes cometidos pelo presidente na pandemia da Covid-19. Foram incluídos na lista de pedidos de indiciamento da CPI que apura irregularidades.

Jair Bolsonaro causou uma devastação no país com a sua política de morte, mas não teria capacidade de, sozinho, guiar a população para o abismo. Não fosse o apoio e o assessoramento desses parlamentares e de tantos outros, apenas Jair choraria no banheiro sozinho, não o país inteiro, refém de um governo criminoso e de políticos canalhas.

A CPI tenta emplacar o que as comissões de Ética do Congresso falham em fazer: apontar abusos, falta de decoro e possíveis crimes cometidos por parlamentares que usam a estrutura pública para espalhar desinformação, boicotar políticas eficazes de enfrentamento da pandemia, atacar adversários políticos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), correu para dizer que viu excesso na inclusão de Heinze no relatório. Governistas chiaram, a CPI amarelou e ele se safou. Eu preferia ser acusada de etarismo e dizer que o senador gaúcho é só um tiozão gagá, mas é caso de mau-caratismo mesmo.

Excessos foram cometidos a rodo por ele, que usou o palanque da CPI para repetir mentiras, enaltecer medicamentos inapropriados, defender médicos inescrupulosos. Na votação do relatório da CPI, voltou a mentir, assim como outros senadores. É gente que já deveria estar presa.

Detesto ser pessimista. A sociedade passou os últimos meses grudada nos desdobramentos da comissão, que mostrou que Jair Bolsonaro, ministros, parlamentares, médicos e empresários usaram a vida de milhares de brasileiros como fiança para um projeto de poder e de lucro. Os crimes estão aí, o relatório da CPI pode ser aprovado, mas acredito que não veremos alguém punido.

Sem teto a casa cai

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escreve às quartas

A "causa causans" para a formulação do teto de gastos foi a necessidade urgente de devolver à sociedade brasileira a perspectiva de solvência do Estado dentro de um horizonte razoável.

Com a destruição gradual e cuidadosa das regras fiscais que vigoravam até então e em plena recessão econômica, criou-se um mecanismo de coordenação através do qual o Estado prometia, a partir da contenção do ritmo de crescimento dos gastos públicos, ser fiscalmente responsável até 2026.

Pode-se discutir se o teto era o melhor instrumento para fazer isso, mas é inegável que ele auxiliou no cumprimento de seu propósito primário original e, com isso, contribuiu para derrubar a taxa de juros e dar maior estabilidade à economia brasileira.

É por essa razão que as escolhas da semana passada causam estrago. Executivo e Legislativo abrem mão desse útil artefato de comprometimento com uma trajetória futura sem dizer à sociedade o que colocarão em seu lugar, e os agentes econômicos perdem a baliza para avaliar a (in)sustentabilidade da dívida pública.

A consequência é o comportamento visto nos preços de ativos e a disparada dos juros, o que resultará em mais inflação, menos crescimento e menos renda, principalmente para os mais pobres. Reflete a opção míope de reformular o teto no primeiro instante em que ele se mostra uma restrição verdadeiramente ativa, sem que haja a revisão dos gastos de baixíssima eficácia que dormem no Orçamento; sem a contenção dos ímpetos eleitoreiros dos que querem irrigar suas bases políticas com recursos para maximizar sua probabilidade de reeleição; sem forçar ao constrangimento público os que optam por manter duas dezenas de bilhões de reais em emendas de relator. Tudo em detrimento das prioridades da sociedade brasileira em meio aos efeitos da maior pandemia em mais de cem anos.

E é por isso que a engenhoca não se torna "menos grave" pelo fato de o montante final do "extrateto" ser pequeno em relação ao total do Orçamento ou porque a trajetória do gasto primário como proporção do PIB ainda será declinante. Tudo isso é verdade, mas não altera a realidade (nem as consequências) da violação da credibilidade do elo com um futuro fiscalmente sustentável nem os efeitos da recusa reiterada de fazerem-se escolhas dentro das regras do jogo.

Jogamos fora a chance de consolidar uma perspectiva econômica melhor para 2022, depois da boa recuperação relativa em 2020-21. A necessária e imprescindível atenção ao mais pobres —obrigação moral do Estado— é usada como escudo para justificar escolhas autointeressadas.

Não é pelos R$ 400.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O crédito responsável e a lei sobre o superendividamento

Devolve-se a chance de saldar dívidas e reingressar no mercado consumidor

Claudia Lima Marques e Laís Bergstein

Advogada, doutora em direito e professora titular da UFRGS, é relatora-geral da Comissão de Juristas do Senado para a atualização do Código de Defesa do Consumidor

Advogada, doutora em direito do consumidor e concorrencial e docente do Programa de Mestrado Profissional em Direito, Mercado, Compliance e Segurança Humana (Faculdade Cers)

Pouco antes de completar 31 anos, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) foi atualizado pela lei 14.181/2021 para estabelecer um novo regime jurídico de prevenção e tratamento do superendividamento no Brasil. Trata-se de uma política pública de fomento ao crédito responsável, à educação financeira e à cultura de pagamento, preservando-se uma renda mínima digna para a subsistência do superendividado.

Elaborado por renomada comissão de juristas presidida pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o projeto pautou-se em parte na experiência desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, principalmente pelas juízas Clarissa Costa de Lima e Karen Bertoncello.

Em resumo, a nova lei protege o consumidor pessoa natural e de boa-fé; fomenta práticas de crédito responsável, educação financeira e ambiental, prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento; e prevê a revisão e a repactuação de dívidas.

Também proíbe práticas abusivas (arts. 54-C e 54-G do CDC), como: 1 - indicar que não há consulta à situação financeira do consumidor; 2 - dificultar a compreensão sobre ônus e riscos da contratação; 3 - assediar ou pressionar o consumidor a contratar o produto, serviço ou crédito, principalmente idoso, analfabeto, doente, em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio; 4 - condicionar o atendimento à renúncia ou à desistência de ações, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais; e 5 - cobrar quantias contestadas pelo consumidor em compra realizada com cartão de crédito (CDC, art. 54-G, I) ou dificultar o bloqueio do cartão de crédito ou similar.

A instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos de superendividamento contribui para desafogar o Judiciário, pois ações e execuções sem perspectiva de resultado passam a ser solucionadas em bloco. Na nova lei, destacam-se: direito à informação adequada e clara, considerada a idade do contratante; direito de arrependimento da compra de bem financiado (como automóveis, na forma do art. 54-F, § 1º, CDC) ou por inexecução de obrigações do fornecedor (CDC, art. 54-F, § 2º); audiência conciliatória de repactuação de dívidas de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada (CDC, art. 104-A); se a conciliação for inexitosa, processo de revisão e repactuação das dívidas, com a citação de todos os credores que não tenham integrado o acordo (CDC, art. 104-B).

[...]

A lei 14.181/2021 contribui com a evolução do mercado de crédito, bancário e financeiro para o paradigma do crédito responsável e reforça a boa-fé que deve guiar as relações de consumo, valorizando o microssistema do Código de Defesa do Consumidor e a retomada da economia com mais dignidade para os consumidores

O plano judicial compulsório assegurará aos credores o valor do principal devido e preverá a liquidação da dívida após quitação do plano de pagamento consensual em no máximo cinco anos, com moratória de até 180 dias para a primeira parcela.

Não há proteção ao consumidor que contrai dívidas mediante fraude ou má-fé, oriundas de contratos celebrados dolosamente ou relativas a itens de luxo de alto valor. A atualização do CDC segue diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do Banco Mundial e de outras organizações internacionais.

A ordem econômica "tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social" (art. 170 da Constituição Federal).

A sanção da lei 14.181/2021 contribui com a evolução do mercado de crédito, bancário e financeiro para o paradigma do crédito responsável e reforça a boa-fé que deve guiar as relações de consumo, valorizando o microssistema do CDC e a retomada da economia com mais dignidade para os consumidores. Devolve-se ao superendividado a possibilidade de gerir seu patrimônio e a dignidade de saldar as dívidas para reingressar no mercado de consumo, beneficiando a todos.

'Masculinidade tóxica'

Agenda de desconstrução torna o homem ocidental mais fraco e confuso

Gabriel Kanner

Presidente do Instituto Brasil 200, é formado em relações internacionais na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

No ano passado, o cantor britânico Harry Styles estabeleceu um marco nunca antes alcançado. Styles se tornou o primeiro homem da história a estampar a capa da Vogue, a mais conceituada revista de moda do mundo. Com um detalhe: Harry aparece vestido como uma mulher.

No ensaio fotográfico, o cantor aparece ostentando com naturalidade vestidos, blusas femininas e saias. A capa "revolucionária" gerou um frenesi pelo mundo todo. A "conquista" de Harry Styles foi celebrada por artistas e pela imprensa como um "momento histórico". A atriz e diretora Olivia Wilde resumiu bem as razões pelas quais devemos comemorar o feito: "Para mim, é muito moderno. Espero que esse tipo de confiança como homem que Harry tem —desprovido de qualquer traço de masculinidade tóxica— é indicativo da sua geração e, portanto, do futuro do mundo. É muito poderoso redefinir o que é ser um homem confiante. Ele é uma grande inspiração para a nova geração. Eu acho que é revolucionário", declarou.

A capa da Vogue é apenas mais uma de diversas iniciativas nos últimos anos que buscam desconstruir o que é "ser homem" e aproximar cada vez mais os homens do universo feminino. Em 2019, a Associação Americana de Psicologia publicou um estudo defendendo a tese de que a "masculinidade tradicional" é nociva para meninos e pode "impactar negativamente a saúde mental e física". Deve, portanto, ser combatida.

Termos como "masculinidade tóxica" são usados o tempo todo para subverter, ridicularizar e enfraquecer a virilidade dos homens. Enquanto isso, há um enorme esforço para enaltecer e valorizar homens com traços e comportamentos cada vez mais femininos. Para muitas pessoas, não há problema algum nesse movimento. Afinal de contas, qual o problema dos homens serem mais femininos? Acontece que a desconstrução da masculinidade está causando uma confusão cada vez mais perniciosa na cabeça das novas gerações.

[...]

Termos como "masculinidade tóxica" são usados o tempo todo para subverter, ridicularizar e enfraquecer a virilidade dos homens. (...) Acontece que a desconstrução da masculinidade está causando uma confusão cada vez mais perniciosa na cabeça das novas gerações

Não há dúvida que, com a evolução do mundo, os papéis de homens e mulheres mudaram. Mulheres estão ocupando cada vez mais posições de destaque na política, nas empresas e em todos os setores da sociedade. Com isso, os homens também tiveram que se adequar, ajudando cada vez mais nas tarefas domésticas e na criação dos filhos. Essa evolução é natural e benéfica para ambos os sexos. No entanto, algumas coisas jamais mudarão. A complementaridade entre homens e mulheres, cada um desempenhando seu papel, sempre foi e sempre será um dos pilares da nossa civilização.

O avanço da agenda de desconstrução da masculinidade já está apresentando os seus resultados. Estamos presenciando, no Ocidente, uma geração de homens cada vez mais fracos e confusos. É claro que países como China e Rússia não permitem esse tipo de agenda, pois sabem que a inversão de papéis aponta para um declínio civilizacional. O sinal de alerta, por aqui, está aceso.

Nota da Redação: Gabriel Kanner deixa de fazer parte do quadro de colunistas do jornal nesta data; poderá submeter eventualmente artigos a esta seção.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Charge de Laerte sobre fala de Bolsonaro associando Covid à Aids

O presidente mente

"Notícia-crime sobre live em que Bolsonaro associa vacina contra Covid a Aids vai para a PGR" (Poder, 26/10). Bolsonaro é portador de uma perversão calculista. Seus discursos e suas ações nos últimos 30 anos de vida pública estão enraizados na sua capacidade de causar dor e sofrimento, sem demonstrar nem sequer um leve constrangimento. Quando a perversão assume o controle político do Estado, podemos esperar todas as formas de crueldade. A história mostra.

Reinaldo da Silva (Nova Friburgo, RJ)

Risco zero

"Estou morrendo afogado e Bolsonaro aparece e renova confiança, diz Guedes" (Mercado, 26/10). Meu Deus, com esse ministro não corremos o menor risco de dar certo...

Luiz Oliveira (São Paulo, SP)

Dias piores

Árdua será a missão que psicólogos, historiadores e cientistas sociais terão ao tentar explicar os porquês de não reagirmos a Bolsonaro. Não estamos reagindo ao fato de um povo voltar à fome. Não estamos reagimos ao dono do BTG jogando luz ao concerto de Brasília. Não reagimos nem aos aumentos sucessivos da gasolina, que, em outros tempos, justificou um adesivo da Dilma em posição ginecológica em carros alheios. Os donos do Brasil não nos permitem dias melhores.

William Silva Garcia Leal
(São Paulo, SP)

Segunda via cover

"Moro pode ser candidato ao Senado por SP, em reviravolta para a terceira via" (Mônica Bergamo, 26/10). Parece que o eleitor paulista aceita tudo. Não presta no seu estado, venha para São Paulo que será eleito: Eduardo Bolsonaro, Eduardo Cunha, o juiz suspeito... E tem também o Rodrigo Maia.

Laércio Pugas (Itapecerica da Serra, SP)

*

Virou festa? São Paulo agora elege qualquer caboclo?

Isaías da Silva (São Paulo, SP)

*

Moro não seria terceira via. Seria segunda via no lugar do Bolsonaro.

Valter Iwai (Brasília, DF)

*

Moro é o maior oportunista e covarde da República. Não vai disputar um cargo para o Executivo porque não tem estofo para aguentar um debate de verdade. Ademais, nem sequer conhece o estado de São Paulo.

Rodrigo Dornelles (Porto Alegre, RS)

Cunha

"Eduardo Cunha quer ser candidato por SP e diz não ver motivo para impeachment de Bolsonaro" (Poder, 26/10). Esse é muito mais perigoso que o genocida; é, infelizmente, inteligente.

Alexandre Miquelino Levanteze (Campinas, SP)

*

Esse indivíduo deveria estar preso. Não dá para acreditar que o povo paulista possa votar nessa figura carimbada e ficha suja do Rio de Janeiro.

Eliana Alves (Brasília, DF)

*

Atenção, paulistas! Aí tem o dedo do Temer.

Cláudio Cunha (Curitiba, PR)

"Podres poderes". Política virou emprego familiar neste país de oportunistas. Encastelam-se com pais, filhos, mulher e papagaio. Para o Brasil do povão, nada. Estado que elegeu o bananinha elege tranquilamente esse asqueroso.

Terezinha Rachid Ozório da Fonseca
(Bom Jardim de Minas, MG)

Lula

"Lula pode ser lastro para economia deslanchar e desigualdade cair" (Ilustríssima, 26/10). Brilhante artigo, irreparável.

Arruda Lima e Silva
(Campina Grande, PB)

*

Blá-blá-blá de quem é pago para bajular o chefe. Não escreveu nem uma linha sobre o fortalecimento da direita (PP, PTB, MDB, PSD etc.) nos governos Lula e Dilma Rousseff. Nem uma linha sobre o assistencialismo eleitoral. Nem uma linha sobre a usina de Belo Monte e as refinarias inacabadas da Petrobras. Nem uma linha sobre o dinheiro barato do BNDES para as "empresas campeãs" no uso do dinheiro público. Nem uma linha sobre o apoio para emissoras de rádio e TV das seitas reacionárias (Iurd, Record...)

Hamilton Octávio de Souza
(São Paulo, SP)

*

Com Lula ou sem Lula, nada vai mudar, vamos continuar a ser a República das Bananas.

João Mucci
(Ponte Nova, MG)

Apocalipse

A Folha atualmente se assemelha a um jornal mineiro de tempos idos que só mostrava desgraças (diziam que se torcesse sairia sangue). Além do presidente e das falcatruas políticas, nada mais resta: desgraça, abuso de menores etc. Estamos ou não vivendo o apocalipse?

Teresa Fernandez
(Belo Horizonte, MG)

Desumanizadas

Parabenizo Vera Iaconelli por sua análise tão clara e dolorida ("Crianças desumanizadas", Cotidiano, 26/10). É preciso acordar. Fiquei chocada ao ver o paralelo traçado entre consumo de drogas entre pobres e o alto consumo de antidepressivos, ansiolíticos, álcool e drogas ilícitas entre os mais privilegiados. Se percebêssemos no cidadão maltrapilho e intoxicado a criança cuja pobreza se perpetuou geracionalmente, poderíamos criar e lutar por uma oportunidade junto a ele.

Simone Siebner
(São Paulo, SP)

Creches

A reportagem "Após volta presencial, Prefeitura de SP aumenta número de crianças por sala em creches" (Cotidiano, 22/1) omite do leitor a informação de que o número de crianças das turmas de 25 alunos também cai para 19 para quem opta por esse tipo de atendimento. A adequação ocorre em sistema para a partir de 2022 refletir a realidade da prática facultativa que já ocorre em unidades da rede.

Ronaldo Tenório, assessor de comunicação da Secretaria Municipal de Educação (São Paulo, SP)

Resposta da repórter Isabel Palhares A reportagem informou que as turmas mistas poderão ter até 19 crianças.

poder

PAINEL

Camila Mattoso
painel@grupofolha.com.br

Flecha

A filiação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), ao PSD nesta quarta (27) o coloca de vez como um novo player no jogo político. Na nova sigla, lançado como pré-candidato à presidência da República, a leitura é a de que o mineiro será alvo de forte artilharia de deputados e ministros, como Paulo Guedes (Economia). Os bolsonaristas buscarão atrelar todas as derrotas de projetos do Planalto a suposta ação política de Pacheco, com a intenção de desgastar o presidente mirando 2022.

LISTA O Senado já tem uma série de matérias de interesse do governo paradas: a reforma do Imposto de Renda, a privatização dos Correios, a alteração de regra de cálculo do ICMS de combustíveis e a análise da indicação de André Mendonça ao STF. O que seguir parado daqui para frente deverá ser atrelado a eventuais sonhos presidenciais do senador.

INGRATIDÃO Líderes do governo já se referem a Pacheco como traidor. Dizem que Bolsonaro o ajudou a ser eleito presidente do Senado e não recebeu o empenho dele em troca.

NA MIRA Reclamam também que o presidente do DEM, ACM Neto, fez esforço pela eleição do mineiro, deixando de lado a disputa pela presidência da Câmara, para agora ele mudar de sigla. Já são argumentos para desgastar Pacheco politicamente.

MARÉ... A campanha de Eduardo Leite (RS) animou-se com a decisão do diretório de São José dos Campos de apoiá-lo na prévia do PSDB ao interpretá-la como possível início de mudança de cenário no reduto de João Doria (SP), seu principal concorrente.

...MONTANTE O governador do Rio Grande do Sul tem a expectativa de que a partir de agora outros diretórios passem a apoiá-lo, abrindo assim um flanco em São Paulo. No estado, ele já tem o apoio do diretório de Santo André.

RETOMADA Na contramão do que disse Jair Bolsonaro há um mês à revista Veja, o MST decidiu retomar e impulsionar as ocupações a partir de outubro. Com o arrefecimento da pandemia, o MST já ocupou propriedades em São Paulo, Bahia e Rio Grande do Norte neste mês. A meta agora é a de fazer pelo menos uma ocupação por estado até o fim de 2021.

VERSÃO O presidente disse, na entrevista, que quase acabou com ocupações do MST ao cortar financiamento de ONGs e entregar títulos de propriedade.

CAFEZINHO Geraldo Alckmin (de saída do PSDB) e representantes do PSL, partido que está em processo de fusão com o DEM para dar origem ao União Brasil, reuniram-se com o deputado Arthur do Val (Patriota-SP) nesta terça (26) para tratar das eleições de 2022.

DEIXA ISSO PRA LÁ Do Val ouviu a proposta para que abandone a ideia de concorrer ao governo paulista, apoie a candidatura de Alckmin no ano que vem e dispute outro cargo. Ele ficou de conversar com os membros do MBL sobre o tema.

PROJETO O MBL tem como prioridade para o ano que vem a candidatura ao governo de SP e havia definido que a dinâmica de migração partidária dos nomes fortes do movimento respeitaria esse critério.

EM MÃOS A cúpula da CPI da Covid pretende entregar pessoalmente o relatório da comissão ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e ao procurador-geral da República, Augusto Aras.

PÉRIPLO A ideia é, nesta quarta (27), o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), o presidente, Omar Aziz (PSD-AM), e o vice, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), entregarem o documento a Aras. Já na próxima semana, a expectativa é que o trio entregue o texto a Lira.

DE NOVO O YouTube analisa se Bolsonaro infringiu as regras da plataforma ao publicar um vídeo nesta terça (26) na conta de seu filho, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). O presidente teve a conta suspensa após associar vacinas contra Covid-19 à Aids.

EVIDÊNCIA O YouTube proíbe que usuários publiquem em outros canais durante a suspensão. No caso de Bolsonaro, pesa contra ele o fato de ter postado em sua conta do Facebook o mesmo vídeo.

CONTRAPESO Por outro lado, o YouTube também considerará que Bolsonaro, por sua posição, divulga informações de interesse público.

TIROTEIO

“Este foi mais um dos exageros da CPI da Covid, mas que felizmente foi corrigido a tempo

De Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado, sobre CPI ter pedido indiciamento de Luis Heinze (PP-RS) e depois recuar

com Guilherme Seto e Julia Chaib

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 742,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 935,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.180,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.269,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.581,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

Ao lado de Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros se abraçam após fim da CPI Pedro França/Agência Senado

Relatório final da CPI da Covid é aprovado com 80 sugestões de indiciamento

Parecer que aponta nove crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro na pandemia recebeu 7 votos favoráveis e 4 contrários

Constança Rezende, Mateus Vargas e Renato Machado

BRASÍLIA Instalada para investigar as ações e omissões no enfrentamento da pandemia mais letal da história, que soma mais de 600 mil mortes no Brasil, a CPI da Covid chega ao fim nesta terça-feira (26) com a aprovação de relatório que atribui crimes ao governo federal e pede a responsabilização de vários agentes, sobretudo do próprio presidente da República, Jair Bolsonaro.

O relatório apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) foi aprovado com 7 votos a favor e 4 contrários.

Votaram favoráveis ao texto, além do relator, o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), o vice, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Braga (MDB-AM).

Esses senadores formam o chamado G7, grupo que desde o início dos trabalhos comandou as ações da comissão.

Votaram contrariamente ao documento os governistas Marcos Rogério (DEM-RO), Eduardo Girão (Podemos-CE), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Jorginho Mello (PL-SC).

A versão final do relatório contém a proposta de indiciamento de 78 pessoas e duas empresas (Precisa Medicamentos e VTCLog).

O parecer aponta que há provas de que o governo Jair Bolsonaro foi omisso e escolheu agir "de forma não técnica e desidiosa" no enfrentamento da pandemia.

A CPI ainda vê ações intencionais do governo para expor a população ao vírus e afirma que Bolsonaro era assessorado por um gabinete paralelo, com membros que disseminavam fake news e promoviam tratamento ineficaz.

O parecer também cita irregularidades em negociações de vacinas, demora para compra de imunizantes eficazes e omissão para evitar o colapso sanitário no Amazonas.

Os senadores pedem o indiciamento de empresas, além de nomes ligados à operadora Prevent Senior, que teriam submetido pacientes a procedimentos ilegais.

Em seu discurso antes da votação, Renan disse estar convencido de que Bolsonaro agiu como homicida e entrou para a "galeria de facínoras".

"Sabotou a ciência, é despreparado, desonesto, caviloso, arrogante, autoritário, com índole golpista, belicoso, mentiroso e agiu como missionário enlouquecido para matar o próprio povo", disse Renan.

"Esse relator está sobejamente convencido que há um homicida homiziado no Palácio do Planalto. Sua trajetória é marcada pela pulsão da morte, pelo desejo de exterminar adversários, de armar a população e cultuar carniceiros assassinos como Brilhante Ustra, Augusto Pinochet, Alfredo Strossner, Adolf Hitler e outros infames que completam a galeria tenebrosa de facínoras da humanidade. Bolsonaro está ao lado deles", afirmou.

Renan disse que os senadores vão cobrar as punições sugeridas no texto. A ideia é que representantes da CPI levem o parecer a autoridades, como o procurador-geral da República, Augusto Aras, a partir de quarta-feira (27).

Aziz disse que o parecer é robusto e não deve ser ignorado. "Não há como qualquer membro do Judiciário dizer que não existiu [crime na pandemia]. Pode até questionar alguma coisa, mas vai ter de escrever, negar, botar lá a sua assinatura e dizer que não houve nada", disse. "Aquele que jurou a Constituição, passou em um concurso público, não tem o direito de engavetar."

> “Esse relator está sobejamente convencido que há um homicida homiziado no Palácio do Planalto. Sua trajetória é marcada pela pulsão da morte, pelo desejo de exterminar adversários, de armar a população e cultuar carniceiros assassinos como Brilhante Ustra, Augusto Pinochet, Alfredo Strossner, Adolf Hitler e outros infames que completam a galeria tenebrosa de facínoras da humanidade. Bolsonaro está ao lado deles
>
> **Renan Calheiros (MDB-AL)** relator da CPI da Covid no Senado

Os últimos detalhes do texto foram fechados nesta terça. Renan anunciou a inclusão de pedidos de indiciamento contra Heinze (por incitação ao crime ao promover fake news), o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), e o ex-secretário de Saúde estadual Marcellus Campêlo.

No final da tarde, porém, o relator decidiu excluir o nome de Heinze após pedido do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), o mesmo que havia apresentado o requerimento pela inclusão. Vieira afirmou que recebeu pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas que sua decisão se deu por "mérito". "Não se gasta vela com defunto ruim", afirmou.

Em reunião na casa de Aziz, na noite da véspera da votação, os membros do grupo majoritário haviam decidido incluir 10 novos nomes na lista de pedidos de indiciamento. No entanto, ainda houve uma grande disputa em torno das propostas de indiciamento de outras duas autoridades, Lima e Campêlo.

A inclusão dos gestores amazonenses representa uma vitória de Eduardo Braga (MDB-AM), que havia ameaçado atuar para derrubar o relatório se Lima e Campêlo não fossem incluídos. Renan e a maior parte do G7 resistiam.

O relatório atribui grande peso ao papel do presidente Jair Bolsonaro nas ações e omissões que afetaram negativamente o enfrentamento do coronavírus no Brasil.

O texto afirma que o mandatário "mostrou-se o responsável principal pelos erros cometidos pelo governo".

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

O documento propõe o indiciamento do chefe do Executivo por nove crimes: prevaricação, charlatanismo, crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos, do Tratado de Roma) e de responsabilidade (previsto na lei 1.079/1950, por violação de direito social incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), epidemia com resultado em morte, infração de medida sanitária preventiva, incitação ao crime, falsificação de documento privado e emprego irregular de verbas públicas.

Menções ao presidente foram incluídas até os últimos momentos da conclusão do relatório. Os membros do grupo majoritário decidiram colocar no texto medidas para rebater a fake news divulgada pelo chefe do Executivo que relacionou a vacina contra a Covid-19 à Aids. Renan incluiu um novo capítulo especificamente para esse episódio.

O relatório ainda recomenda o envio de uma medida cautelar ao STF (Supremo Tribunal Federal), no âmbito do inquérito das fake news, solicitando que o presidente seja banido das redes sociais. A medida seria tomada por "proteção à população".

Além disso, os membros da comissão aprovaram o envio imediato da medida ao ministro Alexandre de Moraes, solicitando retratação do presidente, sob pena de R$ 50 mil por dia de descumprimento.

Os membros da comissão também aprovaram um requerimento que prevê a quebra do sigilo telemático do chefe do Executivo, em relação a suas redes sociais. O requerimento prevê que o Google, Facebook e Twitter forneçam os dados telemáticos, a partir de abril de 2020, à Procuradoria Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal.

Renan pediu ainda para o TCU (Tribunal de Contas da União) apurar se houve irregularidades na discussão da Conitec sobre parecer que contraindica uso de medicamentos ineficazes para a Covid, como a hidroxicloroquina.

O relatório aprovado também responsabiliza outros importantes membros do primeiro e do segundo escalões do governo federal, além de seus aliados mais próximos e os três filhos mais velhos.

O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) foram alvo de proposições de indiciamento por incitação ao crime e por terem propagado e atuado em esquema de disseminação de fake news.

No relatório, também há propostas de indiciamento de quatro ministros, três ex-ministros, empresários e médicos que defendem tratamentos ineficazes contra a Covid.

Estão na lista de pedidos de indiciamento os ministros Braga Netto (Defesa), Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), Marcelo Queiroga (Saúde) e Wagner de Campos Rosário (Controladoria-Geral da União). Além deles, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e os ex-ministros Eduardo Pazuello, Ernesto Araújo e Osmar Terra (MDB-RS).

A CPI ainda sugere indiciar o governador do Amazonas por epidemia com resultado morte, prevaricação e crimes de responsabilidade e enquadra o ex-secretário estadual de saúde por prevaricação.

O deputado Ricardo Barros é um dos principais alvos do relatório, citado mais de 80 vezes por ações que envolvem desde a promoção de fake news até o envolvimento na compra de vacinas. O líder do governo nega as irregularidades e decidiu processar Renan por abuso de autoridade e denunciação caluniosa.

Apesar de chegar unido para a votação, o G7 enfrentou várias crises ao longo dos seis meses de atividades, que chegaram a ameaçar a maioria que o grupo detinha. As mais recentes foram justamente em torno do documento final.

Às vésperas da sessão de leitura do documento, no dia 20, houve um grande racha por causa da inclusão de temas que não eram consenso, particularmente a proposta de indiciamento de Bolsonaro pelo genocídio da população indígena. Renan Calheiros ficou isolado e precisou retirar esse trecho do documento.

Governistas apontam 'narrativa' para atingir Bolsonaro

BRASÍLIA Os senadores governistas Marcos Rogério (DEM-RO) e Eduardo Girão (Podemos-CE) apresentaram votos em separado ao texto do relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL).

Ambos afirmam que a CPI tentou criar uma "narrativa" para atribuir responsabilidades por eventuais erros e omissões na pandemia e também mencionam um caráter "eleitoral" da comissão.

Girão afirmou que a comissão foi "covarde" ao não investigar a atuação de governadores e os repasses do governo federal a outros entes federados. Ele ainda acusou a CPI de ser parcial, citando especificamente Renan Calheiros.

"A CPI elegeu um relator com flagrante conflito de interesses, pois seu filho é governador de um estado da federação envolvido nas investigações sobre o Consórcio Nordeste", afirmou Girão, em referência ao governador de Alagoas, Renan Filho (MDB).

O senador governista pediu o indiciamento do ex-secretário-executivo do Consórcio Nordeste Carlos Eduardo Gabas por organização criminosa, improbidade administrativa, corrupção passiva e fraude em licitação e o aprofundamento da investigação dos casos Covaxin e Davati.

Marcos Rogério, por sua vez, afirmou que se trata de um "golpe rasteiro" querer atribuir ao presidente da República a responsabilidade pelos problemas causados pela pandemia do novo coronavírus.

Ele também questionou a falta de investigação de governadores. E leu uma lista de ações do governo Bolsonaro durante a pandemia, ressaltando a aquisição de vacinas. Também disse que o chamado tratamento precoce é uma prerrogativa dos médicos e negou que o governo tivesse adotado a tese da "imunidade de rebanho".

O senador não propõe indiciamentos em seu voto em separado e apenas faz sugestões para que órgãos aprofundem as investigações de fatos apontados pela CPI.

"Durante investigação da CPI da Pandemia, ficou claro que o foco da maioria dos membros sempre foi atacar o presidente da República, num claro jogo político e eleitoral. Porém, as narrativas criadas pela oposição para enfraquecer e condenar o governo federal não foram sustentadas em provas", afirma o texto.

"Assim, não restam maiores dúvidas de que a CPI não se ocupou em apurar as verdadeiras causas das milhares de mortes de brasileiros, quando do combate à pandemia do Covid-19, mas apenas taxar o presidente da República como culpado", completa.

O senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho mais velho do presidente da República, afirmou que a CPI da Covid teve o objetivo de antecipar o debate eleitoral e que não conseguiu provar nenhuma irregularidade do governo.

Flávio disse que o Brasil se saiu bem no enfrentamento da pandemia, melhor do que "vários países do primeiro mundo". Repetiu argumento frequente de seu pai, que afirma que a política do "fique em casa", em defesa do distanciamento social, afetou negativamente a economia.

O senador também disse que o relatório da CPI é "totalmente político" e que o documento tem um forte caráter de vingança, por ter chamado Renan de "vagabundo" durante uma sessão do colegiado. **CR, MV e RM**

A CPI em números

Número de sessões
67

Total de depoimentos
66

Total de investigados
37

Quebras de sigilo
251

Volume total de documentos recebidos
9,998 TB

Total de horas das sessões
369h 58m 51s

Total de requerimentos apresentados
1.582

1.062
aprovados

Veja quem é quem na lista da CPI e seus possíveis crimes na pandemia

Além de Bolsonaro, comissão do Senado aponta ministros, políticos, médicos e empresários

Tayguara Ribeiro, Renata Galf, Renato Machado, Tatiana Harada e Bruno Lee

Sugestões de indiciamento feitas pela CPI

1 Jair Bolsonaro
Ao longo da pandemia, o presidente deu diversas declarações negacionistas sobre o vírus e se posicionou contra medidas de proteção como o uso da máscara e o isolamento social. Bolsonaro também fez campanha pelo uso de medicamentos sem comprovação científica

• Epidemia com resultado morte; infração de medida sanitária preventiva; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; crimes contra a humanidade; crimes de responsabilidade

2 Marcelo Queiroga
Ministro da Saúde, é questionado sobre possíveis interferências de Bolsonaro no direcionamento do combate à pandemia
• Epidemia culposa com resultado morte e prevaricação

3 Eduardo Pazuello
Ex-ministro da Saúde, o general comandou a pasta durante o pior momento da pandemia. Sua gestão ignorou ofertas de venda de vacinas da Pfizer. Contra ele também pesa a acusação de omissão no colapso do sistema de saúde no AM
• Emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; comunicação falsa de crime e crimes contra a humanidade

4 Ernesto Araújo
Ex-chanceler. Sua postura agressiva contra a China é tida como entrave para obtenção de vacinas e insumos. É questionado por supostamente priorizar a importação da hidroxicloroquina, em vez de investir na aquisição de vacinas
• Epidemia culposa com resultado morte e incitação ao crime

5 Onyx Lorenzoni
Ministro do Trabalho e Previdência, está na mira por defender o tratamento precoce
• Incitação ao crime e crimes contra a humanidade

6 Walter Braga Netto
Ministro da Defesa
• Epidemia com resultado morte

7 Wagner de Campos Rosário
Ministro da CGU, supostamente prevaricou em relação a irregularidades envolvendo a Precisa e a atuação do lobista Marconny Albernaz de Faria
• Prevaricação

8 Flávio Bolsonaro
Senador (Patriota-RJ), deu apoio a declarações negacionistas
• Incitação ao crime

9 Eduardo Bolsonaro
Deputado Federal (PSL-SP), deu apoio a declarações negacionistas
• Incitação ao crime

10 Carla Zambelli
Deputada federal pelo PSL-SP e apoiadora de Bolsonaro
• Incitação ao crime

11 Bia Kicis
Deputada federal pelo PSL-DF, é uma das principais apoiadoras do presidente no Congresso. É investigada no chamado inquérito das fakes news
• Incitação ao crime

12 Osmar Terra
Deputado federal (MDB-RS), é apontado como padrinho do "gabinete paralelo"
• Epidemia com resultado morte e incitação ao crime

13 Carlos Jordy
Deputado federal pelo PSL-RJ
• Incitação ao crime

14 Ricardo Barros
Líder do governo na Câmara, o deputado federal (PP-PR)

Governo/ Congresso/ apoiadores

Tércio Tomaz (25) · Filipe Martins (24) · Élcio Franco (28) · Flávio Bolsonaro (8) · Jair Bolsonaro (1) · Eduardo Pazuello (3) · Carla Zambelli (10) · Eduardo Bolsonaro (9) · Marcelo Queiroga (2) · Airton Antônio Soligo (27) · Bia Kicis (11) · Carlos Bolsonaro (15) · Ernesto Araújo (4) · Onyx Lorenzoni (5) · Heitor Freire de Abreu (29) · Walter Braga Netto (6) · Osmar Terra (12) · Roberto Jefferson (16) · Carlos Jordy (13) · Fabio Wajngarten (17) · Ricardo Barros (14) · Marcos Tolentino (39) · FIB Bank Garantias

Gabinete Paralelo

Mauro Luiz de Brito Ribeiro (62) · Luciano Azevedo (48) · Arthur Weintraub (26) · Nise Yamaguchi (49) · Carlos Wizard (33) · Paolo Zanotto (50) · Otávio Fakhoury (34) · José Alves (51) · Luciano Hang (35) · Antônio Jordão (52) · Flávio Adsuara Cadegiani (53)

Disseminação de fake news

Allan dos Santos (71) · Paulo de Oliveira Eneas (72) · Bernardo Kuster (73) · Oswaldo Eustáquio (74) · Richard Pozzer (75) · Leandro Ruschel (76) · Hélcio Bruno (32)

Caso Davati

Roberto Ferreira Dias (20) · Luiz Paulo Dominghetti (68) · Roberto Goidanich (21) · Raimundo Nonato Brasil (43) · VTC Operadora Logística (80) · Carlos Alberto Sá (45) · Andreia da Silva Lima (44) · Teresa Cristina de Sá (46) · Rafael Francisco Carmo Alves (64) · José O. T. Silveira Júnior (65) · Cristiano Carvalho (66)

33 Carlos R. Wizard Martins
Empresário
• Epidemia com resultado morte e incitação ao crime

34 Otávio Fakhoury
Empresário bolsonarista, teria financiado a disseminação de fake news, segundo a CPI
• Incitação ao crime

35 Luciano Hang
Defensor do tratamento precoce
• Incitação ao crime

36 Francisco E. Maximiano
Dono da Precisa Medicamentos, intermediária nas negociações da compra da Covaxin
• Falsidade ideológica; formação de organização criminosa e improbidade administrativa

37 José Ricardo Santana
O empresário é apontado como amigo do ex-diretor da Saúde Roberto Ferreira Dias e teria participado de um jantar no qual teria ocorrido pedido de propina para que a compra de vacinas avançasse. CPI acredita que ele seja lobista da Precisa
• Formação de organização criminosa

38 Emanuela Medrades
Diretora técnica da Precisa, teria agido junto à Saúde para alterar a forma de pagamento pelos 20 milhões de doses da Covaxin nunca entregues
• Falsidade ideológica; formação de organização criminosa e improbidade administrativa

39 Marcos Tolentino da Silva
CPI acredita que o empresário é sócio oculto da FIB Bank, usada pela Precisa para oferecer uma carta de fiança à Saúde na negociação da Covaxin
• Formação de organização criminosa e improbidade administrativa

40 Eduardo Parrillo
Dono da Prevent Senior. Dossiê assinado por 15 médicos e entregue à CPI afirma que a Prevent usou seus hospitais como um laboratório para estudos com hidroxicloroquina, sem consultar pacientes e familiares sobre a administração desses medicamentos
• Perigo para a vida ou saúde de outrem, omissão de notificação de doença, falsidade ideológica e crime contra a humanidade

41 Fernando Parrillo
Dono da Prevent Senior
• Perigo para a vida ou saúde de outrem, omissão de notificação de doença, falsidade ideológica e crime contra a humanidade

42 Pedro B. Batista Júnior
Diretor-executivo da Prevent Senior
• Perigo para a vida ou saúde de outrem, omissão de notificação de doença, falsidade ideológica e crime contra a humanidade

43 Raimundo Nonato Brasil
Sócio da empresa VTCLog
• Corrupção ativa e improbidade administrativa

44 Andreia da Silva Lima
Diretora-executiva da VTCLog
• Corrupção ativa e improbidade administrativa

45 Carlos Alberto Sá
Sócio da empresa VTCLog
• Corrupção ativa e improbidade administrativa

46 Teresa Cristina de Sá
Sócia da empresa VTCLog
• Improbidade administrativa

47 Danilo Berndt Trento
Diretor da Precisa. Para a CPI, faria parte de esquema envolvendo um grande emaranhado de empresas e agentes da Saúde, para fraudar contratos da pasta
• Formação de organização criminosa e improbidade administrativa

48 Luciano Dias Azevedo
Anestesista, teria partido dele a elaboração de uma minuta de decreto para alterar a bula da hidroxicloroquina
• Epidemia com resultado morte

49 Nise Hitomi Yamaguchi
Oncologista, é tida como integrante do "gabinete paralelo"
• Epidemia com resultado morte

50 Paolo Zanotto
Virologista, alinhou-se aos defensores do tratamento precoce
• Epidemia com resultado morte

51 José Alves
Dono da Vitamedic, empresa que financiou anúncios sobre tratamento precoce
• Epidemia com resultado morte

52 Antonio Jordão
Presidente da Associação Médicos pela Vida, que fez propaganda do tratamento precoce
• Epidemia com resultado morte

53 Flávio Adsuara Cadegiani
Médico que fez estudo com proxalutamida — droga testada no combate ao câncer e que pode ter levado pacientes da Covid-19 à morte
• Crime contra a humanidade

54 Daniella A. Moreira da Silva
Médica da Prevent Senior
• Crime de omissão e crime consumado

55 Paola Werneck
Médica da Prevent Senior
• Perigo para a vida ou saúde de outrem

56 Daniel Arrido Baena
Médico da Prevent Senior
• Falsidade ideológica

57 João Paulo Barros
Médico da Prevent Senior
• Falsidade ideológica

CPI lança peso adicional sobre Bolsonaro em cenário de crise

Relatório torna gestão da pandemia ponto vivo do debate em momento de dificuldades para a população

ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Aliados de Jair Bolsonaro (sem partido) duvidavam dos impactos políticos da CPI da Covid. Quando a investigação começou, em abril, os governistas diziam que o avanço inevitável da vacinação daria um alívio ao país na pandemia e neutralizaria o peso dos fatos que seriam explorados pela comissão.

Para esses operadores do governo, ainda que o presidente tivesse feito uma campanha aberta contra os imunizantes, as doses seriam aplicadas, os recordes de mortes ficariam para trás e a economia voltaria a rodar. Bolsonaro, segundo essa lógica, poderia ser absolvido pelo tribunal da opinião pública.

O fim da CPI deve lançar o presidente no cenário oposto. O Brasil imunizou mais de 110 milhões de pessoas, mas o trabalho da comissão reforçou as marcas do fracasso do governo em múltiplos aspectos da gestão da pandemia e agora encontra um país com todos os sinais de uma economia em crise.

O relatório final da CPI forma uma combinação incômoda para Bolsonaro. O texto da comissão indica a responsabilidade direta do governo pela catástrofe sanitária no momento em que a população aponta o dedo para o presidente pelo sufoco da economia.

O pedido de indiciamento de Bolsonaro por nove crimes tende a dormir nas gavetas de Brasília antes de dar origem a processos contra ele, mas terá um efeito político.

Os depoimentos e fatos apresentados pela CPI, organizados no relatório, devem se tornar pontos vivos do debate público, inclusive no ano eleitoral.

O texto final da comissão desmonta algumas das distorções que Bolsonaro costuma apresentar em busca de proteção —como os argumentos de que o governo comprou milhões de imunizantes, respeitou a autonomia de médicos que receitavam medicamentos ineficazes e foi impedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) de agir durante a crise.

A CPI, porém, apontou que o governo ignorou contatos de fabricantes de vacinas, apoiou ativamente a distribuição de hidroxicloroquina e investiu numa estratégia deliberada de contaminação pelo coronavírus.

Esses tópicos representam um custo adicional para Bolsonaro numa arena política cada vez mais carregada pelos efeitos das dificuldades econômicas.

O avanço da inflação e as incertezas sobre a recuperação do emprego tendem a cobrar um preço do governo até a corrida pela reeleição em 2022.

Atualmente, o Datafolha aponta que 41% dos eleitores veem "muita responsabilidade" da gestão Bolsonaro na alta de preços, e outros 34% enxergam "um pouco de responsabilidade".

O peso duplo recai sobre um presidente que tentou, a todo custo, se livrar dos danos políticos que poderiam ser causados tanto pela má gestão sanitária como pela desaceleração econômica.

Bolsonaro investiu contra medidas de proteção porque acreditava que a interrupção das atividades durante as fases mais dramáticas da pandemia drenaria seu poder.

O presidente até conseguiu segurar os índices de aprovação na primeira onda da crise, quando o país passou dos 100 mil mortos. Ainda expandiu sua popularidade no momento em que o auxílio emergencial de R$ 600 segurou a barra da população de baixa renda.

O que se viu depois, no entanto, sugere que um governante pode até preservar força quando há muitas mortes e muito dinheiro em circulação, mas passa por maus bocados se as vítimas se acumulam e o bolso fica vazio.

A primeira queda significativa de popularidade de Bolsonaro na pandemia ocorreu em janeiro, com a interrupção do pagamento do auxílio. A aprovação ao trabalho do presidente caiu de 37% para 31%.

O segundo baque foi registrado em maio, depois que o valor do benefício foi reduzido e o Brasil enfrentou uma violenta segunda onda da pandemia. A popularidade de Bolsonaro desabou para 24% e, meses depois, foi a 22%.

Desde o início da crise, o presidente agiu com convicção para se livrar dos prejuízos que poderiam ser provocados pela freada na economia e para abrir mão da responsabilidade pela tragédia da doença. Os sinais disponíveis até agora sugerem que um problema pode potencializar o outro.

A situação econômica é um fator-chave dos humores da população. Uma crise com impacto direto no bem-estar do eleitorado costuma levantar dúvidas sobre a permanência dos governantes no poder por mais um mandato.

Tudo o que um presidente não quer, numa hora dessas, é que outros questionamentos se somem à inquietação principal. O resultado trágico do país na pandemia, formatado no relatório da CPI, já se tornou um fator adicional nesse ambiente.

Bolsonaro ainda busca algum resguardo. O consórcio entre o presidente e o núcleo político liderado pelo centrão trabalha por um alívio na pressão econômica com o aumento temporário do Bolsa Família. A medida pode ajudar, mas será insuficiente para cobrir todos os segmentos vulneráveis que receberam o auxílio emergencial.

Mais difícil será se livrar do histórico que o governo construiu no enfrentamento à doença. O próprio Bolsonaro faz questão de reforçar as conclusões da CPI. O presidente mostrou que continuará usando como armas o ataque aos adversários, a desinformação e o desestímulo à vacinação.

[...]

Fatos apresentados pela CPI devem se tornar pontos vivos do debate público, inclusive no ano eleitoral

---

- Presidente, ministros e ex-ministros
- Empresários e diretores de empresas
- Senadores e deputados
- Médicos
- Outros políticos
- Intermediários e lobistas
- Assessores do governo federal
- Militares
- Blogueiros
- Servidores
- Empresas

supostamente atuou em favor de empresas que tentavam vender vacinas para o governo federal
• Incitação ao crime, advocacia administrativa, formação de organização criminosa e improbidade administrativa

15 Carlos Bolsonaro
Vereador (Republicanos-RJ), ao longo da pandemia também deu apoio a declarações negacionistas
• Incitação ao crime

16 Roberto Jefferson
Presidente do PTB, aproximou-se de Bolsonaro. É suspeito de disseminar fake news
• Incitação ao crime

17 Fabio Wajngarten
Ex-secretário de Comunicação, é questionado pela ausência de campanhas informativas. Está sob suspeita sua participação nas negociações para compra de vacinas da Pfizer
• Prevaricação e advocacia administrativa

18 Mayra Pinheiro
Secretária da Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde, é conhecida como "capitã cloroquina"
• Epidemia com resultado morte, prevaricação e crime contra a humanidade

19 Helio Angotti Neto
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde é apontado como propagador de medicamentos sem eficácia comprovada e por omissão no combate à pandemia
• Incitação ao crime e epidemia com resultado morte

20 Roberto Ferreira Dias
Ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, foi exonerado após denúncia de pedido de propina revelado pela **Folha**
• Corrupção passiva; formação de organização criminosa e improbidade administrativa

21 Roberto Goidanich
Ex-presidente de braço de estudos do Itamaraty. Na gestão de Goidanich, a fundação se transformou num reduto de seguidores de Olavo de Carvalho e blogueiros de direita
• Incitação ao crime

22 Wilson Lima
Governador do AM, é apontado como um dos responsáveis pelo colapso no estado. Não teria agido quanto à possibilidade de falta de oxigênio, relaxou medidas de distanciamento e apoiou o 'kit Covid'
• Epidemia com resultado morte, prevaricação e crime de responsabilidade

23 Marcellus Campêlo
Ex-secretário de Saúde do AM é apontado por gestão inadequada da crise sanitária ao deixar de adquirir oxigênio
• Prevaricação

24 Filipe Martins
Assessor especial para Assuntos Internacionais do presidente
• Incitação ao crime

25 Tércio Arnaud Tomaz
Assessor especial da Presidência da República, é vinculado pelo Facebook a contas falsas para proferir ataques
• Incitação ao crime

26 Arthur Weintraub
Apontado como o idealizador do "gabinete paralelo"
• Epidemia com resultado morte

27 Airton Antônio Soligo
Ex-assessor especial da Saúde
• Usurpação de função pública

28 Élcio Franco
Braço direito de Pazuello na Saúde
• Epidemia com resultado morte e improbidade administrativa

29 Heitor Freire de Abreu
Tenente-coronel da reserva e ex-subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil
• Epidemia com resultado morte

30 Alex Lial Marinho
Tenente-coronel e ex-coordenador de Logística da Saúde
• Advocacia administrativa

31 Marcelo Bento Pires
Coronel, teria feito pressão em favor da Covaxin
• Advocacia administrativa

32 Hélcio Bruno
Tenente-coronel e presidente do Instituto Força Brasil, é apontado por disseminar fake news
• Incitação ao crime

Mayra Pinheiro (18) · Hélio Angotti Neto (19) · Wilson Lima (22) · Marcellus Campêlo (23)

Colapso no AM

Caso Covaxin

Thiago Fernandes da Costa (78) · Marcelo Bento Pires (31) · Alex Lial Marinho (30) · Regina Célia S. Oliveira (77) · Wagner de Campos Rosário (7) · Primarcial · Danilo Berndt Trento (47) · Túlio Silveira (63) · Emanuela Medrades (38) · Marconny Faria (69) · Precisa (79) · Francisco Maximiano (36) · José Ricardo Santana (37)

Caso Prevent Senior

Prevent Senior · Eduardo Parrillo (40) · Fernando Parrillo (41) · Pedro B. Batista Júnior (42) · Daniella de Aguiar Moreira da Silva (54) · Daniel Baena (56) · Paola Werneck (55) · João Paulo Barros (57) · Fernanda Igarashi (58) · Carla Guerra (59) · Rodrigo Esper (60) · Fernando Oikawa (61)

Davati Medical Supply · Marcelo B. da Costa (67) · Amilton Gomes de Paula (70)

58 Fernanda de Oliveira Igarashi
Médica da Prevent Senior
• Falsidade ideológica

59 Carla Guerra
Médica da Prevent Senior
• Perigo para a vida ou saúde de outrem e crime contra a humanidade

60 Rodrigo Esper
Médico da Prevent Senior
• Perigo para a vida ou saúde de outrem e crime contra a humanidade

61 Fernando Oikawa
Médico da Prevent Senior
• Perigo para a vida ou saúde de outrem e crime contra a humanidade

62 Mauro Luiz de Brito Ribeiro
Presidente do Conselho Federal de Medicina, teria dado suporte à prescrição de remédios ineficazes. Também teria sido omisso diante de supostos crimes denunciados ao órgão, segundo a CPI
• Epidemia com resultado morte

63 Túlio Silveira
Representante da Precisa, o advogado é acusado de ter participação na negociação da Covaxin
• Falsidade ideológica e improbidade administrativa

64 Rafael F. Carmo Alves
Intermediador nas tratativas da Davati, empresa envolvida em negociações de doses da AstraZeneca, sem aval da fabricante
• Corrupção ativa

65 José Odilon T. da Silveira Jr.
Intermediador nas tratativas da Davati, empresa envolvida em negociações de doses da AstraZeneca, sem aval da fabricante
• Corrupção ativa

66 Cristiano Carvalho
Representante da Davati
• Corrupção ativa

67 Marcelo Blanco da Costa
Ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, também seria intermediador nas tratativas da Davati
• Corrupção ativa

68 Luiz Paulo Dominguetti Pereira
Representante da Davati, afirmou em entrevista à **Folha** ter recebido pedido de propina de US$ 1 por dose de vacina contra a Covid-19
• Corrupção ativa

69 Marconny Albernaz de Faria
Lobista apontado como intermediário da Precisa. Há indícios de que ele mantinha relação com o núcleo familiar e uma advogada de Bolsonaro
• Formação de organização criminosa

70 Amilton Gomes de Paula
Reverendo apontado como intermediador de venda de vacinas
• Tráfico de influência

71 Allan Lopes dos Santos
Dono do site Terça Livre, é uma espécie de líder informal das redes bolsonaristas
• Incitação ao crime

72 Paulo de Oliveira Eneas
Editor do site bolsonarista Crítica Nacional
• Incitação ao crime

73 Bernardo Kuster
Diretor do Jornal Brasil Sem Medo, de conteúdo bolsonarista
• Incitação ao crime

74 Oswaldo Eustáquio
Blogueiro bolsonarista
• Incitação ao crime

75 Richard Pozzer
Artista gráfico
• Incitação ao crime

76 Leandro Ruschel
Influenciador e empresário
• Incitação ao crime

77 Regina Célia de Oliveira
Fiscal do contrato da Covaxin
• Advocacia administrativa

78 Thiago Fernandes da Costa
Servidor do Ministério da Saúde que atuou na elaboração do contrato da Covaxin
• Advocacia administrativa

79 Precisa Medicamentos
• Ato lesivo à administração pública

80 VTC Operadora Logística
• Ato lesivo à administração pública

COMO CHEGAMOS AQUI?

Desde o início da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro sempre falou e agiu em confronto com as medidas de proteção, em especial a política de isolamento da população. No relatório da CPI da Covid, nove crimes foram atribuídos a ele. Desses, sete são crimes comuns, previstos no Código Penal e com pena de prisão. O parecer aponta ainda que o presidente teria cometido crimes de responsabilidade, da Lei de Impeachment, e contra a humanidade, do Estatuto de Roma. As chances, contudo, de que Bolsonaro seja preso pelos crimes apontados, ainda que sofra condenações, ou até de que se torne inelegível por causa delas são baixas.

FOLHA EXPLICA

Bolsonaro preso ou ficha-suja é improvável após fim da CPI

Punição é colocada em dúvida por depender de interpretação controvertida

O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), participa de evento no Palácio do Planalto Adriano Machado - 25.out.21/ Reuters

Renata Galf

SÃO PAULO "[Quero] dizer aos canalhas que eu nunca serei preso", disse o presidente Jair Bolsonaro em discurso na avenida Paulista nos atos de raiz golpista realizados no dia 7 de setembro deste ano.

No relatório final da CPI da Covid, nove crimes foram atribuídos ao presidente da República. Desses, sete são crimes comuns, previstos no Código Penal e com pena de prisão. O parecer aponta ainda que Bolsonaro teria cometido crime de responsabilidade, da Lei de Impeachment, e crime contra a humanidade, do Estatuto de Roma.

As chances, contudo, de que Bolsonaro seja preso pelos crimes apontados no documento, ainda que sofra condenações, ou até de que se torne inelegível em um futuro próximo por causa delas são baixas.

Desde o início da disseminação do novo coronavírus, no começo de 2020, Bolsonaro sempre falou e agiu em confronto com as medidas de proteção, em especial a política de isolamento da população. Ele já usou as palavras histeria e fantasia para classificar a reação da população e da imprensa à pandemia.

Bolsonaro também distribuiu remédios ineficazes contra a doença, incentivou aglomerações, atuou contra a compra de vacinas, segue espalhando informações falsas sobre a Covid e fez campanhas de desobediência a medidas de proteção, como o uso de máscaras. Apesar das evidências de omissão, não necessariamente o direito penal alcançará tais condutas.

A CPI do Senado não pode denunciar, julgar ou punir ninguém. O relatório traz apenas as conclusões das investigações e sugestões, cabendo às autoridades competentes dar seguimento aos casos.

No plano dos crimes comuns, o primeiro obstáculo para uma possível responsabilização do presidente é o procurador-geral da República, posto ocupado por Augusto Aras, que tem preservado Bolsonaro e é a única autoridade que pode denunciá-lo.

Mesmo considerando um cenário hipotético em que Aras apresente uma denúncia contra o mandatário e que ela seja aceita pela Câmara dos Deputados —o que abriria caminho para que Bolsonaro fosse julgado pelo STF (Supremo Tribunal Federal)—, há outros fatores que tornam uma prisão improvável.

Dos crimes apontados pela CPI e que seriam julgados pelo Judiciário brasileiro, o único que, sozinho, poderia ter como consequência o cumprimento da pena em regime fechado —quando a pena é superior a oito anos— é o crime de epidemia com resultado de morte.

Entre os demais crimes comuns elencados, com exceção do crime de falsificação de documento particular (cuja pena varia de um a cinco anos), as punições máximas não passam de um ano.

Excluindo o crime de epidemia, portanto, uma eventual prisão ocorreria apenas no caso de haver condenação por mais de um crime, de modo que a somatória de penas fosse superior a oito anos.

Com pena de prisão de 10 a 15 anos, que pode ser duplicada quando há morte, o crime de epidemia foi atribuído não só a Bolsonaro mas a outras autoridades, como o general e ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde). De acordo com o artigo 267 do Código Penal, é crime "causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos".

Apesar de haver especialistas que defendam que as ações e omissões de Bolsonaro poderiam ser enquadradas em tal tipo penal, sua aplicação envolveria interpretações mais controversas dentro do direito e dependeria, portanto, da disposição do Judiciário em tomar uma decisão com alto custo político.

Em fevereiro, a PGR arquivou uma representação formulada por ex-procuradores que apontava o mesmo crime —a aplicação do tipo penal, segundo a Procuradoria, dependeria da possibilidade de se encontrar e punir a pessoa que deu origem à pandemia.

A conclusão de que o presidente teria cometido tal crime foi apontada em parecer enviado à CPI por um grupo de especialistas liderado por Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça do governo FHC e um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

A advogada e professora de direito penal da USP Helena Regina Lobo da Costa, que integrou o grupo, defende a interpretação mais ampla do artigo. "Essa ideia de que causar epidemia é só dar a origem inicial, digamos assim, isso está errado. Se eu contribuo de forma relevante para o agravamento da situação causal, eu posso responder, sim, pelo crime."

Já a advogada criminalista Marina Coelho de Araújo, presidente do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), discorda.

"Para mim, isso é uma ampliação do tipo penal, e o direito penal tem uma questão que a gente precisa interpretar os crimes de forma restritiva", diz. "O tipo penal é bem claro: você tem que causar a epidemia, não é aumentar."

No parecer de Reale à CPI da Covid, a aplicação do crime de "causar poluição" é apontada como exemplo de jurisprudência de que para incidir no tipo penal de causar epidemia não seria necessário dar origem ao fato, mas simplesmente atuar de modo a agravá-lo.

O argumento foi incorporado no relatório da CPI apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Francisco Monteiro Rocha, advogado e professor de direito penal da UFPR (Universidade Federal do Paraná), critica o uso do crime de poluição na argumentação.

"Existem inúmeras críticas dizendo que esse artigo é excessivamente amplo, que você não consegue chegar a uma segurança jurídica", diz. "Fazer um paralelo com um artigo que recebe inúmeras críticas, eu não vejo como um caminho muito defensável, muito razoável."

Para Rocha, considerando que a pena da modalidade dolosa do crime é bastante alta, o Judiciário será bastante cauteloso ao avaliar os requisitos para uma condenação. O professor da UFPR avalia também que a condenação na modalidade culposa, ou seja, sem intenção, seria mais viável.

Enquanto a pena para o crime de epidemia com resultado de morte é 20 a 30 anos na modalidade dolosa, na forma culposa ele cai para 2 a 4 anos.

Segundo o relatório da comissão parlamentar, Bolsonaro atuou de forma dolosa.

O documento da CPI da Covid diz que é importante registrar que "o presidente da República atuou com dolo eventual, na medida em que assumiu o risco das mortes de milhares de brasileiros ao recusar ou retardar a compra das vacinas que lhe foram insistentemente ofertadas".

A professora de direito penal da FGV Raquel Scalcon considera que a chance de o presidente ser eventualmente condenado por crimes contra a administração pública é maior do que em relação ao crime de epidemia.

Segundo ela, haveria um certo constrangimento do Judiciário, em especial em instâncias superiores, em condená-lo por tal crime. Scalcon ressalta contudo que o contexto político é um fator a ser levado em consideração.

"Acho que vai ser uma decisão muito mais política do que jurídica, vai depender muito do que vai acontecer nas eleições também, do clima, da polarização do país", avalia.

"Quanto mais desprotegido ele [Bolsonaro] estiver, mais fácil será o Judiciário imputar e aceitar essa imputação", diz.

No caso de Aras decidir arquivar as representações relacionadas à CPI, uma denúncia à primeira instância, depois de Bolsonaro deixar o cargo, dependeria do surgimento de novos elementos.

Um segundo efeito que eventuais condenações criminais em segunda instância podem ter para Bolsonaro seria torná-lo inelegível, com base na Lei da Ficha Limpa. No entanto, entre os crimes comuns apontados pela CPI, apenas os crimes de epidemia e o crime de falsificação de documentos entrariam neste rol.

"Para os demais crimes listados no relatório a regra de inelegibilidade não se aplica por serem considerados de baixo potencial ofensivo", explica Carla Nicolini, advogada eleitoral e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Ela avalia contudo que o relatório da CPI terá o desgaste político como repercussão mais provável do que em condenação na esfera penal.

Outro caminho que poderia resultar em inelegibilidade seria o andamento de denúncia por crime de responsabilidade na Câmara dos Deputados, abrindo um processo de impeachment contra o presidente da República.

Neste caso, entretanto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é a primeira pedra no caminho daqueles que desejam ver Bolsonaro fora do cargo.

Para além dos crimes comuns e do crime de responsabilidade, o relatório da CPI atribui também a Bolsonaro a prática de crime contra a humanidade. Previsto no Estatuto de Roma, que foi reconhecido pela legislação brasileira, tal crime é julgado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) em Haia.

Entre especialistas, há divergências não só quanto às chances de Bolsonaro vir a ser condenado por crime contra a humanidade, mas também quanto a se o TPI abriria uma investigação contra o presidente.

Para tanto, a corte internacional avalia se o suposto crime é de fato de sua competência, se há omissão das autoridades nacionais em investigá-lo e se ele tem gravidade suficiente.

Mesmo que o TPI decida abrir uma investigação, o processo seria longo e uma eventual condenação poderia levar anos. Apenas essa fase preliminar de análise dura pelo menos um ano.

No limite, uma condenação de Bolsonaro por crime contra a humanidade poderia levar a uma pena de prisão de até 30 anos e também em inelegibilidade.

De acordo com o advogado especializado em direito eleitoral Marcelo Andrade, apesar de os crimes contra a humanidade não estarem previstos na Lei da Ficha Limpa, a depender da modalidade em que houvesse uma eventual condenação, Bolsonaro poderia ser enquadrado como ficha suja, pois uma das hipóteses previstas são os crimes contra a vida.

"Consigo antever que o crime de extermínio, por exemplo, é um tipo de crime contra a vida e, por isso, pode gerar inelegibilidade", afirma Marcelo Andrade.

Penas dos crimes atribuídos a Bolsonaro

PRISÃO

- Prisão em regime fechado ocorreria apenas no caso de haver condenação, por um ou mais crimes, de modo que a pena total seja superior a oito anos. Entre os crimes comuns listados contra Bolsonaro, maioria tem pena máxima de até um ano
- Os únicos ilícitos listados pela CPI e que, sozinhos, poderiam resultar na prisão de Bolsonaro seriam o crime de epidemia, na modalidade dolosa, e o crime contra a humanidade. A possibilidade de que ele seja condenado por esses crimes, contudo, é mais controversa

Código Penal

- Crime de epidemia com resultado de morte: reclusão, de 20 a 30 anos
- Falsificação de documento particular: reclusão, de um a cinco anos, e multa
- Infração de medida sanitária preventiva: detenção, de um mês a um ano, e multa
- Charlatanismo: detenção, de três meses a um ano, e multa
- Prevaricação: detenção, de três meses a um ano, e multa
- Emprego irregular de verbas públicas: detenção, de um a três meses, ou multa
- Incitação ao crime: detenção, de três a seis meses, ou multa

Estatuto de Roma

- Crime contra a humanidade: prisão por um número determinado de anos, até ao limite máximo de 30 anos

FICHA-SUJA

A Lei da Ficha Limpa traz um rol de crimes cuja condenação em segunda instância ou por órgão colegiado fazem do candidato ficha-suja

- **Crimes comuns** Entre os sete crimes do Código Penal apontados pela CPI contra Bolsonaro apenas dois poderiam ter como efeito o enquadramento na Lei da Ficha Limpa, o crime de epidemia e o crime de falsificação de documentos particulares. Aos demais a regra não se aplica por terem pena inferior a dois anos
- **Crime contra a humanidade** Apesar de os crimes contra a humanidade não estarem previstos na Lei da Ficha Limpa, em tese, eles podem ter também a inelegibilidade como efeito, ao serem entendidos, por exemplo, como crime contra a vida
- **Crime de responsabilidade** Junto do impeachment pode ser aplicada uma pena acessória de inabilitação para o exercício de cargos públicos, equivalente à inelegibilidade

O caminho do vexame em Glasgow

Profissionais do Itamaraty podem evitar que Brasil saia satanizado da COP 26

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Falta um dia para a ida de Jair Bolsonaro à reunião do G-20 de Roma e mais três para o começo, no domingo, da reunião da ONU sobre mudanças climáticas, a COP 26. Se a conduta das delegações brasileiras for conduzida por profissionais do Itamaraty, será possível evitar que o Brasil saia satanizado de Glasgow. Se a orientação sair da copa do presidente Bolsonaro, arma-se um vexame. Essa preocupação é legítima quando se sabe que em setembro a copa do Alvorada deu o tom do discurso pedestre do capitão na abertura da Assembleia da ONU.

A entrega da chefia da delegação brasileira ao ministro Joaquim Leite, do Meio Ambiente, foi um mau sinal. Não só pelo seu currículo e pela sua falta de experiência em assembleias internacionais, mas também pelo seu desconhecimento dos antecedentes históricos da encrenca em que se meteu. Ele disse que a proposta da Comissão Europeia de criação de uma taxa de carbono sobre produtos importados seria "uma forma de proteger as indústrias europeias de concorrentes estrangeiros que não cumprem os mesmos padrões de redução das emissões de gases de efeito estufa".

Traduzindo: os europeus usam a proteção ao meio ambiente para proteger suas economias. Essa ideia é compartilhada, por exemplo, pelo ministro da Economia, doutor Paulo Guedes. Vá lá que haja um fator econômico na querela. Mesmo assim, acreditar que a preocupação mundial com o clima seja um joguinho de papeleiros "revela um despreparo enorme", para usar uma expressão do próprio Guedes detonando a fantasia de um Plano Marshall diante da Covid-19.

O pelotão palaciano viajou no tempo para escorregar numa casca de banana do século 19. Quando o império defendia a escravidão e o contrabando negreiro, argumentava, quase em surdina, que o abolicionismo era um ardil dos ingleses para proteger sua produção. Em benefício da elite da época, esse argumento nunca foi vocalizado por ministros. O Barão de Penedo, embaixador em Londres, nunca disse essas tolices por lá.

Passou o tempo e, novamente em surdina, a ditadura dizia que a política de defesa dos direitos humanos do presidente Jimmy Carter era uma nova face do imperialismo americano.

Omitiam-se dois fatos essenciais: o império assentava-se na escravidão e a ditadura amparava-se na tortura. Hoje, tenta-se embaralhar a questão climática reciclando a ignorância. É perda de tempo porque, salvo na cabeça dos agrotrogloditas, as queimadas da Amazônia estão na agenda do mundo.

Se o Brasil for para a reunião do G-20 de Roma e para Glasgow oferecendo um vago projeto verde, falando em protecionismo e cobrando recursos dos países ricos, pagará um mico. Em situações semelhantes, defendendo posições escalafobéticas, a diplomacia brasileira soube deixar o país fora da vitrine. Foi assim quando defendeu a insana política de reserva de mercado na informática, aquela que proibia a importação de computadores. Depois de um surto nacionalista, deixou o Acordo Nuclear com a Alemanha ir para a sepultura sem muxoxos.

Um presidente que não toma vacina e divulga a mentira de que ela provoca reações letais pode ser um ícone para seus convertidos, mas suas ideias em relação ao meio ambiente não são produto de exportação.

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Relator cita uso ilícito de WhatsApp, mas TSE tem 3 votos contra cassar Bolsonaro

Ministro diz que houve disseminação de fake news, mas não com gravidade suficiente para cassação

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tem três votos contra a cassação do presidente Jair Bolsonaro e do vice Hamilton Mourão por participação em esquema de disparo em massa de fake news nas eleições de 2018.

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Luís Felipe Salomão, e o ministro Mauro Campbell fizeram duras críticas ao chefe do Executivo, mas afirmaram que não foi comprovada gravidade suficiente que justifique a cassação do presidente. O ministro Sérgio Banhos também se posicionou contra a ação.

O julgamento foi interrompido devido ao horário e será retomado na quinta (28).

A corte tem sete integrantes. Caso haja mais um voto nessa linha, a ação será rejeitada.

Salomão e Campbell afirmaram que foi comprovada a existência do esquema de disparo em massa de mensagens para beneficiar Bolsonaro, mas consideraram que as provas não apontaram gravidade suficiente para cassá-lo.

Banhos, por sua vez, disse que não há provas da propagação em massa das fake news via aplicativo de mensagens.

Salomão afirmou que "inúmeras provas" apontam que desde 2017 pessoas próximas a Bolsonaro atuam de maneira permanente para atacar adversários e, mais recentemente, as instituições.

O ministro, que é relator do caso, afirmou que estão "presentes indícios de ciência" de Bolsonaro sobre a produção de fake news, mas defendeu que a ausência de provas sobre o teor das mensagens e o modo com que repercutiram no eleitorado impedem a punição de cassação da chapa.

"Ainda que os disparos em massa de mensagens de WhatsApp tenham se caracterizado na hipótese dos autos, isso não conduz de modo automático à conclusão de que pessoas jurídicas estariam financiando essa prática", disse.

E prosseguiu: "No que toca ao financiamento da campanha por empresas visando patrocinar o ilícito, tenho que, além da já destacada problemática quanto ao teor e ao alcance dos disparos em massa de mensagens de WhatsApp, também não é possível extrair dos autos, com segurança, a prática dessa conduta vedada".

As ações em julgamento são de autoria do PT e foram apresentadas após a **Folha** publicar reportagem que revelou que empresas compraram pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT via WhatsApp. Os contratos chegavam a R$ 12 milhões.

Salomão citou provas dos inquéritos em curso no STF que miram Bolsonaro e seus aliados. O magistrado afirmou que as investigações do Supremo jogaram "nova luz sobre a controvérsia" discutida nas ações do TSE.

O ministro disse que as provas demonstram que desde as eleições o foco da campanha de Bolsonaro foi a captação de votos mediante uso de ferramentas tecnológicas, por meio das redes sociais ou por aplicativos de mensagens.

"Esse aspecto, embora por si não constitua qualquer ilegalidade, assumiu, a meu juízo, contornos de ilicitude, a partir do momento em que se promoveu o uso dessas ferramentas com o objetivo de minar indevidamente candidaturas adversárias, em especial a dos segundos colocados".

Segundo o ministro, o conjunto probatório não deixa dúvida de que a campanha de Bolsonaro ocorreu "mediante utilização indevida, dentre outros, do aplicativo de mensagens WhatsApp para promover disparos em massa".

O ministro afirmou que um candidato que "lança mão ou é beneficiário" do disparo em massa de fake news pode ser cassado por abuso de poder político. Disse também que a prática pode ser enquadrada no uso indevido dos meios de comunicação, que também pode levar à cassação.

O ministro propôs que o TSE fixe uma tese nesse sentido e sugeriu que a gravidade da prática será aferida para decidir se é caso de cassação mediante cinco parâmetros. São eles: teor das mensagens e se continham propaganda negativa contra adversário ou fake news; verificar se o conteúdo repercutiu perante o eleitorado; ver o alcance do ilícito em termos de mensagens veiculadas; grau de participação dos candidatos; e se a campanha foi financiada por empresas.

Campbell acompanhou Salomão para que seja fixada essa tese e também para rejeitar as ações. Para ele, o julgamento, embora não leve à punição de Bolsonaro, presta um "serviço inestimável à democracia brasileira, na medida em que se estabelecem parâmetros claros sobre as condutas que não podem ser admitidas em campanhas eleitorais".

Presidente sanciona sem vetos projeto que abranda a Lei de Improbidade Administrativa

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro sancionou sem vetos o projeto que abranda a Lei de Improbidade Administrativa e exige que se comprove a intenção de lesar a administração pública para que se configure crime. O ato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (26).

O texto foi aprovado pela Câmara no começo de agosto. Dentre as mudanças, estabelece que apenas o Ministério Público poderá entrar com uma ação por improbidade administrativa.

Hoje outros órgãos públicos, como a AGU (Advocacia-Geral da União) e as procuradorias municipais, também podem apresentar essas ações à Justiça.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já foi condenado em duas ações de improbidade administrativa na Justiça de Alagoas.

A Lei de Improbidade foi promulgada em 1992 em meio às denúncias de corrupção no governo de Fernando Collor (1990-1992), com o objetivo de penalizar na área cível agentes públicos envolvidos em desvios.

Defensores da mudança na lei dizem que as regras atuais deixam uma ampla margem de interpretação sobre o que é um ato de improbidade. Já os críticos do abrandamento veem retrocesso no combate à corrupção, já que as punições se tornam mais difíceis.

O texto prevê que a improbidade só será considerada quando ficar "comprovado o fim de obter um proveito ou benefício indevido para si mesmo ou para outra pessoa ou entidade". Pela lei atual, o gestor pode ser punido por ato culposo, sem intenção, mas que prejudique a administração pública.

Os deputados rejeitaram uma alteração feita pelo Senado que estabelecia que a mera nomeação de parentes para ocupar cargos de direção já seria suficiente para configurar ato de improbidade administrativa, sendo desnecessária a aferição de dolo específico.

Em seu parecer, o relator, Carlos Zarattini (PT-SP), rejeitou a ressalva dos senadores, afirmando ser "inoportuna, na medida em que não contribui para a clareza, precisão e ordem lógica, na interpretação do texto".

O Ministério Público terá exclusividade para propor ações de improbidade administrativa, o que é criticado por Lademir Rocha, presidente da Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais). Isso retira a legitimidade da AGU e de procuradorias estaduais e municipais.

A prescrição passa a ser de oito anos "a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência".

O projeto altera dispositivos que tratam das penas e retira a penalidade mínima. Quem for condenado por improbidade poderá perder a função pública, ter os direitos políticos suspensos por até 14 anos ou pagar multa.

A perda de função pública atingirá apenas o vínculo de mesma natureza que o agente ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.

+ O que muda na Lei de Improbidade

DESCRIÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE

Como está hoje
O texto da lei é genérico sobre as situações que podem configurar improbidade, deixando margem para que até decisões e erros administrativos sejam enquadrados na legislação

O que muda
O projeto de lei traz definições mais precisas sobre as hipóteses de improbidade e prevê que não configura improbidade a ação ou omissão decorrente da divergência interpretativa da lei

FORMA CULPOSA DE IMPROBIDADE

Como está hoje
A lei estabelece que atos culposos, em que houve imprudência, negligência ou imperícia podem ser objeto de punição

O que muda
Proposta deixa na lei apenas a modalidade dolosa (situações nas quais houve intenção de praticar a conduta prejudicial à administração). Medida deve promover redução significativa nas punições, pois é muito mais difícil apresentar à Justiça provas de que o agente público agiu conscientemente para violar a lei

TITULAR DA AÇÃO

Como está hoje
O Ministério Público e outros órgão públicos, como a AGU (Advocacia-Geral da União) e as procuradorias municipais podem apresentar as ações de improbidade à Justiça

O que muda
O Ministério Público terá exclusividade para a propositura das ações segundo a proposta aprovada no Senado

Zé Trovão se entrega à PF após tentativa de asilo no México

Zé Trovão em vídeo publicado nas redes sociais Reprodução

SÃO PAULO | UOL Após quase dois meses foragido, o bolsonarista Marcos Antonio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, se entregou nesta terça (26) à Polícia Federal em Joinville (SC).

Ele se apresenta como líder dos caminhoneiros no Brasil, embora outros líderes não o reconheçam como tal.

Os advogados do bolsonarista, Elias Mattar Assad e Thaise Mattar Assad, disseram que a apresentação foi espontânea e que Zé Trovão "está ao dispor da Justiça para provar sua inocência. Na sequência, a defesa formulará pleitos de liberdade".

Zé Trovão foi alvo de ordem de prisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, decretada no início de setembro, por participar da organização de atos com pautas antidemocráticas para o feriado do 7 de Setembro.

O caminhoneiro protocolou em setembro um pedido de asilo político ao governo do México. No documento, Zé Trovão afirmava ser vítima de perseguição política.

Em seu canal do Telegram, o bolsonarista disse que se entregou "pelo Brasil" à PF.

"Me apresentei à Justiça brasileira porque como diz o nosso hino 'verás que um filho teu não foge à luta', eu jamais iria abandonar o povo brasileiro. Quando eu saí do Brasil, eu saí para continuar falando, e motivando cada um dos senhores brasileiros de bem a lutar por uma nação justa, digna e plena", disse o bolsonarista.

A prisão de Zé Trovão foi decretada no dia 3 de setembro pelo ministro Alexandre de Moraes, a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República). Deputados bolsonaristas entraram com pedido de habeas corpus ao caminhoneiro, mas o ministro Edson Fachin, do STF, rejeitou.

mundo

Orçamento leva a crise na esquerda, e Portugal pode antecipar eleições

Comunistas e socialistas divergem sobre contas, e impasse ameaça dissolução do Parlamento

Giuliana Miranda

LISBOA Sem consenso entre os partidos de esquerda para garantir a aprovação do orçamento para 2022, Portugal pode enfrentar a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições antecipadas para o início do próximo ano.

A votação deve ser realizada na tarde desta quarta (27), e o Executivo comandado pelo socialista António Costa corre contra o tempo para tentar um acordo de última hora.

Embora o governo tenha feito concessões a seus antigos parceiros de coalizão à esquerda, o PCP (Partido Comunista Português) e o Bloco de Esquerda já anunciaram que votarão contra o orçamento. Entre as reivindicações estão um aumento maior do salário mínimo nacional e alterações na legislação trabalhista.

Sem apoios também à direita, a proposta orçamentária de Costa parece se encaminhar para uma derrota na Assembleia da República. O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, deixou claro que irá determinar a dissolução do Parlamento e a realização de novas eleições legislativas se o governo não conseguir aprovar o orçamento.

Ainda que tenha afirmado que mantém a confiança "até o último segundo", o líder português foi enfático no alerta: "Ou há [aprovação do] orçamento ou avanço para o processo de dissolução da Assembleia da República."

Em um sistema parlamentarista como o de Portugal, a convocação de novas eleições para o Legislativo é um recurso utilizado para resolver impasses políticos que possam travar o funcionamento do país. A antecipação do pleito, no entanto, não é obrigatória. A decisão fica nas mãos do chefe de Estado.

O premiê António Costa já avisou que não renunciará ao cargo em caso de reprovação do orçamento. Disse que, se houver eleições antecipadas, será o candidato socialista.

Para dissolver o Parlamento, o presidente precisa passar por um longo trâmite de formalidades, incluindo conversas com os partidos políticos com representação no Parlamento e a convocação do Conselho de Estado (órgão consultivo que reúne ex-presidentes, chefes do Legislativo e do Judiciário, lideranças regionais e representantes dos cidadãos).

Assim, seguido todo o rito e respeitados os prazos estabelecidos na Constituição, os portugueses não devem ir às urnas antes de 8 de janeiro.

> "A julgar pelo resultado das eleições autárquicas [municipais, em setembro], eu avalio que nenhum partido, exceto eventualmente os menores, como o Chega e a Iniciativa Liberal, poderiam crescer
>
> **Paula Espírito Santo**
> professora de ciência política da Universidade de Lisboa

Na avaliação de Paula Espírito Santo, professora do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, as pesquisas eleitorais e o ambiente político recente ainda não permitem visualizar se novas eleições conseguiriam recompor o Parlamento de modo a desfazer o impasse político.

"A julgar pelo resultado das eleições autárquicas [municipais, em setembro], eu avalio que nenhum partido, exceto eventualmente os menores, como o Chega e a Iniciativa Liberal, poderiam crescer. No resto, há dúvidas de que poderiam crescer ou, no caso dos socialistas e do Partido Social-Democrata, aumentar e chegar a uma maioria", diz.

Mesmo sem ter conseguido eleger nenhum prefeito, o partido de direita radical Chega demonstrou sua capilaridade, elegendo vereadores e deputados municipais.

A eventual reprovação do orçamento para 2022 representaria o ponto final no entendimento à esquerda que possibilitou a ascensão de António Costa ao poder, em novembro de 2015. Na ocasião, os partidos de esquerda —tradicionalmente muito divididos em Portugal— chegaram a um entendimento pós-eleitoral que permitiu que os socialistas, que tinham ficado em segundo lugar nas eleições legislativas, indicassem o primeiro-ministro.

Devido à aparente fragilidade, o arranjo político recebeu o apelido de "geringonça". Para a surpresa de muitos analistas e de parte dos políticos portugueses, a coalizão à esquerda sobreviveu aos primeiros quatro anos de legislatura.

Tendo sido o partido mais votado nas eleições de 2019, mas sem maioria absoluta —com 108 deputados, entre os 230 no Parlamento—, os socialistas optaram por não renovar o compromisso escrito que sustentava a geringonça e passar a negociar individualmente as aprovações na Assembleia. Nos últimos anos, porém, esbarraram com cada vez mais frequência na resistência dos antigos aliados para a aprovação do orçamento de Estado.

"Podemos considerar que este orçamento é até muito inclusivo à esquerda, porque havia muito investimento para o Serviço Nacional de Saúde, havia compromisso de um aumento do salário mínimo, uma revisão dos escalões do imposto de renda para favorecer rendimentos mais baixos", analisa Espírito Santo. "Havia um conjunto de iniciativas de uma política social até mais próximas do PCP e do Bloco de Esquerda."

Em sua avaliação, porém, questões como o desejo dos partidos de esquerda em se diferenciarem com mais clareza dos socialistas podem ter contribuído para o indicativo de rejeição do orçamento.

"É claro que, de acordo com os argumentos dos partidos, a razão é puramente orçamentária. Mas há razões políticas também, que têm a ver sobretudo com a afirmação político-partidária de querer projetar esses partidos de forma mais independente e autônoma do PS", diz a cientista política.

Embora ainda seja a legenda com mais câmaras municipais (equivalentes às prefeituras), o Partido Socialista perdeu o controle de cidades importantes. A derrota mais significativa se deu na capital, Lisboa, que passou para as mãos do PSD (Partido Social-Democrata), maior partido da oposição.

Os sociais-democratas passaram a controlar outras cidades importantes, como Funchal, capital da Madeira.

O PSD, no entanto, mal teve tempo de comemorar os resultados. Atualmente, o partido passa por uma disputa pela liderança. O atual líder, Rui Rio, foi desafiado pelo eurodeputado Paulo Rangel. A eleição dentro da sigla está marcada para 4 de dezembro.

Outro partido de direita, o CDS-PP, também vive seus próprios conflitos internos pela liderança, o que embaralha ainda mais as previsões do resultado das possíveis legislativas antecipadas no país.

Giuliana Miranda/Folhapress

BRASILEIROS FAZEM ATO CONTRA PALESTRA DE MINISTRO EM LISBOA

Uma aula sobre "as ações do Brasil no enfrentamento da Covid-19", proferida pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ocorreu sob protestos de brasileiros na Universidade de Lisboa. Alvo de intensas críticas na última semana e com uma manifestação convocada para a porta do evento, a palestra, que seria presencial, foi transferida para o ambiente virtual. O anúncio foi feito pela instituição horas antes do início do evento, na manhã desta terça-feira (26). Apesar da mudança, cerca de 50 pessoas se reuniram nas imediações da universidade para protestar contra Queiroga. Já o vídeo de transmissão da aula foi inundado de comentários contrários à fala e à presença do ministro. "Não há nada que esse ministro tenha para dizer aqui", disse à Folha a professora e pesquisadora Elisângela Rocha, uma das organizadoras da manifestação. "O que ele veio dizer a Portugal, que é hoje um dos países com melhor desempenho no combate à pandemia? É o contrário do que aconteceu no Brasil."

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Macron conversa com Xi depois da 'facada nas costas'

O francês Emmanuel Macron e o chinês Xi Jinping se falaram por por telefone.

Le Point e outros veículos franceses informaram que a França, que vai presidir o Conselho da União Europeia no ano que vem, defendeu que a China "continue a equilibrar a relação euro-chinesa na direção de maior reciprocidade, em especial em termos de acesso ao mercado".

Já South China Morning Post, CCTV e outros chineses, bem mais detalhados, ressaltaram que foi a primeira conversa "desde a aliança Aukus", entre EUA e Austrália, vista como uma "facada nas costas" por Paris.

Xi teria dito a Macron: "Acontecimentos internacionais recentes mostraram mais uma vez que a França tem razão ao defender a autonomia estratégica da UE". E Macron teria dito que "a França espera que o acordo de investimento [sino-europeu] seja aprovado logo".

A conversa foi três dias depois de, como destacou o chinês Guancha, Macron ter defendido em coletiva "a internacionalização do euro como resposta ao 'longo braço da jurisdição' dos Estados Unidos".

BUSCANDO CULPADOS O Washington Post publicou longo relato sobre a "tensão entre assessores de Joe Biden sobre a política em relação à China". John Kerry, enviado para o clima, queria ampliar a colaboração com Pequim, mas Jake Sullivan, assessor de Segurança Nacional, foi contra. As "baixas expectativas" em relação ao encontro sobre o clima, na Escócia, estariam ligadas a essa divisão.

'COAL-FRIENDLY' Mas o próprio WP afirma que "o aspecto mais forte da agenda climática de Biden, um programa de US$ 150 bilhões para substituir usinas movidas a carvão e gás por energia solar, nuclear e eólica, foi abandonado devido à oposição do senador Joe Manchin, um democrata 'amigo do carvão' da Virgínia Ocidental".

CORRIDA TECNOLÓGICA Depois do lançamento de um chip pelo Alibaba, o South China Morning Post manchetou na terça que a "China lança computador quântico mais rápido do mundo", que seria "um milhão de vezes mais poderoso do que o seu concorrente mais próximo, o Sycamore, do Google", dos Estados Unidos.

O MURDOCH FRANCÊS
O Financial Times destaca o acúmulo de ativos de mídia pelo magnata Vincent Bolloré, que estaria por trás da ascensão do presidenciável de extrema direita Eric Zemmour, apresentador de seu canal CNews, 'inspirado na Fox News'; ele já controla, na prática, a maior operadora de TV paga, Canal Plus, a maior editora, Hachette, a rádio Europe 1 e publicações como Journal du Dimanche e Paris Match

‘Brasil de Bolsonaro não pode entrar em órgãos como OCDE’

Deputado democrata liderou carta pedindo recuo nas relações dos EUA com Brasília

ENTREVISTA
HANK JOHNSON

Rafael Balago

WASHINGTON A ala progressista do Partido Democrata continuará buscando meios para tentar conter ações antidemocráticas e contra o meio ambiente tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido), afirma o deputado americano Hank Johnson.

Essas ações podem dificultar projetos como a entrada do Brasil na OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico) e parcerias em segurança.

"Não podemos estabelecer um precedente pelo qual um país cujo presidente é acusado de crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional seja capaz de se juntar a organizações internacionais cada vez mais importantes. Não sem responsabilização, transparência e reformas", ele disse à Folha.

Johnson, 67, é representante do estado da Geórgia e está na Câmara desde 2007. O deputado enviou uma carta ao governo de Joe Biden, em 14 de outubro, pedindo um recuo nas relações entre os dois países até que um novo líder brasileiro fosse eleito. O documento foi assinado por outros 63 parlamentares democratas.

O embaixador do Brasil em Washington, Nestor Forster, respondeu a Johnson dizendo que a missiva enviada por ele continha inverdades e pediu retratação. Johnson não quis comentar a mensagem, mas disse duvidar que Bolsonaro possa mudar sua postura.

"Vamos continuar a explorar mais ações, como propor legislações ou audiências, com base no modo como a situação se desdobrar", ele afirma.

*

O senhor recebeu resposta do governo Biden sobre a carta enviada? Ainda não, mas estamos aguardando.

O senhor e outros parlamentares democratas planejam outras ações relacionadas ao governo Bolsonaro? Como membros do Congresso dos EUA, buscamos aumentar a conscientização sobre as principais questões que afetam o Brasil. Ao pedir ao governo Biden para agir proativamente contra o retrocesso democrático e a degradação ambiental no Brasil, utilizamos uma ferramenta legislativa importante para pressionar o governo Bolsonaro a respeitar a lei e os direitos humanos.

Meus colegas parlamentares e eu continuaremos a usar as rotas legislativas disponíveis. Recentemente, incluímos duas emendas na lei Autorização Nacional de Defesa [que define os gastos em segurança]: uma determinando que nenhum fundo dos EUA seja usado para auxiliar na realocação involuntária de comunidades indígenas e quilombolas no Brasil, e outra proibindo a expansão na cooperação de segurança entre EUA e Brasil [a medida impede o uso de recursos para o avanço do processo de reconhecimento do Brasil como aliado extra-Otan]. Nós vamos continuar a explorar mais ações, como propor legislações ou audiências, com base no modo como a situação se desdobrar.

A postura de Bolsonaro pode levar o Congresso dos EUA a dificultar a aprovação de novas parcerias com o Brasil? Há muitos questionamentos se o Brasil poderia se tornar um membro permanente da OCDE. Precisamos ter um olhar mais atento a essa questão até que o governo Bolsonaro melhore seus indicadores em ambiente, democracia e direitos humanos.

Com o autoritarismo crescendo ao redor do mundo, não podemos estabelecer um precedente pelo qual um país cujo presidente é acusado de crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional seja capaz de se juntar a organizações internacionais cada vez mais importantes. Não sem responsabilização, transparência e reformas.

Os gestos do governo brasileiro podem dificultar a aprovação de um novo embaixador americano para o Brasil? É essencial que o presidente Biden nomeie um embaixador para o Brasil que defenda a democracia e os direitos humanos. Como dito na carta, muitos membros do Congresso acreditam que até o comportamento antidemocrático de Bolsonaro mudar, os EUA e outros países não devem normalizar as relações com o Brasil. Ao expandir parcerias com um governo que abertamente ataca as minorias e as instituições democráticas, estamos automaticamente ignorando e, em algum grau, tolerando esse tipo de comportamento. Então, é menos uma questão de dificultar e mais de buscar uma reforma [substancial].

O governo Bolsonaro tem prometido mudar de postura e anunciou novas metas na área ambiental. Como vê esse movimento? Da forma como as coisas estão agora, é insuficiente. Não é a primeira vez que Bolsonaro tem dito que mudaria suas políticas ambientais. Em abril, na cúpula organizada pelo presidente Biden, Bolsonaro prometeu aumentar os gastos para combater o desmatamento e, um dia depois, cortou gasto ambiental.

Esse tipo de ação mostra que as promessas de Bolsonaro de lutar contra o desmatamento e as mudanças climáticas não devem ser tomadas pelo valor de face, a menos que sejam acompanhadas de resultados mensuráveis. Até vermos mudanças com base em evidências, a pressão contra suas questionáveis políticas ambientais deve continuar.

Bolsonaro poderia tomar alguma ação efetiva para provar que deixou as atitudes antidemocráticas para trás? A janela de oportunidades está aí, mas se Bolsonaro a utilizará é outra questão. Ele poderia começar encerrando a realocação involuntária de comunidades indígenas e quilombolas no Brasil. Ele poderia parar com seu esforço atual para tentar reverter o excepcionalmente seguro sistema de votação para o menos confiável e antigo uso de cédulas de papel. Ele poderia parar com a retórica de semear dúvidas de fraude na eleição do próximo ano.

Com base no seu comportamento atual e do passado, no entanto, não estou otimista de que Bolsonaro irá reverter seus esforços antidemocráticos. Por isso, os EUA devem pensar muito sobre como deve ser a parceria com o Brasil.

O senhor recebeu resposta do embaixador brasileiro, que pediu retratação e disse que a carta enviada pelo senhor tinha falsidades? Recebemos a resposta, e vamos continuar os nossos esforços para ampliar as questões relativas a direitos humanos, democracia e proteção ambiental no Brasil e ao redor do mundo.

Greg Nash - 21.out.21/Reuters

Hank Jonhson, 67
Deputado democrata pela Geórgia, está no cargo desde 2007. Integra os comitês de Justiça, Reforma do Governo e Transportes e Infraestrutura. Formado em direito, atuou por 27 anos como advogado criminal e 12 anos como juiz.

Trump declara apoio a brasileiro em dia de derrota na CPI da Covid

O ex-presidente dos EUA Donald Trump divulgou na terça (26) mensagem de apoio a Jair Bolsonaro. "O presidente Jair Bolsonaro e eu nos tornamos grandes amigos ao longo dos últimos anos. Ele batalha muito pelo povo e ama os brasileiros —como eu faço pelo povo americano", diz o texto. O americano não mencionou o pedido de indiciamento do brasileiro pela CPI da Covid, ocorrido no mesmo dia.

EUA voltam a emitir vistos para brasileiros

Novas vagas são abertas para 2021; país vai exigir comprovante de vacinação e teste de Covid para autorizar entrada

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Os Estados Unidos vão retomar a emissão de vistos para brasileiros, anunciou nesta terça-feira (26) a embaixada americana em Brasília.

Haverá abertura de novas vagas para agendamento de entrevistas ainda neste ano, mas a fila de espera deve aumentar muito, segundo informou Antonio Agnone, chefe da seção consular. As entrevistas serão retomadas a partir de 8 de novembro.

"Estamos fazendo todo o possível para aumentar a disponibilidade, mas a fila pode aumentar e, quando abrirmos novas vagas, diminuir. É importante que a pessoa volte sempre para o sistema de agendamento", afirmou.

A emissão de novos vistos esteve praticamente interrompida desde maio de 2020, devido à pandemia de Covid-19. Com o avanço da doença em território brasileiro, os americanos estabeleceram restrições para viajantes provenientes do país — entre elas a proibição de entrada para quem tivesse passado pelo Brasil nas duas semanas anteriores ao ingresso nos EUA.

Para entrar nos EUA durante a pandemia, os brasileiros que tinham visto válido precisavam cumprir um período de 14 dias num terceiro país que não fosse alvo das restrições americanas, como o México.

Até esta segunda (25), de acordo com as autoridades americanas, não era possível realizar agendamento de entrevista do visto para 2021 por falta de vagas. Os cidadãos brasileiros podiam escolher datas em 2022 ou mesmo em anos subsequentes, mas não havia garantia de que as marcações seriam respeitadas.

De acordo com Agnone e Tobias Bradfort, porta-voz da missão diplomática, a expectativa agora é dar vazão a essas solicitações represadas. Nenhum dos dois, no entanto, estimou o tamanho da fila.

"Começando no dia 8 de novembro, o processo de pedir de visto ou renovação vai ser regularizado, como ocorria antes da pandemia. Sabemos que a fila para pedir um visto pode ser muito prolongada, por isso é muito importante para todo mundo entender que, se você está pensando em viajar, é melhor pedir o visto agora. É melhor ter o visto na mão para não correr risco de perder dinheiro na passagem", disse Agnone.

Na data citada por ele começam a valer também as novas regras para entrada nos EUA. De acordo com a Casa Branca, estrangeiros terão de estar completamente vacinados contra a Covid-19, mas a regra não se aplica a menores de 18 anos —passageiros de 2 a 17 anos precisarão apresentar um teste negativo para a presença do vírus.

Para os demais, no momento do embarque, será necessário mostrar à companhia aérea o certificado de vacinação (que, para brasileiros, pode ser emitido por meio do aplicativo Conecte SUS), bem como um teste negativo feito três dias antes da viagem.

As vacinas autorizadas para uso nos EUA, bem como as que receberam aval da OMS (Organização Mundial da Saúde), atenderão aos critérios para viagens ao país. Isso inclui a Coronavac, além das outras aplicadas no Brasil.

Estão isentas da exigência de vacinação apenas pessoas que por motivos médicos não possam receber os imunizantes ou cidadãos de 50 países nos quais as taxas de vacinação são atualmente menores que 10%, em razão do baixo acesso aos fármacos.

Os viajantes também deverão fornecer às companhias aéreas informações de contato básicas e válidas antes de embarcar em voos para o país.

Bolsonaro defende Acolhida, mas ignora caos de venezuelanos em Pacaraima

ANÁLISE

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Apesar de o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ter dito, na terça (26), que o Brasil é "um país humanitário", que faz "seu trabalho de acolher e integrar" os venezuelanos, a situação dos refugiados em Roraima é precária.

Em Boa Vista, onde o mandatário visitou um dos abrigos da Operação Acolhida, liderada pelo Exército, há 1.803 migrantes venezuelanos desabrigados, sendo que 548 deles têm menos de 18 anos, segundo relatório mais recente da Organização Internacional de Migrações (OIM), relativo a setembro. Desse total, 825 pessoas estão dormindo no posto de recepção da rodoviária e 122, pernoitando na rua.

Bolsonaro havia prometido visitar Pacaraima, cidade na fronteira com a Venezuela, para divulgar o trabalho da Operação Acolhida. Mas desistiu de última hora e restringiu seu roteiro a Boa Vista.

Talvez porque Pacaraima não seja o melhor exemplo de assistência e acolhimento aos venezuelanos. Segundo a OIM, no município de 18 mil habitantes há 4.225 venezuelanos desabrigados, 2.330 deles dormindo embaixo de marquises e nas calçadas. Seria como se a cidade de São Paulo tivesse 1,6 milhão de refugiados vivendo nas ruas.

Dos migrantes em Pacaraima, 1.539 são crianças e adolescentes com menos de 18 anos.

Há mais 1.582 venezuelanos nos abrigos da Acolhida na cidade, segundo a Casa Civil. Em Boa Vista, há 6.753 refugiados espalhados por 13 estruturas.

"O Brasil é um país que tem profundo respeito pelo sofrimento dos outros", disse Bolsonaro nesta terça-feira, aos venezuelanos em um abrigo em Boa Vista. "Vamos fazer o possível para integrá-los [venezuelanos] à sociedade."

A Secretaria de Comunicação da Presidência fez campanha nas redes com o mote "Operação Acolhida, o socialismo segrega, o Brasil acolhe".

As mais de 2.300 pessoas nas ruas de Pacaraima têm à disposição apenas 16 banheiros e 8 duchas, construídos pela Cáritas com financiamento da Usaid, agência americana para desenvolvimento internacional. O governo municipal não oferece infraestrutura de higiene para venezuelanos que estão fora de abrigos.

Os números vêm aumentando desde que a fronteira foi reaberta. Ela havia sido fechada em março de 2020, devido à pandemia. A decisão só foi revogada em junho deste ano.

Desde o início da crise política e econômica na Venezuela, cerca de 5,9 milhões de cidadãos deixaram o país do ditador Nicolás Maduro. Segundo o dado mais recente da R4V, plataforma que reúne organizações da sociedade civil e da ONU para imigração, há 261.441 refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil.

[...]

Bolsonaro havia prometido visitar Pacaraima, mas desistiu de última hora e restringiu seu roteiro a Boa Vista. Talvez porque Pacaraima não seja o melhor exemplo de assistência e acolhimento aos venezuelanos

Em agosto, questionado pela **Folha** sobre os preparativos para a possível visita de Bolsonaro, o prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato (Republicanos), disse por mensagem que pretendia "mostrar a realidade vivida pela população, sem mascará-la, de modo que haja mais sensibilidade do governo federal no que tange a segurança na fronteira, a fluidez da interiorização e demais temas pertinentes à imigração".

Na viagem, Bolsonaro preferiu não passar por Pacaraima.

Oposição tenta desidratar PEC dos precatórios, e votação é adiada

Aliados buscam bancadas da base e independentes para explicar proposta, que deve ir ao plenário hoje

Thiago Resende, Danielle Brant e Washington Luiz

BRASÍLIA A oposição ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) quer derrubar parte da proposta que cria um teto para o pagamento de precatórios —dívidas reconhecidas pela Justiça— e abre mais espaço no Orçamento para gastos em ano eleitoral.

Para tentar garantir a aprovação do projeto, aliados do governo se reuniram com bancadas partidárias, buscando alinhar a base do Palácio do Planalto. A previsão é que agora o projeto seja votado nesta nesta quarta-feira (27) no plenário da Câmara.

A decisão da oposição e o adiamento da votação, que era esperada para esta terça (26), foram antecipados pela coluna Painel.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) foi aprovada na noite de quinta-feira (21) na comissão especial da Câmara. Agora, o texto precisa do apoio de pelo menos 308 votos dos 513 deputados em votação em dois turnos.

Inicialmente, a PEC foi editada para alterar as regras de pagamento de precatórios. Foi incluído no texto, porém, um dispositivo para driblar a regra do teto de gastos. Isso garante mais recursos ao governo já em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

Nos bastidores, líderes governistas e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atuam para alcançar o placar necessário na votação e garantir que o governo tenha dinheiro para gastar mais no ano que vem. Para isso, se reuniram com representantes de partidos da base e independentes para explicar a proposta e fazer um balanço prévio dos votos.

O conjunto das alterações previstas —mudança na regra dos precatórios e no teto— cria um espaço orçamentário de R$ 83 bilhões no ano eleitoral de 2022, de acordo com o relator da PEC, deputado Hugo Motta (PB), que é líder do Republicanos.

Esses recursos viabilizam a ampliação do Auxílio Brasil, o novo programa social com a marca de Bolsonaro, além de permitir mais dinheiro para o fundo de financiamento das eleições e emendas parlamentares, que são usadas por deputados e senadores para enviar verba para obras e projetos em suas bases eleitorais.

Partidos de oposição, como o PT, se posicionaram contra a parte da proposta que adia o pagamento de precatórios. "Isso vai criar uma bola de neve. Os precatórios têm que ser pagos", disse o vice-líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP).

"Essa ideia é fiscalmente irresponsável", afirmou o líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

A PEC cria um limite para despesas com sentenças judiciais dentro do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação. Pela proposta, a parcela excedente a esse limite será paga futuramente ou pode, em condições específicas, ser quitada fora do teto de gastos.

O cálculo do limite de pagamento de precatório previsto no projeto usa como base o montante pago em sentenças judiciais em 2016 (ano de criação do teto de gastos federais) e o corrige pela inflação. O valor resultante passaria a ser o máximo a ser pago pela União em precatórios dentro do teto.

Essa medida, segundo o relator, tem potencial de retirar do teto de gastos cerca de R$ 44 bilhões no Orçamento de 2022.

A outra medida, que trata da alteração no cálculo do teto, permite uma expansão de aproximadamente R$ 39 bilhões nos gastos do próximo ano. Partidos de oposição criticam o limite de despesas federais desde a criação da norma fiscal e, portanto, planejam votar a favor da flexibilização do teto.

Motta se reuniu nesta terça com representantes da oposição. Apesar das divergências, o relator disse que não pretende fazer alterações no texto. "Vou discutir com os técnicos do governo, mas a ideia é votar no plenário o texto que passou pela comissão".

O relator e aliados do governo também conversaram com deputados da base e independentes ao governo. O objetivo foi explicar a proposta e fazer um balanço de votos antes da sessão no plenário.

Nesta terça, Lira falou sobre o adiamento da votação. "As incertezas até a aprovação do texto vão continuar, as versões vão continuar, mas amanhã [quarta] nós teremos um texto aprovado ou não, para dar uma solução ao espaço discricionário do teto, e a criação de um programa temporário", disse Lira, se referindo ao Auxílio Brasil.

A decisão de adiar também teve relação com o quórum da sessão, de cerca de 400 deputados. Como o mínimo para aprovar a PEC eram 308 votos, Lira poderia amargar nova derrota caso insistisse em pautar o texto —na semana passada, a PEC que mudava a composição do Conselho Nacional do Ministério Público foi rejeitada por 11 votos.

O presidente da Câmara negou haver resistências ao texto dos precatórios e também criticou a inclusão de professores na discussão.

Continua na pág. A16

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Na boleia

Na tarefa de acalmar os caminhoneiros que voltaram a fazer ameaça de paralisação em 1º de novembro, o ministro Tarcísio de Freitas está tentando dialogar argumentando que os motoristas não deveriam tratar o governo como culpado. Pelas orientações do ministro, se o diesel sobe, eles deveriam elevar também o preço do frete, passando adiante o reajuste. Uma parte até concorda com Tarcísio de Freitas, mas há uma outra parcela que alerta para o risco inflacionário contido na sugestão.

ACOSTAMENTO Para os caminhoneiros, o ministro não considera a dificuldade em repassar os preços às empresas de transporte.

PARA-CHOQUE Nas conversas com os motoristas, Tarcísio de Freitas tem argumentado que o combustível subiu no mundo todo e listado uma série de benefícios já oferecidos à categoria, como ampliação do prazo de renovação da carteira de motorista e mudança em regra de pesagem.

AGENDA O Instituto Unidos Brasil, que reúne empresários como Alberto Saraiva (Habib's), Aldo Leone (Agaxtur), Washington Cinel (Gocil) e Edgard Corona (Smart Fit), além de associações de diversos setores, prepara um encontro em Brasília para falar de empregos com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

DOIS EM UM O evento vai ser um seminário marcado para o dia 9 de novembro, segundo o convite que já vem circulando entre grandes empresários. Alguns dos que pretendem comparecer afirmam que, além de reclamar do furo no teto de gastos, vão pressionar por senso de urgência e responsabilidade com o rumo da economia a caminho da eleição.

AÇÃO "Temos que pressionar o governo a encontrar uma saída para gerar emprego. Não adianta o governo ficar falando que tem 14 milhões de desempregados e ficar de braços cruzados", diz o presidente do Instituto, Nabil Sahyoun. Segundo ele, o evento deve reunir cerca de 250 pessoas entre parlamentares, representantes de trabalhadores e comunidades. Lira fará a abertura do encontro.

CADEIRA O Nubank anunciou nesta terça (26) que Muhtar Kent, ex-presidente-executivo e do conselho da Coca-Cola Company, entrou para o conselho de administração da fintech. Kent se junta ao grupo que tem nomes como a cantora Anitta, Luis Alberto Moreno, ex-presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e Daniel Goldberg, ex-presidente do Morgan Stanley no Brasil.

VITRINE A Ikea anuncia a compra da antiga loja principal da rede de fast fashion Topshop, no centro de Londres, depois que a marca de moda do grupo Arcadia, que pertence ao empresário Philip Green, foi adquirida pelo ecommerce Asos neste ano. O espaço da Topshop ficava na Oxford Street, uma das maiores vias comerciais do mundo, que concentra lojas de departamento e marcas de vestuário.

FAST FASHION A mudança evidencia a expansão de mercados ligados a casa e decoração na pandemia tomando o espaço de outros setores que padeceram na crise do coronavírus. A gigante sueca, que tem grandes armazéns em locais distantes de centros urbanos, agora quer elevar a presença nos centros das cidades. A abertura está prevista para o segundo semestre de 2023.

ÁTOMO A rentabilidade de fundos que investem em urânio, matéria-prima usada como combustível nas usinas nucleares, está em alta nas gestoras de investimento. A Vitreo registrou valorização acima de 23% em outubro do fundo de urânio lançado pela empresa em janeiro. Segundo a gestora, a crise energética mundial está impulsionando a demanda pelo metal, elevando também o preço.

MINA Já na Warren Asset, que inseriu o urânio em seu fundo ESG em julho, o rendimento dos investimentos no metal foi de quase 22,5% neste mês. Segundo Rafael Siqueira, sócio-diretor da L2 Capital, o fundo de urânio criado em 2018 pela gestora rendeu 17,5% no terceiro trimestre. Ele diz que o processo global de transição energética também contribui para a valorização, e que há um desequilíbrio entre oferta e demanda.

FIO A Omega Energia, de geração elétrica de fontes renováveis, organizou um protesto em Brasília nesta terça (26) pela abertura do mercado livre de energia. A empresa levou ao Planalto 70 bonecos infláveis gigantes e faixas para falar das vantagens da medida ao consumidor final. Executivos da Omega também entregaram a parlamentares um manifesto a favor da mudança.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS

Out., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	7,89

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência outubro

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín.	R$ 1.100,00	20%	R$ 220,00
Valor máx.	R$ 6.433,57	20%	R$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 16.nov

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.100	5%	R$ 55,00

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.100	7,5%
De R$ 1.100,00 a R$ 2.203,48	9%
De R$ 2.203,49 a R$ 3.305,22	12%
De R$ 3.305,23 a R$ 6.433,57	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 19.nov. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Dedução, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.nov. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Oposição tenta desidratar PEC dos precatórios, e votação é adiada

Continuação da pág. A15

Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas ganharam na Justiça o direito de receber R$ 15,6 bilhões relativos a dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

"O débito ou repasses desse percentual de professores vai caber aos estados e municípios, nós não estamos mexendo nessas situações", disse Lira.

No Senado, além da reação negativa do mercado, parlamentares contrários à PEC afirmam que ela desviará recursos que seriam destinados para a educação. Apesar dessas resistências, líderes do governo e de partidos independentes no Senado consideram que o projeto alcançará os 49 votos necessários para aprovação e que o mais difícil, no momento, é a votação na Câmara.

> **"Acredito que teremos apoio para aprovar [a PEC]"**
> **Eduardo Gomes (MDB-TO)**
> líder do governo no Congresso

Eles avaliam que a possibilidade de beneficiar governadores com o chamado encontro de contas vai facilitar a apreciação da proposta no Senado. Pelo mecanismo, os contratos, acordos, ajustes, convênios, parcelamentos ou renegociações de débitos firmados pela União com os entes federativos poderão ser abatidos nos precatórios dos valores devidos pela União.

O fato de a PEC abrir espaço para bancar o novo programa social também é visto como capaz de influenciar na decisão dos senadores.

"Acredito que teremos apoio para aprovar. Estamos tratando de uma questão social, em um momento difícil", afirma o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO).

Furo no teto por eleição não garante nem comida para os mais pobres

Sem reajustar o Bolsa Família, Bolsonaro busca dar Auxílio Brasil que não paga cesta básica em sete capitais do Norte e do Nordeste

Ranier Bragon
e Danielle Brant

BRASÍLIA Tratada no governo como a boia salva-vidas para a tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro, o programa que vai substituir o Bolsa Família nasce com valor nominal mais que o dobro do atual, mas a corrosão da inflação e os anos sem reajuste mantêm o benefício insuficiente para a compra de uma cesta básica mensal.

A ideia do governo é que o Auxílio Brasil, aposta para atrair o eleitorado de baixa renda, seja de ao menos R$ 400 de novembro deste ano até dezembro de 2022. Após isso, não há garantia de que esse valor será mantido.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), uma cesta básica individual mensal com 13 grupos alimentares custava em média R$ 497 em sete capitais do Norte e Nordeste (Belém, Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador), em setembro.

Ou seja, ainda a depender da variação inflacionária de outubro, o valor que será pago para a maioria das famílias no Auxílio Brasil representará cerca de 80% do valor da cesta básica necessária para a alimentação saudável de um adulto nessas capitais.

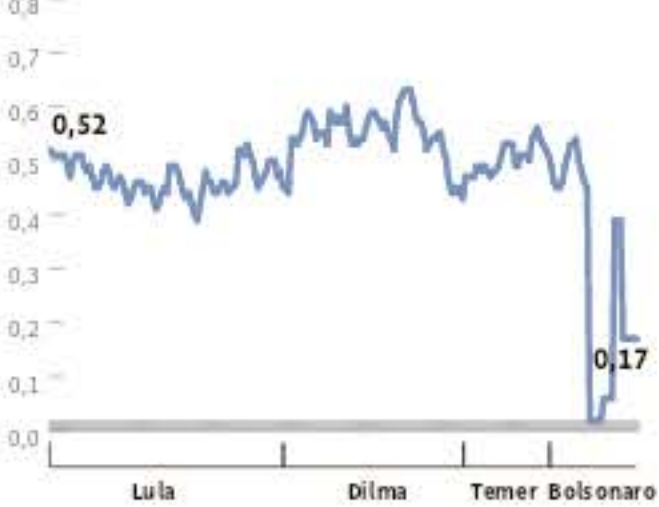
Em uma casa com dois adultos e duas crianças, por exemplo, seriam necessários cerca de R$ 1.500 (o Dieese considera meia cesta por criança).

A análise do benefício desde 2004 —quando o programa foi criado— até agora mostra que o valor médio nunca foi suficiente para a compra de todos os itens da cesta calculada pelo Dieese.

A média do governo Lula (2003-2010) foi de 47% de uma cesta, no de Dilma Rousseff (2011-2016), 55%, Michel Temer (2016-2018), 50%, e Bolsonaro, 47% (excluídos os meses de pagamento do Auxílio Emergencial).

Embora tenha havido reajustes em anos eleitorais no passado, o aumento pretendido por Bolsonaro a partir de novembro é o maior deles e tem prazo para acabar em dezembro de 2022, ou seja, dois meses após a disputa em que deve tentar a reeleição.

Hoje, o benefício médio concedido pelo Bolsa Família gira em torno de R$ 190 e atende a cerca de 14 milhões de famílias. Além do aumento, o governo quer que o Auxílio Brasil alcance quase 17 milhões de famílias.

A fonte dos recursos para financiar o pagamento não foi anunciada, nem qual o valor que cada família beneficiada vai receber a partir de janeiro de 2023 —em tese, elas voltarão para o valor fixo, que deve ir para algo em torno de R$ 220, segundo o governo.

> **"A impressão é de quase estar brincando com a pobreza, como se fosse um leilão"**
> **Letícia Bartholo**
> socióloga

O Bolsa Família não é reajustado desde julho de 2018, quando a gestão Temer deu aumento médio de 5,67%, na véspera do Dia do Trabalho.

A inflação acumulada desde então, de julho de 2018 até setembro deste ano (INPC), foi de 19,1%.

O programa tinha sofrido correções durante os governos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Bolsonaro sempre criticou o Bolsa Família como deputado federal. Ele dizia que programas como Bolsa Escola e Bolsa Família serviriam apenas para incentivar os pobres a ter mais filhos e, assim, aumentar a fatia de benefícios.

"Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo", afirmou em novembro de 2013 no plenário da Câmara.

Na corrida presidencial, mudou o discurso. Em 2019, pagou 13º salário aos beneficiários, promessa de campanha. Na prática, isso levou a um ganho real de 3,6% naquele ano.

A socióloga Letícia Bartholo, especialista em políticas públicas e gestão governamental e ex-secretária-adjunta nacional de Renda de Cidadania (2012-2016), afirma que o jeito com que o governo trabalhou a questão transmite à população uma situação de "insegurança de renda".

"A cada dia o benefício tem um valor, a gente não sabe por que R$ 400, porque não foram apresentados estudos de impacto sobre a pobreza e desigualdade, nem estudo sobre impacto orçamentário. A sensação que pode estar sendo transmitida é de insegurança de renda. Você não sabe quando vai poder contar com esse benefício ou não, e qual o valor ele terá."

Ela diz achar difícil disfarçar a motivação eleitoral da ampliação temporária do programa.

"A impressão é de quase estar brincando com a pobreza, como se fosse um leilão. Não importa a segurança de renda das famílias, importa a minha motivação eleitoral. Vai ser um grande susto para as famílias mais pobres [caso haja a redução em 2023], com impactos claros na alimentação delas, no bem-estar."

Desde o início do programa, o benefício teve, até março deste ano (último mês sem auxílio emergencial), correção de 156%, similar ao do INPC (153%). Já a cesta básica medida pelo Dieese nas capitais do Norte e Nordeste subiu 243%.

A economista Patrícia Costa, supervisora das pesquisas de preço do Dieese, afirma que embora seja positivo o aumento do benefício em um período de pandemia e de desemprego alto, é preciso que a inflação de alimentos seja controlada e a economia melhore, para que o reajuste não tenha efeitos efêmeros.

Valor médio do Bolsa Família e o custo da cesta básica

R$ 400 reais prometidos por Bolsonaro representam 80% da média de uma cesta básica em sete capitais do Norte e Nordeste

*Considerando o valor de R$ 400, com base no valor médio da cesta básica de setembro
Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério da Cidadania e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

Prévia da inflação

Variação mensal do IPCA-15
Em %
1,2
1,0
0,8
0,6
0,4
0,2
0,0
-0,2
-0,4
-0,6
Pré-pandemia
0,22
1,20
fev.20
out.21

IPCA-15 nos grupos de produtos e serviços
Acumulado de 12 meses, até out.21, em %

Grupo	%
Transportes	18,09
Habitação	14,52
Alimentação e bebidas	12,41
Artigos de residência	12,21
Vestuário	7,49
Despesas pessoais	4
Saúde e cuidados pessoais	3,46
Educação	2,97
Comunicação	1,09

Fonte: IBGE

Prévia da inflação de outubro sobe 1,20%, e índice volta a acelerar

Essa foi a maior variação para o mês desde 1995; no acumulado de 12 meses, IPCA-15 chega a 10,34%

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Com a pressão da energia elétrica, a prévia da inflação oficial voltou a acelerar e surpreendeu analistas no país. Em outubro, o indicador teve variação de 1,20%, a maior para o mês desde 1995 (1,34%). Os dados são do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), divulgados nesta terça-feira (26) pelo IBGE.

O resultado mensal ficou acima das projeções do mercado. Analistas consultados pela Bloomberg esperavam variação de 1% em outubro. Em setembro, o IPCA-15 havia registrado taxa de 1,14%.

Com o novo resultado, a prévia da inflação atingiu 10,34% no acumulado de 12 meses. No acumulado anterior, até setembro, o IPCA-15 já estava em dois dígitos (10,05%).

Em outubro, houve variações positivas em 8 dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE.

Segundo o IBGE, a energia elétrica (3,91%), que pertence ao grupo de habitação, respondeu pelo maior impacto individual (0,19 p.p.). A alta decorreu, em grande medida, da vigência da bandeira tarifária de escassez hídrica, diz o instituto.

Essa bandeira, que encarece as contas de luz, passou a valer em setembro. O cálculo do IPCA-15 abrange o período do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. Logo, a cobrança adicional na energia elétrica teve efeito no resultado do décimo mês do ano.

Dentro dos transportes, o destaque veio das passagens aéreas, que tiveram alta de 34,35% e impacto de 0,16 ponto percentual. O resultado desse grupo ainda foi influenciado pela alta nos preços dos combustíveis (2,03%).

A gasolina subiu 1,85% e acumulou variação de 40,44% nos últimos 12 meses. Os demais combustíveis também avançaram: etanol (3,20%), óleo diesel (2,89%) e gás veicular (0,36%).

O índice oficial de inflação do país é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), outro indicador calculado pelo IBGE. O IPCA-15, pelo fato de ser divulgado antes, sinaliza uma tendência para os preços. Por isso, é conhecido como uma prévia.

Em 12 meses, o IPCA-15 teve variação (10,34%) bem superior à meta perseguida pelo BC (Banco Central) para o IPCA. O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

A preocupação de parte dos analistas com o cenário macroeconômico cresceu na semana passada, após o governo Jair Bolsonaro (sem partido) decidir driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil de R$ 400, entre outras despesas, como emendas parlamentares.

Segundo eles, o ruído fiscal traz incertezas sobre as contas públicas, pressionando a taxa de câmbio.

Preço da carne cai pela primeira vez depois de 16 meses

RIO DE JANEIRO Depois de 16 meses consecutivos de alta, os preços das carnes caíram em outubro, segundo o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), conhecido como a prévia da inflação oficial

Em outubro, os preços das carnes caíram 0,31%. A última queda havia sido em maio do ano passado (-1,33%).

Apesar da trégua, as carnes ainda acumulam alta de 22,06% em 12 meses. Neste ano, de janeiro a outubro, a inflação prévia acumulada pelo grupo é de 10,27%.

Dos 18 cortes do segmento, 12 tiveram baixa nos preços em outubro. A maior foi na capa de filé (-1,83%). Seis cortes subiram e o maior avanço foi da picanha, 2,88%.

Arrecadação federal sobe 12,8% e chega a R$ 149,1 bilhões, recorde para setembro

BRASÍLIA A inflação ajudou a Receita Federal a registrar uma arrecadação de R$ 149,1 bilhões em setembro, recorde para o mês, o que representa crescimento real de 12,8% na comparação com setembro do ano passado.

O resultado foi divulgado pelo Ministério da Economia nesta terça (26). No acumulado de janeiro a setembro, a arrecadação somou R$ 1,348 trilhão —alta real de 22,3% na comparação com o mesmo período de 2020 (e também recorde para o período).

O resultado apresentado pela Receita é atualizado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), mas analistas afirmam que boa parte dos números "escapa" desse ajuste. A prévia da inflação (o IPCA-15), divulgada nesta terça, acumula alta de 10,34% em 12 meses.

Juliana Damasceno, especialista em contas públicas do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), afirma que o IPCA não é capaz de ajustar totalmente os números e que, por isso, boa parte da base da arrecadação ainda está afetada por efeitos inflacionários. "A gente não pode falar em recuperação estrutural", afirma.

A Receita afirma que deduz o efeito inflacionário usando o IPCA e defende a metodologia dizendo que esse é indicador oficial da inflação e que ele representa uma cesta de produtos aplicável ao consumo do brasileiro.

Na avaliação da Receita, o resultado do ano tem refletido a melhora nos indicadores econômicos ligados a serviços e ao valor em dólar das importações. Por outro lado, fatores como as dificuldades na produção industrial ainda limitam os números.

País derrete com juros de Jair e Guedes

Mutreta no teto faz com que juros deem salto mortal em poucos dias

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Quem olhar as taxas de juros no mercado de atacado de dinheiro verá que estamos fritos no curto prazo. Mais adiante, ainda sendo otimista, verá uma névoa de incerteza com cheiro de fumaça de recessão. As taxas para empréstimos de curto prazo deram um salto, uma previsão de inflação alta e de que o Banco Central vai aumentar a Selic mais rápido, bidu.

A taxa de juros de um ano no atacadão de dinheiro foi para perto de 11,4%, patamar para onde a Selic deve migrar até o início do ano que vem, segundo apostas, pressões e chutes informados no mercado desta terça-feira (faz duas semanas, estava em 8,9%). As taxas "mais longas" ficam altas a perder de vista, uma mistura de sinais de incerteza espessa com recessão. Não é um assunto esotérico. Essa coisa vai estourar nas nossas fuças já machucadas, que dirá na dos mais pobres.

Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e o centrão envenenaram de vez um cenário que já azedara desde meados do ano, por culpa deles também. Sim, o sururu recente foi causado pela gambiarra, pelo casuísmo e pela incompetência do plano de derrubar o teto de gastos, tal como o fizeram. Era previsível que fosse dar besteira. Mas deu muita besteira e rápido. Agora, está na conversa até um "choque de juros".

Por incrível que pareça, quem sabe a esquerda ajude a aliviar essa barra, derrubando na Câmara os planos de Bolsonaro, Guedes e Arthur Lira. O pessoal que passava pano para o tiozão do Zap econômico dado a mentiras lunáticas talvez tenha de mandar um telegrama de felicitações para PSOL e PT. Mas isso é ainda muito especulativo, "protesto".

No atacadão de dinheiro, de empréstimos entre bancos e para o governo, grosso modo, é que se fazem estimativas de juros de curto prazo, de quanto será a taxa Selic, aquela definida pelo Banco Central periodicamente, e de quanto vai custar para o governo tomar empréstimos a fim de cobrir seus déficits e rolar sua dívida. Nesta quarta-feira, vamos saber o tapa para o alto que o BC vai dar na Selic.

Em poucos dias, as taxas de juros "mais curtas" deram um salto mortal e ficaram mais parecidas com as "mais longas" (a curva está quase "flat", plana, em nível alto). As diferentes taxas de juros para diferentes prazos formam pontos da linha de um gráfico chamado "curva de juros". Interpretar a "curva de juros" por vezes é como ler o futuro na borra de café, nas folhas de chá ou nas entranhas dos urubus. Dado o contexto imediato, parece claro que a alta foi causada pela ruína promovida por Bolsonaro, Guedes e Lira. Regredimos a algum ponto do tumulto entre 2015 e 2016.

Caso não se invente um conserto rápido, que dê conta de parte do estrago, a inflação será mais alta porque acham que vai ser e porque o preço do dólar não vai cair. A perspectiva de que a dívida do governo volte a crescer sem controle vai também aumentar o custo de financiamento do governo e, por tabela, da economia inteira (crédito bancário, fundos que as empresas levantam no mercado de capitais etc.).

Parte do estrago já está feita. O que ainda pode ser salvo de 2022 ou 2023 viria por meio de uma solução que permita pagar auxílio aos pobres, necessária e inevitável, com a manutenção desse teto de gastos escorado com madeira podre_sim, seria possível inventar uma espécie de teto novo, mas essa escória no poder é incapaz de fazer isso.

É fácil perceber que não está se discutindo nada de sério a respeito do que fazer do país, mas apenas como conter os danos da nova ofensiva de destruição de Bolsonaro-Guedes.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Alta de 2 pontos na Selic pode vir esta semana, dizem analistas

Com mercado instável, especialistas já apostam que a taxa básica de juros chegará a 12% ao ano em 2022

Lucas Bombana

SÃO PAULO A sinalização do governo de que irá furar o teto de gastos para financiar o pagamento do Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família, assim como a alta da inflação, devem forçar o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC (Banco Central) a elevar os juros para níveis bem acima dos previstos inicialmente pelo mercado.

Em evento virtual da Anbima nesta terça-feira (26), os economistas Carlos Kawall, da Asa Investments, e Rodrigo Azevedo, da Ibiuna, disseram prever Selic próxima de 12% ao ano no início de 2022.

Kawall, ex-secretário do Tesouro, disse que, após os eventos da semana passada em Brasília, que deterioraram a expectativa do mercado para a política fiscal, passou a projetar alta de 2 pontos percentuais na taxa Selic na reunião do Copom que termina nesta quarta (27).

"Os juros não serão mais no nível de consenso, nem no nível em que situamos nossa previsão na semana passada, em 10,5%. Provavelmente vamos mudar para um nível próximo de 12%, e já vemos uma alta de 200 bases-points [2 pontos percentuais] na reunião", disse.

Se confirmado, será o maior aumento na taxa básica de juros desde 2002, o que levaria a Selic para 8,25% ao ano.

A mediana do levantamento da Bloomberg com analistas aponta alta de 1,85 ponto percentual.

No relatório Focus do BC, a mediana da previsão dos economistas consultados pelo BC aponta para a taxa Selic em 8,75% no fim deste ano, chegando a 9,5% em dezembro do ano que vem.

Ex-diretor do BC, Azevedo disse que trabalha com um cenário-base de inflação ao redor de 10% neste ano, e perto de 5% em 2022, com a Selic oscilando dentro de uma banda entre 10% e 12% ao longo dos próximos meses.

Ele disse que o aumento da incerteza sobre as contas públicas reduz a eficácia da política monetária, forçando o BC a elevar os juros para a casa dos dois dígitos.

"O choque da semana passada tornou ainda mais difícil a missão que já se mostrava complicada, de o BC trazer a inflação para a meta em 2022 e 2023", comentou.

Azevedo disse que, até a semana passada, a aposta majoritária do mercado era de alta de 1 ponto percentual na Selic, que migrou para 1,5 p.p. com o aumento do ruído político; e que, após o IPCA-15 divulgado na terça, já não se descarta que seja ainda maior.

"O nível de inflação e a projeção de crescimento para 2022 é muito semelhante ao que vivemos em 2015, quando abandonamos a austeridade fiscal", afirmou Kawall.

Para José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, o BC deveria elevar a Selic em 3 pontos, a 9,25%, para compensar os choques que estão ocorrendo nos preços dos ativos e um primeiro passo para manter a credibilidade da política monetária.

Para a Genial, a reação dos investidores ao rompimento do teto está sendo extremamente negativa, provocando desvalorização cambial, aumento das taxas de juros e queda dos preços das ações.

Nesta terça, a Bolsa brasileira caiu 2,11%, para a 106.419 pontos. O dólar subiu 0,34%, a R$ 5,5730.

"Do ponto de vista dos investidores, o problema não é quanto foi aumentado o teto, mas a credibilidade. Afinal, se o governo está disposto a aprovar uma PEC que desloca o teto para cima com o objetivo de financiar um aumento de gastos, porque não irá fazer isto novamente no futuro?", escreveu Camargo, em relatório.

"É fundamental que o Banco Central atue no sentido de mostrar aos investidores que o regime de metas para a inflação continua efetivo".

O cenário também afeta os juros futuros. A taxa DI (Depósitos Interfinanceiros) para janeiro de 2023, que na abertura do mercado estava em 11,13% ao ano, avançou 0,58 ponto percentual durante o dia e fechou em 11,71% Há uma semana, era de 9,35%.

A alta é maior que os picos da semana passada –entre 0,5 e 0,6 p.p.–, quando a decisão do governo de driblar o teto ampliou a percepção de investidores sobre o risco do país.

Segundo Kawall, índices monitorados internamente apontaram que o estresse dos últimos dias aproximou os preços dos ativos para os piores momentos do governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Colaboraram Clayton Castelani e Eduardo Cucolo, de São Paulo

Brasil cria 313,9 mil vagas com carteira assinada em setembro, segundo governo

Thiago Resende

BRASÍLIA Em setembro, foi registrada a abertura de 313.902 vagas de emprego com carteira assinada no país, segundo dados divulgados nesta terça-feira (26) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O saldo foi resultado de 1,780 milhão de contratações e 1,466 milhão de desligamentos no mês, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A abertura de vagas formais no mês mostra leve desaceleração do desempenho do mercado de trabalho em relação a agosto (368 mil novos contratos) e a setembro do ano passado (319 mil).

Em janeiro de 2021 foram criados 261,2 mil novos contratos e em fevereiro, 397,6 mil. A partir de março, com a alta no número de casos e mortes por Covid, o resultado foi menor. Foram 175,6 mil novos postos de trabalho em março, seguidos de 116,1 mil em abril, e 275,7 mil em maio.

A partir de junho, as contratações se aceleraram. Junho e julho registraram mais de 302 mil novas vagas. Em agosto, esse número subiu para 368 mil. O desempenho de setembro, embora ligeiramente inferior ao mês anterior, mantém o patamar registrado no segundo semestre do ano.

O ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) previu que, no fim deste ano, o país irá registrar cerca de 2,5 milhões de empregos formais.

No acumulado de janeiro a setembro, o saldo no mercado de trabalho formal brasileiro é positivo, com 2,512 milhão de novas vagas num ano de crise provocada pela pandemia. É comum que dezembro tenha um resultado negativo, diante do fechamento de vagas após a alta atividade econômica nos meses anteriores às festas de fim de ano.

No mesmo período do ano passado, foram fechados 558,6 mil empregos com carteira assinada, pois, de março a maio de 2020, o impacto da chegada da pandemia resultou no fim de mais de 1,2 milhão contratos de trabalho formais.

Para tentar evitar demissões em massa na crise, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou medidas provisórias para que regras trabalhistas fossem flexibilizadas com o agravamento da pandemia.

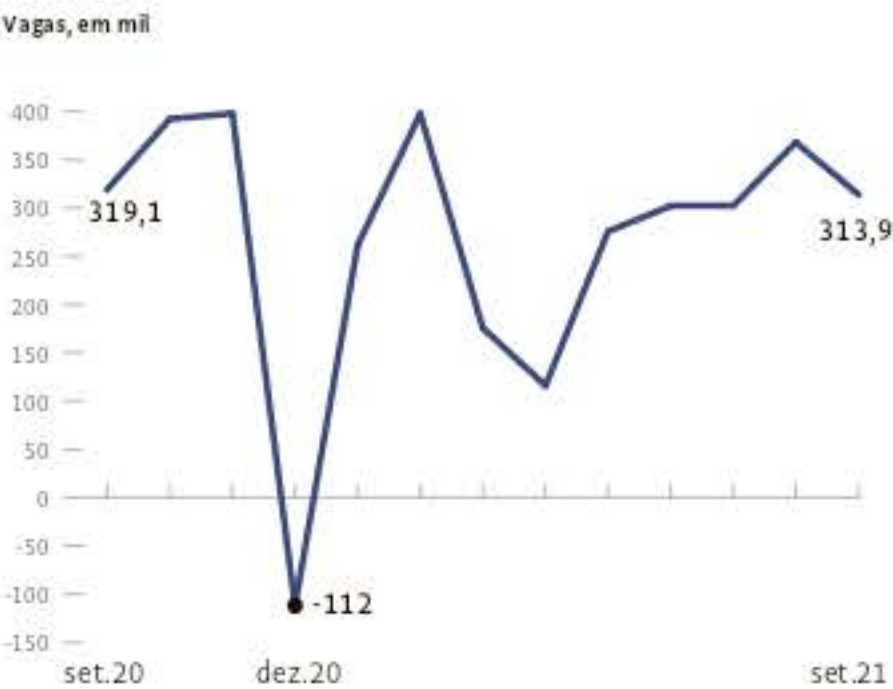
Com isso, foi recriado o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa privada, além da suspensão temporária de contratos. A medida foi encerrada em agosto.

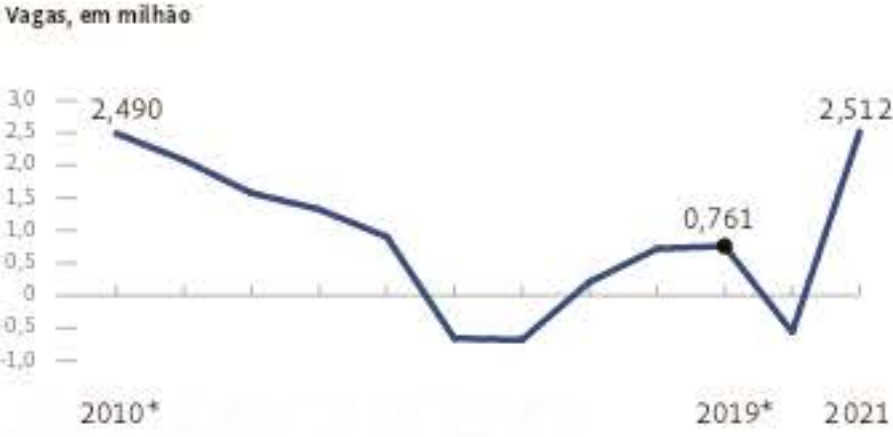
O saldo de setembro (criação de 313,9 mil vagas) reflete o desempenho positivo em todos os cinco grandes setores da economia brasileira. O resultado foi puxado pelo setor de serviços, que abriu 143,4 mil vagas de emprego no mês.

Em seguida figuram indústria (76,2 mil novos postos), comércio (60,8 mil), construção (24,5 mil) e, por último, agropecuária (9 mil vagas abertas).

Especialistas alertam que os dados do Caged precisam ser analisados com ressalvas desde o ano passado, quando houve mudança na metodologia.

Desde janeiro do ano passado, as informações vêm do eSocial, sistema de escrituração que unificou diversas obrigações dos empregadores. Além de reunir mais informações na mesma base de dados, o novo Caged tornou obrigatório informar a admissão e demissão de empregados temporários. Antes, essa comunicação era facultativa.

País criou 313 mil vagas de postos de trabalho com carteira assinada em setembro

Cinco setores da economia abriram vagas em setembro

Saldo de emprego formal de janeiro a setembro

* De 2010 a 2019 o Caged tinha metodologia diferente
Fonte: Ministério do Trabalho e da Previdência

Especialistas duvidam de privatização da Petrobras

Para o mercado, Bolsonaro só está tentando manter imagem reformista

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Apesar da apostas nas ações da Petrobras logo após o governo falar em estudos para privatizar a estatal, o mercado financeiro vê poucas chances de que o projeto saia do papel ainda no governo Jair Bolsonaro (sem partido).

A avaliação do mercado financeiro é que as declarações tiveram o objetivo de reforçar a pauta reformista após uma semana de críticas pela proposta de estouro do teto de gastos.

Em um indicativo das dificuldades que um eventual processo de privatização vai enfrentar, os petroleiros anunciaram nesta terça-feira (26) uma agenda de mobilizações, com ameaça de greve nacional caso a ideia seja levada adiante.

"A resistência será enorme", diz o analista Pedro Galdi, da gestora de recursos Mirae, ressaltando que o governo precisaria ainda definir um modelo e migrar a companhia para o novo mercado antes de dar início ao processo.

As notícias sobre privatização começaram a ganhar força ainda na manhã de segunda-feira (25), depois que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que a venda de ações da estatal "entrou no radar" do governo.

Durante a tarde, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (MDB-PE) afirmou que já havia estudos sobre o processo, gerando uma corrida por ações da companhia, que fecharam o pregão em alta de quase 7%.

Ainda que o mercado tenha se animado com a notícia, analistas veem a proposta como "um sonho distante", nas palavras de Pedro Soares, Thiago Duarte e Daniel Guardiola, do banco BTG.

"A Constituição brasileira define que certas atividades, incluindo algumas exercidas pela Petrobras, são competência do Estado, o que significa que uma privatização pode requerer emendas constitucionais", dizem.

Os analistas Bruno Amorim e João Frizo, do Goldman Sachs acrescentam que o governo enfrentaria dificuldades para aprovar uma lei de privatização da estatal às vésperas das eleições de 2022.

"O foco dos parlamentares na eleição de 2022 tem potencial de impactar o tempo necessário para um processo como esse", escreveram, em relatório divulgado na segunda-feira (25), logo após as primeiras notícias sobre o tema.

Ilan Arbetman, da Ativa Corretora, lembra que a privatização da Eletrobras começou a ser discutida ainda no governo José Sarney (1985-1990), saiu da pauta durante os governos petistas, retornou com Michel Temer (2016-2018) e só foi aprovada este ano.

O tema não chegou a ser discutido internamente na empresa. Tanto que a própria estatal divulgou comunicado ao mercado dizendo que cobraria explicações do Ministério da Economia sobre as notícias.

Para o mercado, trata-se de mais uma tentativa de gerar notícia com viés positivo para o mercado financeiro em meio às queixas pela alta dos preços dos combustíveis e à crise provocada pela proposta de estouro do teto de gastos.

Arbetman lembra que a privatização da Eletrobras foi aprovada após a crise gerada pela demissão de Roberto Castello Branco da Petrobras, que gerou temor de intervenção federal na estatal.

"Pode ser um movimento para mostrar ao mercado que a pauta reformista não foi abandonada", afirma, destacando que a estabilização da economia, com a queda do dólar, seria uma maneira mais fácil de controlar o preço dos combustíveis.

Nesta terça (26), a FUP (Federação Única dos Petroleiros) aprovou uma agenda de "ações de resistência" contra a proposta, que inclui a realização de greve nacional por tempo indeterminado caso o governo apresente um projeto de lei sobre o tema.

"Caso tente privatizar a Petrobrás, o governo federal enfrentará a greve mais forte da história da categoria em defesa do patrimônio público nacional", disse, em nota, o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Após a forte alta de segunda, as ações preferenciais da Petrobras fecharam em queda de 0,96% nesta terça, já como um movimento de acomodação de expectativas depois da euforia com a possibilidade de privatização.

"Seja qual for o modelo, o capital político necessário para tornar isso possível será enorme e, com o ano eleitoral à frente, não esperamos que os políticos arrisquem sua popularidade em um tema controverso", resumem os analistas do BTG.

Caminhoneiros protestam em rodovia no Pará contra a política de reajustes do diesel

RIO DE JANEIRO Caminhoneiros bloquearam parcialmente a rodovia BR-316, na região metropolitana de Belém, na manhã desta terça-feira (26). Dentre as reivindicações, está a política de preços do óleo diesel no país.

O movimento ocorre menos de uma semana depois de paralisação de transportadoras de combustíveis em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, movimento que também tinha o preço dos combustíveis na pauta. No dia 1º de novembro, os caminhoneiros autônomos prometem uma paralisação nacional.

A PRF (Polícia Rodoviária Federal) diz que a interdição parcial da via começou por volta das 7h, quando caminhoneiros ocuparam a faixa da direita da BR-316, no sentido Belém, congestionada por sete quilômetros. A manifestação, disse a PRF, é pacífica e também reivindica a redução do ICMS sobre o diesel.

Caminhoneiros interditaram trecho da rodovia BR-316, no Pará, em protesto contra alta dos combustíveis e restrições de horário de circulação Raimundo Paccó/Frame Photo/Agência O Globo

Protestam também contra restrições ao tráfego de veículos pesados na região e pedem a abertura por 24 horas de uma balança de pesagem na região metropolitana, alegando que as restrições geram riscos a caminhoneiros que precisam esperar.

Ainda pela manhã, o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Pará se reuniu com o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV) da Polícia Militar, o Detran e a PRF para discutir as reivindicações sobre as restrições ao tráfego e o horário da balança.

Lideranças dos manifestantes foram convidadas para uma reunião com o governo do estado, que se manifestou favoravelmente ao congelamento dos preços de referência para a cobrança do imposto estadual, em debate no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

"O Pará concorda com o convênio [de congelamento do valor], como forma de tentar controlar o preço dos combustíveis, e a expectativa é de que ele seja aprovado pelo Confaz, mas deve ser acompanhado por outras medidas do governo federal, para que seja efetivo", disse, em nota, o secretário de Estado da Fazenda, René Sousa Júnior.

Até o início da tarde, os caminhoneiros permaneciam no local, aguardando o resultado da reunião.

A escalada dos preços dos combustíveis é uma das motivações para paralisação nacional da categoria prometida para a próxima segunda (1º). Para tentar esfriar o movimento, o governo federal anunciou um auxílio de R$ 400 para a categoria, mas a proposta não agradou.

Após o anúncio de novos reajustes nesta segunda (25), um dos líderes da greve de 2018, Wallace Landim, disse que não há possibilidade de recuo. A Petrobras subiu a gasolina em 7% e o diesel em 9,1%. Com o reajuste, o litro do diesel vendido pela estatal acumula alta de 65% no ano.

"Isso mostra um andamento totalmente contrário àquele pelo qual estamos lutando. Estamos brigando por estabilidade no combustível, no gás de cozinha, para colocar em vigor leis já aprovadas, e é isso que a Petrobras faz", disse Landim, que também é conhecido como Chorão, ao Painel. NP

A arma de Tchekhov

PEC dos Precatórios pode ser o rifle a derrubar a casta político-rentista

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

O Brasil recebeu com espanto a manobra do Executivo e do Legislativo, que de mãos dadas propõem estourar o teto constitucional de gastos por meio da PEC dos Precatórios. O apelido desta PEC não é fiel: fosse a política a arte da verdade, leria-se "PEC Fura-Teto", "PEC Eleitoreira", ou "PEC da Irresponsabilidade Fiscal".

O teto em vigor é a solitária âncora remanescente a impedir a repetição do desastre do governo Dilma —de gastança desenfreada regada a crédito público e inflação— que gerou a maior depressão da história do Brasil. O desemprego quase dobrou (de 7% em 2014 para 13% em 2017) e a renda média do brasileiro despencou.

Porém, desde sua promulgação em 2016 (EC 95), o teto viabilizou uma redução de inflação de 11% em 2015 para 4% entre 2018 e 2020 e o retorno ao crescimento da renda. A queda da Selic foi ainda mais acentuada, de 14% para 4% às vésperas da pandemia. O crédito privado, financiador do crescimento e emprego, expandiu mais de 60% desde então. Em suma, o teto derrubou o chão dos rentistas, aqueles que se deleitam com os juros altos pagos por governos gastadores.

Políticos e rentistas são espécies simbióticas, que compartilham as vantagens de um Estado perdulário. O gasto é seu alimento; o hospedeiro somos nós, cidadãos pagadores de impostos e trabalhadores.

Apenas com o barulho em torno da PEC, o governo Bolsonaro e o Congresso refundaram a "estatal" extinta no governo Temer, a 'Jurobras', cujo objeto é (a) sugar poupança do setor produtivo para financiar rentista e (b) exportar capital nacional. Os juros de médio prazo que estavam de 6% a 7% em meados do ano passado chegaram a 12%.

A peça trágica do teatro fura-teto é encenada em três atos. Envolve em primeiro lugar voltar no tempo e ampliar a correção monetária do teto desde 2017. Este primeiro ato, violador da física e de outras ciências, redesenha o teto ao longo do tempo, passado e futuro. A manobra "cria" R$ 50 bi de permissão de estouro do teto no ano que vem (e segue criando permissões adicionais de estouro para os anos de 2023 a 2026).

O segundo ato é o não pagamento de parte dos precatórios devidos em 2022 (a reincidência no calote), gerando mais cerca de R$ 40 bi de estouro do teto.

Segundo a Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, há espaço tanto para reajuste do Bolsa Família (ou Auxílio Brasil) quanto para o pagamento integral dos precatórios, cumprindo o teto. Mas a casta político-rentista tem fome e quer mais emendas parlamentares, fundo eleitoral, e até reajuste de servidores. E, principalmente deseja aumentar em 20% o número de beneficiários do auxílio e distribuir R$ 400 por mês. É populismo.

O Orçamento de 2022 em discussão aloca R$ 1,5 trilhão a outras rubricas, que poderiam ser discutidos e remanejados nesta mesma PEC para atender o Auxílio Brasil. Mas os políticos, claro, julgam que privilégios e "direitos adquiridos" não podem ser cortados.

O mercado reagiu à proposta de estouro de R$ 90 bi com a desvalorização das empresas que perfazem o iBovespa em mais de 3 vezes este valor. Estimo que a perda de valor, em moeda forte, de todas as empresas do Brasil e dos títulos de renda fixa tenha sido de muitos trilhões (não apenas bilhões) de reais, só na semana passada.

O princípio da dramaturgia conhecido como a "arma de Tchekhov" determina que, caso haja um rifle pendurado na parede durante o primeiro e segundo atos, será disparado no ato final. A PEC dos Precatórios, se aprovada, será o rifle na parede do Congresso.

A casta político-rentista espera dispará-lo no futuro para implodir o teto de vez. Porém em um plot twist no ato final (as eleições de 2022), os coadjuvantes —eleitores, sem emprego, e na carestia— podem dispará-lo e não reeleger políticos comprometidos com essa infâmia.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | **QUI. Cida Bento**, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Alphabet e Microsoft rompem estimativas com fortes receitas

Twitter se alinha às expectativas, sob impacto 'menor que o esperado' da Apple

Dave Lee, Patrick McGee e Hannah Murphy

SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES A Alphabet, empresa controladora do Google, e a Microsoft registraram forte crescimento de receitas no terceiro trimestre, enquanto o Twitter anunciou prejuízo. As três empresas de tecnologia divulgaram os resultados na noite de terça-feira (26).

A Alphabet derrubou as expectativas de lucro de Wall Street no terceiro trimestre, graças a vendas de anúncios mais fortes do que se esperava, embora a controladora do Google tenha ficado aquém das expectativas de receita em sua divisão de computação em nuvem.

A receita chegou a US$ 65,1 bilhões (R$ 362,6 bilhões), um aumento de 41% ano a ano e acima das estimativas consensuais dos analistas, de US$ 63,3 bilhões.

O lucro líquido para o período de julho a setembro foi quase 70% maior que no ano anterior, US$ 18,9 bilhões (R$ 105,27 bilhões), superando as estimativas de US$ 15,8 bilhões. O lucro por ação foi de US$ 27,99 (R$ 155,90).

A receita de publicidade do Google foi aparentemente beneficiada pela recuperação do tráfego de buscas, que os analistas atribuíram em parte ao aumento do interesse por viagens após a pandemia.

O robusto negócio de publicidade da empresa —que está parcialmente protegido dos movimentos recentes da Apple para limitar a coleta de dados, devido à sua própria vasta coleção de dados pessoais— registrou receita de US$ 53,1 bilhões (R$ 295,77 bilhões).

No entanto, a divisão de nuvem da companhia ficou aquém das expectativas. Wall Street esperava receita superior a US$ 5,2 bilhões, de acordo com a Refinitiv, contra os US$ 5 bilhões (R$ 27,85 bilhões) entregues.

O preço das ações da Alphabet caiu 2% nas negociações iniciais após o pregão, tendo subido mais de 60% desde o início do ano. Esse desempenho foi o melhor no grupo de ações "FAANG", do qual a companhia é membro com Facebook, Amazon, Apple e Netflix.

A Microsoft superou as previsões de receita e lucro líquido, uma vez que continuou tendo ventos favoráveis em seu site LinkedIn, em aplicativos de negócios e nos negócios em nuvem em crescimento.

A receita no primeiro trimestre subiu 22%, para US$ 45,3 bilhões (R$ 252,32 bilhões), superando as estimativas de US$ 44 bilhões, de acordo com a Refinitiv.

O lucro líquido aumentou 40%, para US$ 20,5 bilhões (R$ 114,19 bilhões), bem acima das estimativas de US$ 15,7 bilhões. Esse número também teve a ajuda de um benefício fiscal único de US$ 3,3 bilhões.

Satya Nadella, presidente-executivo, disse que os resultados refletem como as ofertas de nuvem da Microsoft estão ajudando empresas de todos os tamanhos a "melhorar a produtividade e a acessibilidade de seus produtos e serviços gerando intensidade tecnológica".

A diretora financeira, Amy Hood, disse que o Microsoft Cloud gerou uma receita de US$ 20,7 bilhões (R$ 115,3 bi), 36% a mais do que há um ano.

As ações da Microsoft subiram mais de 40% neste ano.

O Twitter disse que o impacto das mudanças de privacidade da Apple em seus negócios foi "menor do que o esperado". A empresa divulgou um crescimento de receita no terceiro trimestre em linha com as estimativas de consenso.

A receita no terceiro trimestre aumentou 37%, para US$ 1,28 bilhão (R$ 7,13 bilhões), e a empresa disse que incorporou um "impacto contínuo modesto" em seus resultados do quarto trimestre com as mudanças da Apple.

Os usuários ativos diários monetizáveis do Twitter —uma métrica interna que conta o número de usuários conectados aos quais a plataforma mostra publicidade— alcançaram 211 milhões, um aumento de 13% ano a ano, pouco abaixo das estimativas de consenso.

O Twitter registrou um prejuízo líquido de US$ 537 milhões (R$ 2,99 bilhões) após pagar para resolver uma ação coletiva de acionistas e aumentar o investimento em seu plano de desenvolvimento de novos produtos.

Os analistas estimaram que a empresa teria um lucro de US$ 8,25 milhões (R$ 45,95 milhões) no trimestre, mas ela foi atingida por uma cobrança de US$ 809,5 milhões (R$ 4,5 bilhões) para encerrar uma ação coletiva de acionistas de 2016 sob alegações de que enganou os investidores quanto ao envolvimento de usuários. Alguns desses custos foram compensados por um seguro, disse a empresa.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210028 - IG No 1115634000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210028, de interesse da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, cujo OBJETO é: Aquisição de veículos automotores (automóveis), do tipo caminhonete e SUV esportivo, tração 4x2 e 4x4, 0km (zero quilômetro), motor a diesel, ano/modelo igual ou superior à assinatura do contrato, adesivados, licenciados e emplacados com garantia mínima de 3 (três) anos ou superior, sem limite de quilometragem, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 17532021, até o dia 12/11/2021 às 10h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Outubro de 2021. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

BANCO SAFRA S.A. - CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 02.06.2021

Data, hora, local: 02.06.2021, 10h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital. **Convocação:** Publicado no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo" em edições de 25, 26 e 27.05.2021. **Mesa: Luiz Antônio de Sampaio Campos** - Presidente; **Carlos Pelá** - Secretário. **Deliberação aprovada:** Eleição de novos Conselheiros está condicionada à prévia aprovação pelo Banco Central do Brasil do requerimento feito no Processo nº 185098, que trata da alteração do controle societário do Banco Safra S.A., ora em tramitação no Banco Central do Brasil. Ato seguinte, deu-se início ao processo de eleição de membros do Conselho de Administração, e, observadas as condições aqui previstas, por unanimidade, os acionistas, elegeram para o cargo de Membros do Conselho de Administração, os Srs. *André Franco de Moraes*, brasileiro, casado, advogado, RG 16.696.770, CPF 089.208.798-24; *José Luiz Acar Pedro*, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF 607.571.398-34, RG 5.592.741 SSP/SP; *Leandro de Azambuja Micotti*, brasileiro, casado, advogado, RG 21.369.673 SSP-SP, CPF 167.898.058-77; e *Mauro Eduardo Guizeline*, brasileiro, casado, advogado, RG 8.980.442 SSP/SP, CPF 533.573.297-00, todos com endereço em São Paulo/SP, ora eleitos terão prazo de mandato coincidente com o dos demais membros do Conselho de Administração, isto é, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, e declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis, para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos e preenchem as condições previstas no Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 02.8.2012, do Conselho Monetário Nacional. Os Conselheiros somente serão investidos em seus cargos após a competente aprovação pelo Banco Central do Brasil, na forma da mencionada Resolução, a Sociedade deverá tomar as diligências necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos legais para o exercício dos cargos, especialmente pelo fato de não ter tomado conhecimento prévio da indicação de alguns candidatos indicados por acionista, ficando a eleição condicionada também à verificação por parte da Sociedade do cumprimento destes requisitos, não conferindo a presente deliberação, explícita ou implicitamente, dispensa de qualquer espécie. **Encerramento:** Nada mais. **Representantes da totalidade do capital social com direito a voto:** Vicky Safra, Jacob Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan, por seu procurador Luiz Antônio de Sampaio Campos. Alberto Joseph Safra, por seu procurador Eduardo Secchi Munhoz. JUCESP nº 507.021/21-6 em 19.10.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO MUNICIPAL E PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SAÚDE
AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.278/2021 (COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.278/2021 – Processo nº 39.872/2021-11, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de REVELADOR CONCENTRADO. O encerramento dar-se-á em 10/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904299. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5133 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.279/2021 (COTAS DE EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.279/2021 – Processo nº 32.937/2021-14, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de SUPORTE PARA SACO HAMPER, BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO/COLETA, MESA AUXILIAR PARA BALANÇA E MESA DE CABECEIRA, COM TAMPO DE REFEIÇÃO. O encerramento dar-se-á em 10/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904319. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5133 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.280/2021 (COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.280/2021 – Processo nº 37.618/2021-13, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de material de enfermagem: FIO SUT. CATGUT Nº 2.0 C/ AG ½, FIO SUT. MONOF. Nº 2.0 C/ AG ½, FIO CATGUT CROM. Nº 0 C/ AG 3/8 5 CM, FIO CATGUT CROM. Nº 2,0 C/ AG 3/8 5 CM, FIO ALGODÃO Nº 0 PRETO S/ AG, FIO DE SUTURA VICRYL Nº 4-0 AG. 1/2 2,5 CM, FIO POLIPROPILENO Nº 4-0 AG. 1/2 1,5CM, FIO POLIPROPILENO Nº 2-0 AG. 1/2 2,5 CM, FIO DE SUTURA MONOCRYL Nº 4.0 AG PC3, 3/8, 1,6CM, ABAIXADOR DE LÍNGUA, CÂNULA ENDOTR. ARAMADA Nº 8,0, CÂNULA DE GUEDEL Nº 4, CONJUNTO DRENAGEM TORÁXICA INFANTIL, ATADURA DE CREPE 6 CM X 4,5 M, CONJ. P/ INALAÇÃO EM AR COMPRIMIDO, INDICADOR QUÍMICO CLASSE 05, SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04, SONDA FOLEY DUAS VIAS Nº 18, SONDA ESOFAGIANA 18, ALMOTOLIA TRANSPARENTE, ALMOTOLIA ESCURA, ROMPEDOR DE BOLSA, CANETA EXTRAFINA P/ ELETROCARDIÓGRAFO, TERMOMETRO CLINICO DIGITAL, ATADURA GESSADA 15 CM E EQUIPO INFUSÃO I.V. C/ BURETA. O encerramento dar-se-á em 10/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904257. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5137 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.281/2021 (COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.281/2021 – Processo nº 23.672/2021-82, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1%. O encerramento dar-se-á em 10/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904157. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone:(13) 3213-5135 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.282/2021 (COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.282/2021 – Processo nº 29.068/2021-51, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de TUBO CRIOGÊNICO, LÂMINA PARA ANÁLISE DE SEDIMENTOS URINÁRIOS, SWAB DE ALGODÃO, PIPETA PASTEUR ULTRA CAPILAR 3ML ESTÉRIL INDIVIDUAL, TUBOS DE ENSAIO 12 X 75 mm, PLACA KLINE – 6 x 8cm, ALÇA DESCARTÁVEL DE MICROBIOLOGIA DE 10µl. E CÂMARA NEUBAUER ESPELHADA. O encerramento dar-se-á em 10/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904194. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5135 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.283/2021 (COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.283/2021 – Processo nº 35.020/2021-17, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de material de enfermagem: CATÉTER PUNÇÃO VENOSA CENTRAL AG. 18 G - 1,1 MM X 20,3 CM - INTRAC, TUBO EXTENSOR DESCARTÁVEL 12F 20 CM PARA ADMINISTRAR DROGAS, SISTEMA FECHADO P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEO PULMONAR Nº14, SISTEMA FECHADO PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEOPULMONAR NEO/PED Nº05, TAMPA PROTETORA P/ EQUIPOS, DÂNULAS E OUTROS CONECTORES, LÂMINA MICROS. 26 X 76 MM FOSCA, INDICADOR BIOLOGICO DE 3H, FIO SUT. CATGUT CROMADO Nº 0 S/ AG, LENÇOL BRANCO DESC. COM ELÁSTICO, TUBO PARA COLETA DE SANGUE CAPILAR - AMARELA - DE 0,5 A 0,8 ML E TUBO PARA COLETA DE SANGUE CAPILAR - ROXA – 1 ML. O encerramento dar-se-á em 11/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904342. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5133 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.284/2021 (COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.284/2021 – Processo nº 32.552/2021-11, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de medicamentos: KALOBA®, REDOXON® 200MG/ML GOTAS, OSCILLOCOCCINUM®, TRAUMEEL® S, ACHEFLAN® AEROSSOL, PREDSIM® GOTAS 11 MG/ML E MINILAX®, para atendimento a MANDADOS JUDICIAIS. O encerramento dar-se-á em 11/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904296. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5137 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.285/2021 (COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.285/2021 – Processo nº 35.102/2021-71, cujo objeto é a aquisição de AUTO REFRATOR, para a Seção Ambulatório de Especialidades – Zona Noroeste - SEAMBESP-ZNO. O encerramento dar-se-á em 11/11/2021, às 08:30h horas. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904237. Para qualquer informação, entrar em contato: telefone: (13) 3213-5135 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.286/2021
Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.286/2021 – Processo nº 44.142/2020-04, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de medicamentos: AD-TIL® GOTAS, PANTOPRAZOL DE SÓDIO 40MG, DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL, LINAGLIPTINA 2,5MG + METFORMINA 850MG E LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG, para atendimento a MANDADOS JUDICIAIS. O encerramento dar-se-á em 11/11/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 904287. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5135 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

Santos, 26 de outubro de 2021.

TATHIANA SILVA PEREIRA - Presidente da Comissão Municipal e Permanente de Licitação – Saúde

Anúncio pago com dinheiro do contribuinte: R$24,00 por cm/col.

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 2ª REGIÃO – REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº 002/2021, Processo Secom nº 198/2019 CRECISP

A Comissão Permanente de Licitação do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo – 2ª Região, designada pela Portaria nº 8.859/2020, torna público que no dia 17 de novembro de 2.021, às 14h30min fará realizar Licitação pela modalidade Tomada de Preços, do tipo "Menor Preço", nos termos da Lei 8.666/93, alterações e normas complementares, para Contratação de empresa especializada, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), para realização de serviços de obras civis, que será realizado na Delegacia Regional de Rio Claro, sito à Rua Um, q. 266 – Bairro Saúde – CEP: 13.501.020. O Edital deverá ser retirado, sob protocolo, a partir do dia 27 de outubro do corrente ano com até 24h de antecedência do certame, através do site www.crecisp.gov.br. São Paulo, 26 de outubro de 2.021. Rodrigo de Maio - Coordenador - Comissão Permanente de Licitação.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - A Câmara Municipal de Descalvado/SP resolve homologar o processo licitatório - Tomada de Preços nº 03/21, Processo n.º 07/21, referente à aquisição de 01 veículo 0 km e adjudica seu objeto à empresa Comercial Coteana de Veículos Limitada (CNPJ n.º 30.996.234/0001-00), vencedora do certame, a qual ofertou o menor valor global de R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). Os documentos e registro audiovisual referentes à licitação encontram-se disponíveis no site www.camaradescalvado.sp.gov.br, no link "Licitações". Maiores informações: (19) 3583-3299. Descalvado/SP, em 25/10/21. Pr. Adilson Gonçalves, Presidente da Câmara

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210217

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210217 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de conjuntos motobomba centrífugas monobloco simples estágio, 1750 RPM, com rendimento mínimo de 70%, para recalque de água bruta e tratada, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 18662021, até o dia 12/11/2021, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Outubro de 2021. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

startups & fintechs

Entrega em casa de produtos frescos reduz desperdício e encurta cadeias

Startups investem em oferecer novas formas de fazer compras, de mantimentos a carnes

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Até 1950, os brasileiros abasteciam suas despensas por meio de compras de balcão em armazéns, modelo em que os funcionários pegavam os produtos para os clientes nas prateleiras. Naquela década, porém, o país abraçou a primeira loja com autosserviço, modelo que já vigorava nos Estados Unidos e que é o tipo mais comum até hoje.

Para os empreendedores do setor, isso está prestes a mudar. A pandemia catalisou uma novidade já em curso: fazer as compras por delivery até mesmo de alimentos frescos. A oportunidade de negócio é deixar de operar com lojas físicas e focar a entrega, com redução de desperdício, estoque e custos de um alimento perecível.

São os casos das startups Shopper e da Frexco, na entrega de frutas, legumes e verduras, e da Santan, fundada este ano para entregar, inicialmente, carne de porco.

"O setor não mudou em gerações", diz Fábio Rodas quando questionado sobre as motivações para abrir a Shopper, um tipo de supermercado online. "A gente estava em 2015, tinha um smartphone no bolso, mas comprava da mesma forma que os nossos avós."

Naquele início, o foco dele e da sua sócia, Bruna Vaz, era automatizar compras mensais de itens mais resistentes, como produtos de higiene e limpeza e comidas industrializadas. Na plataforma, o cliente programa a sua compra e agenda o dia de entrega no mês.

Em 2019, quatro anos depois da criação da marca, eles resolveram fazer um teste: disponibilizar no aplicativo cerca de 20 produtos perecíveis, como cenoura, banana e batata.

A novidade foi bem recebida pelos clientes, mas nada comparado ao boom desses itens na plataforma durante a pandemia. O empresário conta que, do final de março ao começo de abril do ano passado, a Shopper saiu de 150 funcionários para 300.

O sucesso fez os sócios criarem, em julho deste ano, a compra Fresh, uma outra loja no mesmo aplicativo, mas com produtos frescos. Há desafios próprios em vender esse tipo de alimento, diz Rodas. "São itens mais sensíveis. O que é maduro para mim pode não ser para você."

Para conseguir entregar frutas e verduras, a empresa otimiza ao máximo a sua operação. "A gente tem que ter um controle de qualidade muito maior do que se a gente tivesse em uma loja física", diz o empresário. A compra dos produtos é feita pela empresa após o cliente confirmar a intenção de receber a sua lista de itens predeterminados naquele período.

"Ao invés de comprar do produtor e ficar esperando o cliente, é o contrário. Invertemos a lógica. A gente vende para o cliente, faz o pedido para o produtor, recebe no centro de distribuição, monta o pedido e entrega", afirma Rodas.

Os produtos chegam do Brasil inteiro e até saírem para a casa dos clientes das 72 cidades paulistas onde atuam, ficam em um centro de distribuição em Osasco (SP). Lá, cada tipo de verdura tem uma sala específica: úmida, seca, mais fria, mais quente. São sete temperaturas diferentes, diz Rodas.

"Para aumentar a vida útil do item, você tem que armazenar ele na temperatura correta, que não é a de uma loja física. A temperatura boa de uma loja física é aquela para um ser humano andar", afirma.

Colocar a tecnologia no setor fez o número de intermediários entre o agricultor e o consumidor final cair drasticamente nessas empresas.

"Cada vez que bate uma caixa, como dizemos internamente, perde-se um pouco de produto. A gente tenta reduzir todas essas ineficiências sendo um único intermediário na cadeia", diz Eduardo Pietraroia, cofundador da Frexco, startup com um modelo de negócio parecido com o da Shopper —mas voltada somente para alimentos frescos.

A sensibilidade desse tipo de item, que por um lado aumenta os desafios da entrega, faz o cliente voltar com mais frequência à plataforma. "Frutas, legumes e verduras têm uma recorrência imensa. Para criar o hábito, eu preciso ter o alimento fresco", explica Mateus Erthal, também fundador.

Se feito até as 18h, o pedido sai para entrega a partir das 7h do dia seguinte. "O grande barato desse modelo é que quando temos uma vida útil muito preservada, a distribuição é muito eficiente. O cliente recebe o alimento quase recém-colhido", diz Erthal.

Nesse modelo, saem de cena as tradicionais centrais de abastecimento, como a Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) e entra a comunicação por WhatsApp com o agricultor, que não está mais isolado no campo.

Por meio do aplicativo, a empresa fala com os 180 produtores cadastrados em um raio de 150 km da base de operação, em Piedade, nos arredores de Sorocaba (SP), e traduz os dados de demanda e oferta. Para isso, cruza tendências de comportamento com previsão do tempo e outros fatores que influenciam a produção e distribuição de alimentos que perecem tão rápido.

Os empresários contam que têm tentado aumentar a comunicação com os agricultores, indicando quanto vão comprar. "Na cadeia tradicional, esse pequeno produtor está completamente às cegas, atuando em cima de rumor, boatos", afirma Pietraroia.

A startup foi impactada pela pandemia. Antes, entregavam somente para restaurantes, e agora prestam serviço também ao consumidor final nas três cidades paulistas em que atuam: Campinas, São Paulo e Sorocaba.

A recém-criada Santan guarda semelhanças com empresas de entrega de legumes e verduras, mas aplica a tecnologia para entrega de carne de porco.

"A Santan não tem uma câmara fria de congelamento. Nós só vamos abater o que foi vendido e pago", explica o criador da empresa, André Santin. "Se eu não vender, o porco está engordando no pasto."

"Pasto", porque os porcos da marca estão sendo criados de uma maneira bem específica. Alimentados com milho, batata-doce, abóbora e sem transgênicos ou ração, eles são criados soltos em fazendas do sudoeste do Paraná.

Apesar de a empresa ser dona de uma área de 24 hectares na região, a maior parte dos animais comercializados pela marca será criada em fazendas de parceiros que contarão com a infraestrutura da Santan —veterinário, cerca e alojamento, além do animal matriz. Até o final do ano, a previsão é que 2.000 animais sejam próprios e 3.000 de parceiros.

Um tipo de criação tão peculiar eleva o preço: Santin conta que paga ao produtor parceiro três vezes o preço do porco comercializado por grandes marcas no dia e vende em São Paulo pelo preço que negociar, normalmente o dobro de um produto semelhante. A carne chega por terra ou pela aeronave da empresa.

A startup planeja abrir uma loja da marca no Mercado Municipal de São Paulo em dezembro, apesar do atual foco ser a entrega para consumidores finais. Supermercados estão fora de cogitação por enquanto.

"Se você pegar uma carne fresca e deixar ela em uma gôndola por 2 ou 3 dias, o trabalho nosso de meses foi todo por água abaixo. A carne fresca é o grande segredo da Santan. Se o sangue coagula junto, acabou", justifica.

A atenção minuciosa, diz, também é importante para garantir a qualidade da carne. E um desafio compartilhado por quem entrega produtos frescos.

"Não tem como garantir que o produto esteja fresco se não tiver um comprometimento de 110% da equipe cuidando do passo a passo. Não é como pegar um produto congelado e, se demorar 10 horas, tudo bem", afirma.

Bruna Vaz e Fábio Rodas, fundadores do serviço de delivery de compras Shopper, em seu centro de distribuição em Osasco, na Grande SP Eduardo Anizelli/Folhapress

Empresa cria algoritmo para prever demanda de supermercados

SÃO PAULO Quem se propuser a tentar resolver o desperdício de alimentos no Brasil vai precisar enfrentar um problema primário: driblar o apagão de dados sobre o assunto no país.

"Esses dados não existem se a gente pensar na cadeia como um todo, do campo à mesa", afirma Gustavo Porpino, analista da Embrapa desde 2005 e membro do grupo de trabalho do G20 sobre desperdício de alimentos. A maioria dos dados que existem, diz, é pouco confiável.

Há um setor nessa cadeia, porém, que está mapeado: o do varejo, que conta com um levantamento anual sobre perdas feito pela Abras, a Associação Brasileira de Supermercados.

Foi com essas informações que o empreendedor Mauricio Reck se deparou em 2019 quando pesquisava sobre desperdícios em empresas. Ele buscava inspiração para montar um negócio após encerrar as atividades da startup que fundou nos Estados Unidos, onde morou quando fazia mestrado.

Junto com Marcelo Sala Reck, Rodrigo Meira de Andrade e Marco Boaretto, ele fundou no ano passado a Fresco Labs, startup que otimiza a compra de produtos frescos pelo varejo por meio de inteligência artificial.

Em 2020, foram R$ 7,6 bilhões em perdas, somando todas as 228 empresas participantes, diz o levantamento da Abras divulgado em maio deste ano. Esse montante representa 1,79% do faturamento bruto das lojas.

Com dados em mãos, Reck tentou entender como o desperdício se dava na ponta. "O funcionário que faz a compra geralmente não tem uma especialização. Ela faz uma compra baseada em cálculo manual, em intuição humana", afirma.

Os sistemas usados pelas lojas também tinham problemas, porque eram feitos para produtos padronizados, com data de validade. E alimentos frescos são a maior parte do desperdício: no ano passado foram responsáveis por 81% das perdas do faturamento bruto, segundo levantamento da Abras.

Como, então, focar produtos perecíveis e identificar padrões de consumo? "Foi nessa nuance que a gente pensou: vamos prever demanda", afirma.

Um algoritmo da empresa é o responsável por isso. Ele sugere quanto e como deve ser a compra com o objetivo de aproximar a curva de demanda dos diferentes alimentos no mercado à curva de oferta. Por ser uma sugestão, não automatiza o processo e nem dispensa o funcionário responsável pela compra, que decide se vai acatar a dica.

Para fazer a projeção, a startup considera três tipos de informação. Histórico de vendas e campanhas publicitárias passadas são os chamados dados internos. Os dados futuros são promoções agendadas e eventos, como feriados. O externo, a concorrência de preço: qual o preço do tomate projetado para o dia seguinte no Ceasa (Centro Estadual de Abastecimento), por exemplo? As informações são adicionadas ao algoritmo, que faz inúmeros testes para sugerir ao supermercado como comprar.

"Os dados internos nos oferecem o quanto comprar, os externos e de futuro, a simulação de mercado para dizer quando é o melhor dia para comprar", afirma Reck.

A startup ainda pretende inserir informações mais sofisticadas. "A nossa intenção é fazer o mapeamento todo, como o preço do dólar e do barril de petróleo, por exemplo, que impacta no transporte", diz ele.

Na ponta, a sugestão de compra chega ao funcionário na própria plataforma que o mercado usa, via API (Application Programming Interface, ou Interface de Programação de Aplicativos, em português), o que o empreendedor considera uma vantagem. "Uma coisa que os supermercados não querem é mais uma interface", diz, que refletiria em gastos como o treinamento dos funcionários.

No programa-piloto, a redução de desperdício considerando todos os alimentos foi de 57%, o que dobrou o lucro do mercado no mês.

"O custo do desperdício é o custo de se fazer negócio para o supermercado. O estabelecimento está olhando muito mais para a ruptura, que é a falta na prateleira, do que para o desperdício. Isso foi algo que a gente teve que adicionar", conta o empreendedor.

Nos últimos anos, a administradora Camila Colombo de Moraes se debruçou sobre a questão do desperdício no varejo. A sua tese de doutorado pela Ufscar (Universidade Federal de São Carlos) é justamente sobre a relação fornecedor-supermercado.

"Um dos principais problemas que eu identifiquei foi que o supermercado não consegue fazer previsão de demanda, então compra o quanto acha que vai vender e essa é a informação que fica para o fornecedor", diz Moraes.

O produtor rural, então, planeja a plantação de acordo com esse dado, muitas vezes impreciso. "Falta um sistema de previsão de demanda que seja mais eficiente que uma planilha mostrando o quanto foi vendido no ano passado."

A conclusão é parecida com a de Mauricio Reck: os supermercados são incipientes no que diz respeito à tecnologia.

"Eles são conservadores nesse ponto. Depois que todos já testaram uma determinada tecnologia, incorporam. Essa é a nossa grande dificuldade como negócio", afirma Reck. **DA**

Queimada em área desmatada para formação de pasto dentro da Terra Indígena Trincheira Bacajá, no Pará Lalo de Almeida - 20.jul.20/Folhapress

Brasil manterá a postura combativa nas discussões da COP26, diz Mourão

Vice quer que as nações paguem pela preservação da Amazônia e atribui críticas a desavença política

COP26

AFP O governo de Jair Bolsonaro (sem partido) manterá a postura combativa durante a conferência sobre o clima COP26, na qual renovará seu pedido aos demais países para que paguem o Brasil pela preservação da Amazônia, disse o vice-presidente, Hamilton Mourão, nesta segunda -feira(25).

O Brasil defenderá o que considera um interesse nacional chave com as "armas da diplomacia" na reunião que começa no próximo domingo (31) em Glasgow, Escócia, declarou Mourão, general do Exército encarregado das políticas de combate ao desmatamento na Amazônia.

"Praticamente 50% do país é o bioma amazônico. Se temos que manter 80% desse bioma intacto, não só pela nossa legislação, mas também para cooperar com o restante do mundo, impedindo essa mudança drástica no clima, são dez Alemanhas que temos que preservar", afirmou o vice-presidente, durante uma entrevista a correspondentes estrangeiros.

"Acho que deve haver uma negociação no sentido de o país ser compensado por realizar esse trabalho em prol do restante da humanidade."

Desde que assumiu o poder, em 2019, Bolsonaro enfrenta críticas internacionais pelo aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, bem como pela falta de liderança do seu governo nas discussões sobre o clima, nas quais exige insistentemente em que demais países lhe paguem por proteger 60% da floresta amazônica que estão dentro de suas fronteiras, um recurso-chave para conter as mudanças climáticas.

O Brasil se comprometeu a alcançar em 2050 a neutralidade de carbono, ou seja, o equilíbrio entre o que se emite o que se absorve, e a eliminar o desmatamento ilegal no país até 2030.

Mourão disse nesta segunda-feira que o Brasil vai anunciar em Glasgow a antecipação em dois ou três anos do compromisso de erradicar o desmatamento ilegal e também atribuiu as críticas a divergências políticas.

O vice-presidente sustentou que o Brasil, o maior exportador mundial de carne —grande parte dela produzida na região amazônica— tem que defender o direito de desenvolver sua economia.

> "Praticamente 50% do país é o bioma amazônico. Se temos que manter 80% desse bioma intacto, não só pela nossa legislação, mas também para cooperar com o restante do mundo, impedindo essa mudança drástica no clima, são dez Alemanhas que temos que preservar
>
> **Hamilton Mourão**
> vice-presidente

Mourão lançou dúvidas sobre qual será a posição do país em relação aos critérios de contabilização do mercado de carbono, um tema-chave da COP26, onde se espera que sejam estabelecidas regras definitivas para regular esse mercado.

"Não compete a mim desvendar todas as nuances dessa estratégia. Vocês sabem que uma negociação se realiza naquela teoria do 'push and pull'", disse Mourão, que não viajará para Glasgow.

A COP26 será realizada entre 31 de outubro e 12 de novembro e é considerada a reunião de cúpula sobre o clima mais relevante desde as discussões do Acordo de Paris de 2015, que estabeleceu metas ambiciosas de combate às mudanças climáticas.

Às vésperas da conferência, o governo brasileiro lançou nesta segunda-feira (25) um programa de "crescimento verde" para fomentar "iniciativas sustentáveis", embora não tenha detalhado ações ou investimentos concretos.

Seu objetivo é "a redução de emissões de carbono, a conservação florestal e o uso nacional de recursos naturais com a geração de emprego verde", afirmou o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, durante cerimônia em Brasília.

"Somos uma potência verde e agora vamos levar para fora o Programa de Crescimento Verde", disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Não é possível que o Brasil seja tratado como vilão da poluição internacional. Quando pegamos os fluxos de poluição, o Brasil tem 1,7%, a Europa tem 15%, os Estados Unidos têm 15%, a China tem 30%. Como pode o país que menos polui, ser o mais agredido internacionalmente? Evidentemente há interesses políticos e comerciais por trás", afirmou.

Meta de US$ 100 bi a países pobres pode ser batida em 2023

LONDRES | AFP Os organizadores da COP26 acreditam que até 2023 a meta dos países ricos e altamente poluentes de conceder US$ 100 bilhões (cerca de R$ 558 bilhões) por ano aos países pobres para ajudá-los a enfrentar a crise climática pode ser alcançada, de acordo com um relatório publicado nesta segunda-feira (25).

A última análise financeira "permite-nos confiar que (a meta) será alcançada em 2023" e será superada nos anos seguintes, segundo relatório divulgado pela presidência britânica da conferência, faltando seis dias para a sua abertura, em Glasgow.

Em 2009, na Conferência do Clima de Copenhague, os países ricos se comprometeram a aumentar para US$ 100 bilhões anuais em 2020 a ajuda às nações do sul na luta contra as mudanças climáticas (medidas de adaptação e redução das emissões).

Dez anos depois, estão longe de seus objetivos. Em 2019, alcançaram apenas US$ 79,6 bilhões, de acordo com os últimos números publicados em setembro pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Os números para 2020 são desconhecidos, mas "é quase certo que o objetivo não foi atingido", reconheceu o presidente da COP26, Alok Sharma, em videoconferência para apresentação do relatório, em que detalha justamente os meios para alcançá-lo.

Essa promessa não cumprida prejudica os preparativos para a COP26.

O governo britânico espera convencer cerca de 200 países a fazer mais para reduzir suas emissões, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C em comparação com a era pré-industrial, conforme previsto pelos Acordos de Paris, de 2015.

China divulga plano para reduzir suas emissões antes de 2030

David Stanway

XANGAI (CHINA) | REUTERS A China adotará ações para reduzir o desperdício, promover energias renováveis e reformar sua rede de eletricidade, parte de seu plano para atingir um pico de emissões de carbono antes de 2030, informou o gabinete chinês nesta terça-feira (26).

O novo plano de ação repete as metas do país de elevar a geração de energia eólica e solar a 1.200 gigawatts até o final da década, construir mais hidrelétricas e usinas nucleares e desenvolver mais os recursos de gás natural.

O documento foi publicado só cinco dias antes das conversas em Glasgow, onde ocorrerá a COP26, conferência do clima da ONU que visa a intensificar a luta global contra a mudança climática. A China deve anunciar suas "contribuições nacionalmente determinadas" atualizadas antes do fim da cúpula.

Observadores do clima estão atentos a sinais de que a China, a maior fonte mundial dos gases de efeito estufa causadores do aquecimento global, pode fazer promessas mais ambiciosas antes de Glasgow, mas o documento desta terça-feira apresentou poucos avanços.

Agora que o país enfrenta blecautes e aumenta a produção de carvão para garantir os suprimentos do inverno, o Conselho Estatal disse que a China acelerará os esforços para montar um sistema novo e mais flexível que permita que novas fontes de energia sejam ampliadas.

Além de novas fazendas solares e eólicas, novas represas de hidrelétricas também seriam construídas nas porções superiores dos rios Yangtzé, Mekong e Amarelo, e o país também fará mais uso de uma tecnologia nuclear de nova geração, inclusive reatores marítimos de pequena escala, disse o conselho.

A China também agirá para fazer com que setores industriais muito dependentes de energia, como aço, metais não-ferrosos e materiais de construção, melhorem sua eficiência energética e seus índices de reciclagem e usem novas tecnologias plenamente para fazer suas próprias emissões atingirem um pico.

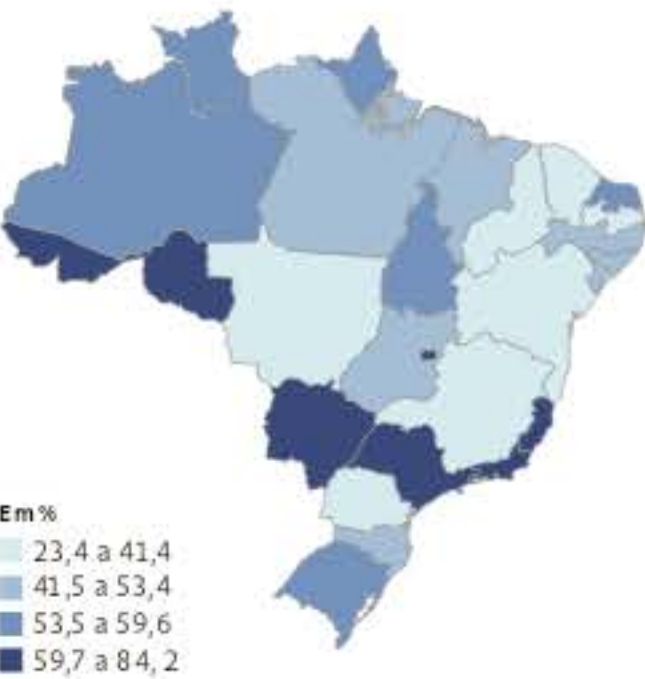
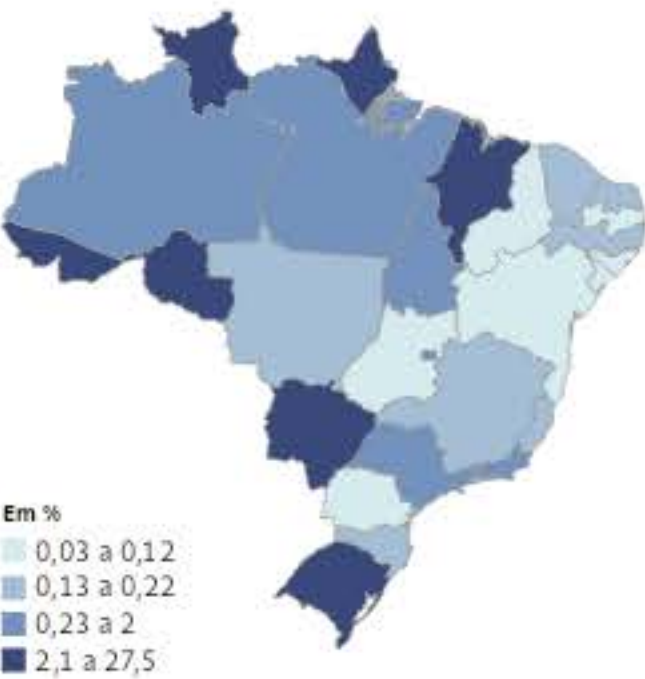
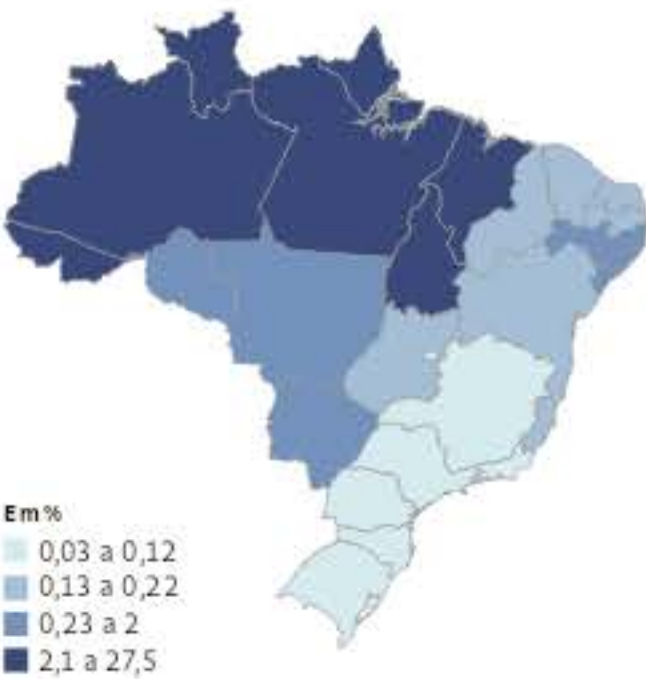
saúde

606.293 mortes
409 entre segunda e terça

21.748.303 casos
13.414 infecções em 24 horas

Covid-19 em crianças e adolescentes

Vacinação contra Covid em adolescentes de 12 a 17 anos, até 21.out

População de 12 a 17 anos que recebeu **uma** dose da vacina

População de 12 a 17 anos que recebeu **duas** doses da vacina

População não elegível para as vacinas contra Covid
Proporção de crianças com idade de 0 a 11 anos em 2020 no Brasil por estado

Fonte: Nota Técnica nº 36, Rede de Pesquisa Solidária

Sem vacinas e com volta às aulas, cresce risco de Covid-19 em jovens

Cerca de 35 milhões de crianças com até 11 anos podem ser afetadas, segundo levantamento

Ana Bottallo

SÃO PAULO Com o avanço da vacinação contra Covid na população adulta brasileira, o grupo dos mais vulneráveis a contrair a doença passa a ser justamente a faixa etária mais jovem do país, a das crianças de zero a 11 anos.

Até o momento, a vacina da Pfizer contra Covid-19 é a única que pode ser usada no país para os de menor idade. Ela está aprovada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para adolescentes de 12 a 17 anos. As demais opções de imunizantes são para a população acima de 18.

Para as crianças com 11 anos ou menos, não há ainda uma previsão de quando uma vacina contra o coronavírus será autorizada e poderá estar disponível. Isso, aliado a um retorno às aulas presenciais em diversos estados brasileiros, pode colocar essa população em maior risco para a doença.

Isso deve afetar também a expectativa de atingir no mínimo 80% da população brasileira vacinada. Proporcionalmente a outros países, como Reino Unido, essa parcela da população é maior por aqui — cerca de 16,6%, segundo estimativa do IBGE, ou 35 milhões de crianças com de zero a 11 anos, enquanto no Reino Unido, por exemplo são apenas 10%.

Paralelamente, estratégias amplas de testagem em ambientes escolares não foram implementadas no país desde o início da pandemia.

Essas são conclusões de um estudo feito pela Rede de Pesquisa Solidária, que reúne várias instituições públicas e privadas. A observação vem acompanhada de um alerta: hoje, no estado de São Paulo, cerca de 1 em cada 4 testes RT-PCR feitos na rede pública em crianças e adolescentes de até 17 anos é positivo para o Sars-CoV-2.

A positividade (taxa de testes positivos) nos meses de janeiro e fevereiro de 2021 nos adultos com mais de 18 anos era por volta de 38% — caiu para 15,43% no período de 1º de agosto a 9 de outubro. Já os adolescentes tinham uma positividade de cerca de 28,38% no período logo anterior ao início das aulas presenciais (de 3 janeiro a 6 de fevereiro), e agora essa taxa corresponde a 19,01% — maior do que a encontrada nos adultos, portanto, embora esses últimos testem bem mais do que os menores de 17 anos.

Nas crianças, essa taxa era de 12,73%, de janeiro a fevereiro, e é de 5,39% em outubro — um número que parece baixo mas, considerando que apenas casos sintomáticos costumam ser testados nesse público, e, em geral, crianças desenvolvem menos Covid, pode ser reflexo de uma subnotificação de casos da doença.

No público mais jovem elegível para vacinação, cerca de 70% dos adolescentes receberam até o dia 21 de outubro pelo menos uma dose da vacina, e 8% já completaram o esquema vacinal — adolescentes com comorbidades foram os primeiros desse grupo a serem imunizados.

Na última quarta (20), o Brasil ultrapassou a marca de 50% da população vacinada com duas doses, número que salta para 68,51% quando considerada apenas a população com mais de 18 anos, segundo dados atualizados até a última segunda (25).

Os dados do levantamento são do Open DataSus, do Ministério da Saúde, e foram analisados pelo Laboratório de Estatística e Ciência de Dados da Ufal (Universidade Federal de Alagoas) e pelo projeto ModCovid19.

Para Lorena Barberia, pesquisadora do departamento de ciência política da USP e coordenadora da nota, a inclusão das crianças na campanha de vacinação é fundamental para alcançar uma alta cobertura vacinal. E, até lá, a reabertura das escolas com 100% de presença obrigatória e o afrouxamento de algumas medidas de proteção contra o coronavírus podem implicar em um aumento da incidência justamente nessa faixa etária.

Apesar disso, os esforços para o aumento da testagem nesse grupo não foram significativos para o planejamento do retorno às aulas presenciais, diz Barberia. Na semana que antecedeu o retorno às classes com capacidade de 35%, em abril, a porcentagem de testes realizados nas crianças não aumentou em comparação com 2020 (de março a dezembro), mostra o estudo.

"Ampliar a testagem nas crianças agora seria fundamental porque não há, no curto prazo, uma expectativa de vaciná-las. E ao cruzar o retorno dessas crianças mais vulneráveis às escolas sem testagem, sem vacinas e com precariedade de protocolos, não vamos conseguir ter dados com uma rapidez suficiente para entender o que está acontecendo nesse grupo", afirma Barberia.

De janeiro a dezembro de 2020, 3,6% dos testes de RT-PCR na rede pública em São Paulo foram realizados em crianças de zero a 11 anos, parcela que representa 15,7% da população. Já as crianças de 12 a 17 anos representam cerca de 8% da população do estado e apenas 3,1% do total de testes para detecção do coronavírus no mesmo período.

De janeiro a outubro de 2021, esse número cresceu pouco em todo o estado, passando para 4,6%, no caso das crianças de até 12 anos, e de 4,7% para os adolescentes de 12 a 17 anos. No mesmo período, 90,03% do total de testes realizados para Covid eram em pessoas com mais de 18 anos de idade.

Para Barberia, a falta de testagem pode representar um perigo adicional também para a população com mais de 60 anos que já está apta para a dose de reforço das vacinas, mas ainda não a recebeu em grande quantidade.

Barberia preocupa-se ainda com os perigos de quadros de Covid longa nesse grupo.

"Fico chocada ao pensar que há um risco enorme das crianças serem expostas e não há estratégias para monitorar os casos, porque não há testagem. Não há nenhuma nota técnica específica nem do Ministério da Saúde nem da secretaria estadual tratando de crianças com 11 anos ou menos, que ainda não foram vacinadas, e elas não estão protegidas", diz.

Barroso critica fala de Bolsonaro sobre Aids e imunizante

BRASÍLIA O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), classificou como "absurdo" o fato de o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ter divulgado uma suposta notícia segundo a qual "vacinados [contra a Covid] estão desenvolvendo a síndrome da imunodeficiência adquirida [Aids]".

De acordo com o magistrado, há "desinformações que comprometem a democracia e a saúde pública".

Na segunda-feira (25), Barroso foi sorteado relator da notícia-crime ajuizada por dez parlamentares de oposição contra o chefe do Executivo pelas declarações que relacionam os imunizantes contra o coronavírus à Aids.

Caberá ao magistrado decidir se acolhe o pedido dos deputados e determina uma investigação. O ministro já encaminhou o processo para a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestar a respeito, o que é praxe. Depois, deve tomar uma decisão sobre o caso.

Barroso também disse que alguma medida tem que ser tomada para coibir a disseminação de notícias falsas nas redes sociais.

Segundo o ministro do STF, é preciso "enfrentar a desinformação, sobretudo quando ela oferece risco para a democracia ou para a saúde, como exemplo ocorrido de ontem para hoje no Brasil".

São Paulo reduz para 8 semanas intervalo da AstraZeneca

SÃO PAULO O estado de São Paulo anunciou, nesta terça-feira (26), que vai reduzir o intervalo entre a primeira e a segunda dose da vacina da AstraZeneca contra a Covid. A partir desta quarta (27), o espaço de tempo diminui de 12 semanas para 8 .

Dados mostram, porém, que intervalos maiores entre a primeira e a segunda dose da AstraZeneca trazem melhores respostas imunes. O mesmo vale para a vacina da Pfizer, que também teve seu intervalo de aplicação reduzido pela gestão do governador João Doria (PSDB).

"Cerca de 400 mil pessoas ficam aptas em todo o estado para tomar a vacina e completar o ciclo vacinal a partir desta quarta-feira", afirma em nota, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

A secretaria também afirma que há cerca de 4 milhões de pessoas atrasadas para completar o ciclo vacinal.

No último dia 15, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou a redução do intervalo entre as doses da vacina da AstraZeneca.

Segundo dados do consórcio de veículos de imprensa, atualizados diariamente às 20h, cerca de 80% da população total do estado de São Paulo já tomou a primeira dose da vacina contra Covid-19 e aproximadamente 66% dos moradores estão com o esquema vacinal completo.

Teoria absurda

Mais uma tática de conspiracionistas envolvendo vacinas para a Covid-19

Esper Kallás

Médico infectologista, é professor titular do departamento de moléstias infecciosas e parasitárias da Faculdade de Medicina da USP e pesquisador

Por volta do almoço, em um dia de 2006, o telefone do laboratório tocou. Era uma colega infectologista, coordenadora de um dos projetos sobre vacina candidata para HIV, do qual nosso centro de pesquisas participava. Dizia que o estudo deveria ser interrompido. Chamado STEP, o estudo convidou voluntários vulneráveis ao HIV para verificar se uma nova vacina, que usava o adenovírus-5 como vetor, poderia prevenir a infecção.

Todos os estudos rigorosos contam com avaliações periódicas de segurança. Uma dessas, ocorrida no dia anterior, por comitê científico independente, notou que a vacina não estava funcionando como se esperava. Alguns dados sugeriam possível aumento de infecção pelo HIV em pessoas vacinadas que já haviam sido naturalmente infectadas pelo adenovírus-5.

Passados 15 anos, dados derivados deste estudo estão sendo usados para acusar vacinas para Covid-19 de causar Aids. Como largamente comentado nesta **Folha**, *trata-se de afirmação absurda que vai além de causar hesitação à vacinação, provocando mais danos em cenário já bastante ocupado pelo negacionismo.*

Temos aqui mais um exemplo de como surgem teorias conspiratórias. Uma informação não relacionada, com dados distorcidos, é usada na construção de narrativas em alicerce em fatos reais. Impressiona a forma sórdida como tais narrativas são criadas, habitualmente, a partir de grupos mal intencionados, sobre um tema de grande relevância. Nesse caso, a pandemia de Covid.

O caso da vacina candidata para o HIV, mencionado no início, foi detalhadamente investigado. A teoria mais aceita é que aquela vacina, feita com um vetor de adenovírus-5, estimulava uma resposta imune que seria mais forte em pessoas que já tinham sido expostas ao adenovírus-5, em uma vacina específica para prevenir o HIV.

Muitas outras vacinas em estudo contra outras doenças infecciosas, que usam vetores semelhantes, não reproduziram o mesmo efeito e seguem em investigação e desenvolvimento.

Extrapolar o que se passou com aquele projeto para a vacinação de Covid-19 é atitude absolutamente irresponsável. Mais de seis bilhões de doses de diferentes vacinas já foram aplicadas no mundo.

Além dos rigorosos estudos em fase 1, 2 e 3 — etapas de desenvolvimento clínico que respeitam normas internacionais de boas práticas de pesquisa — é realizado acompanhamento de possíveis efeitos colaterais logo após a implementação da vacina em uma população.

Incontáveis vidas já foram salvas. Muitos lugares estão experimentando aberturas de atividades sociais e econômicas, graças a esse avanço extraordinário da ciência.

Déjà vu de teorias conspiratórias na saúde.

Foi entre 1999 e 2008 que o então governo da África do Sul, sob a presidência de Thabo Mbeki, negou que a Aids era causada pelo HIV. À época, foi influenciado por alguns pesquisadores e médicos, como o virologista Peter Duesberg, que alimentavam tais teorias e negavam as vastas evidências em contrário.

Como resultado, estima-se que mais de 300 mil pessoas morreram de Aids naquele país, principalmente pela recusa às medidas de prevenção e ao tratamento com remédios do coquetel antirretroviral, resultando no aumento da transmissão, inclusive aos filhos de mães infectadas.

Enquanto tentamos identificá-las e coibi-las, teorias conspiratórias continuam contribuindo para o aumento de infecções e mortes pela Covid-19 em medidas difíceis de quantificar. É preciso cobrar responsabilidade de quem as cria e propaga.

| **DOM. Reinaldo José Lopes**, Marcelo Leite | QUA. Atila Iamarino, Esper Kallás

ciência

Cortes na Ciência afetam os estudos de vacinas da Covid

Projetos buscam iniciativa privada e 'vaquinha' para prosseguir os trabalhos

Samuel Fernandes

SÃO PAULO Pesquisadores de vacinas nacionais contra a Covid-19 têm receio de que seus projetos sofram falta de financiamento público por causa do recente corte de R$ 600 milhões no orçamento do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação). Alguns estudos já buscam outros meios de obter recursos, como campanhas de arrecadação na internet e parcerias com a iniciativa privada.

O financiamento federal de pesquisas de imunizantes contra o coronavírus acontece desde o ano passado e é ressaltado pelos cientistas como de suma importância para o avanço dos estudos.

Mesmo antes do corte recente, alguns projetos já relatavam que o montante disponibilizado não era suficiente para suprir os gastos.

"Desde o começo do ano, nós temos visto que as promessas do MCTI estão demorando demais para serem cumpridas, isso quando são cumpridas. É um reflexo evidente da falta de dinheiro", diz Emanuel Maltempi, professor de bioquímica da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Ele coordena uma pesquisa cujo diferencial é o desenvolvimento de uma partícula recoberta com a proteína do coronavírus. "Essas partículas estimulam o sistema imune a produzir anticorpos contra a proteína do vírus. Essa é a novidade do estudo", diz.

No momento, a pesquisa se encontra em estudo pré-clínico —quando são feitos testes em animais. A intenção era finalizar a etapa até o fim deste ano, mas, por conta de atrasos de orçamento, a perspectiva atual é que essa fase fique para o primeiro semestre de 2022.

Mesmo assim, existe a dúvida. Maltempi mostra-se receoso, principalmente, porque o novo corte no orçamento do MCTI "deve afetar novos editais que estariam programados para o ano que vem", aos quais ele pretendia concorrer.

Até agora a pesquisa de Maltempi recebeu do MCTI um investimento de aproximadamente R$ 237 mil em julho do ano passado.

Por isso, ele precisou buscar outros modos para financiar o estudo, como um aporte de aproximadamente R$ 700 mil do governo do Paraná. Também foi criada uma campanha na internet para a população colaborar com doações. A meta é angariar R$ 76 milhões, valor que Maltempi estima ser suficiente para a fase de estudos em humanos. Por enquanto, foram reunidos cerca de R$ 182 mil.

Professor da Faculdade de Medicina da USP, Jorge Kalil também desenvolve uma vacina nacional contra a Covid-19 e demonstra preocupações quanto ao futuro da pesquisa. Ele entrou na semana passada com pedido à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para iniciar testes em humanos.

O projeto, um spray imunizante aplicado pelo nariz, é realizado no laboratório do Incor (Instituto do Coração) do Hospital das Clínicas da USP e conta com verbas do MCTI, como um aporte de R$ 4,5 milhões no ano passado.

Para seguir com os trabalhos, Kalil planeja inscrever a pesquisa em um edital do ministério para projetos que farão ensaios clínicos de fases 1 e 2. Em cada projeto selecionado, a pasta investirá até R$ 30 milhões. No entanto, o cientista preocupa-se se, diante do corte recente, o valor previsto será de fato liberado.

> “
> Nós temos visto que as promessas do MCTI estão demorando demais para serem cumpridas, isso quando são cumpridas
>
> **Emanuel Maltempi**
> professor da UFPR

A **Folha** procurou o ministério para comentar se esse edital sofrerá alterações, mas a pasta não respondeu até o fechamento desta edição.

Kalil também ressalta que o corte na Ciência pode afetar os recursos para bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. São os bolsistas, ele lembra, grande parte da mão de obra da pesquisa científica brasileira.

Para driblar as incertezas do momento, ele tem buscado apoio na iniciativa privada.

Esse tipo de parceria já ocorre no estudo de outra vacina contra a Covid desenvolvida no Brasil. A Versamune é um projeto da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto e da Farmacore, startup da área de biotecnologia, com sede na cidade paulista.

No total, o estudo já teve investimento de R$ 30 milhões do setor privado, diz Helena Faccioli, presidente-executiva da Farmacore. Via MCTI, o investimento foi de aproximadamente R$ 8 milhões.

Procurada para comentar se os cortes orçamentários poderiam afetar o avanço da Versamune, a Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto não se pronunciou.

Outro projeto que também foi selecionado pelo MCTI para financiamento das fases de estudos em humanos foi o da SpiN-TEC, vacina originada de uma parceria da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) com a Fiocruz Minas. Segundo Ricardo Gazzinelli, professor e coordenador da pesquisa, o projeto deve receber R$ 10 milhões em razão de um edital federal.

No entanto, a verba ainda não foi liberada. O edital, explica o cientista, coloca como condição para isso que a vacina tenha antes a aprovação da Anvisa para a realização de testes clínicos. Mas agora, ainda que o aval da agência reguladora saia, o cenário é preocupante, ele diz. "O corte pode sim impactar no desenvolvimento dessas vacinas. Vivemos em um momento de grande incerteza."

O professor também vê incertezas no futuro do Centro Nacional de Vacinas, uma parceria da UFMG com o MCTI, cuja pedra fundamental foi lançada em setembro. O local, explica Gazzinelli, seria essencial para o desenvolvimento de imunizantes nacionais.

"Se [a construção] não ocorrer, vai ser mais um atraso na área de vacinas nacionais. Existem doenças que nós temos e a indústria farmacêutica não está interessada."

A **Folha** questionou o MCTI sobre os investimentos, mas não obteve resposta.

Crianças devem aprender sobre dados, afirma pesquisadora

ENTREVISTA
JO BOALER

Gabriel Alves

SÃO PAULO Para onde quer que se olhe, há dados. No volume abissal de informações geradas pelas pessoas na internet, nos chutes e na movimentação de jogadores de futebol ou mesmo nos passos diários que damos e na frequência cardíaca monitorados por relógios e smartphones.

Para Jo Boaler, psicóloga, doutora em educação matemática e professora da Universidade Stanford (na Califórnia), é fundamental que as crianças, desde a pré-escola, já comecem a desenvolver habilidades para manusear e lidar com dados, já que são eles que embasam praticamente qualquer tipo de decisão, desde o lançamento de um novo produto até a escolha de qual caminho o GPS vai sugerir.

Boaler defende que essa alfabetização de dados é uma das competências mais importantes para se navegar no mundo de hoje.

Uma das maiores realizações de Boaler é a concepção e difusão da abordagem conhecida como Mentalidades Matemáticas, que auxilia professores e alunos a construírem um conhecimento menos baseado em decorebas e na binariedade de certo ou errado, e com mais foco na investigação, no questionamento e na visualização de padrões. Já há bons resultados da iniciativa também no Brasil.

Nesta quarta-feira (27), Boaler participa de um evento do Instituto Sidarta em parceria com o Itaú Social direcionado a gestores públicos e secretarias municipais de educação do Brasil sobre como transformar o ensino da matemática no pós-pandemia.

*

A partir de quando é possível que a criança aprenda sobre ciência de dados? Esperamos que as crianças comecem desde a mais tenra idade a ter o que chamamos de alfabetização em dados. Sabemos que é muito importante para os jovens serem capazes de ler os dados e entender os que são exibidos no mundo. E é uma área empolgante para as crianças nas salas de aula, ela ajuda a dar sentido ao que elas sabem sobre si mesmas e sobre suas famílias.

Nas redes sociais, esses estudantes podem ser enganados a partir de dados imprecisos ou quando são apresentados apenas parte deles, sem o contexto completo. Quando os alunos ficam mais velhos, com 16 anos ou mais, eles podem aprender o que é mais formalmente conhecido como ciência de dados.

Mas que tipo de atividade uma criança na pré-escola pode desenvolver nessa área? As crianças mais novas podem, por exemplo, trazer seus brinquedos favoritos. E então eles começam a pensar em como poderiam reunir os dados de toda a turma e quais seriam as variáveis. Podemos olhar a cor? A textura —macio ou áspero? Será que é um animal? De que tipo? Eles podem apresentar os dados num gráfico ou outra forma visual. Pode ser algo muito envolvente para os alunos, já que é algo do mundo deles.

A sra. pode contar como se deu a iniciativa Data Science 4 Everyone (Ciência de Dados para Todos)? Eu me envolvi pela primeira vez quando fui contatada por Steve Levitt, economista da Universidade de Chicago e autor do livro Freakonomics. Ele participava de um grupo com muita gente experiente do Google, do Departamento de Educação e pensadores de altíssimo nível. Foi aí que nasceu a ideia.

Na Califórnia, a ciência de dados já tem um papel central dentro do currículo de matemática, com espaço ao longo de toda a trajetória escolar. As universidades se comunicaram com as escolas de ensino médio, pedindo para reduzirem parte da carga horária de álgebra a fim de incluir a ciência de dados.

Não sei se no Brasil é igual, mas aqui nos EUA os alunos sempre tiveram uma carga horária de álgebra muito pesada. É uma espécie de preparação para o cálculo que se aprende na universidade, mas a maioria das pessoas não cursam cálculo, e todo mundo vai precisar, em algum momento, lidar com análise de dados. E cerca de 15 outros estados já sinalizaram mudanças semelhantes no currículo.

Na prática, como implementar o ensino de ciência de dados? Pelo menos no Brasil, os professores não costumam ter esse tipo de conhecimento.

Jo Boaler, 57
Nascida no Reino Unido, é professora da Universidade Stanford, nos EUA. Ela pesquisa o impacto de diferentes condutas e enfoques no ensino de matemática e é idealizadora de Mentalidades Matemáticas, abordagem que torna o aprendizado da disciplina mais visual e intuitivo

E os profissionais competentes em ciência de dados são rapidamente absorvidos pelo mercado, em outras funções. Você está certo em apontar que isso é algo novo que os professores precisam aprender, mas não é tão assustador quanto pode parecer em termos de conteúdo.

Alguns professores relatam que estão aprendendo muito, junto com as crianças. Estão se familiarizando. Professores de matemática recebem algum treinamento em estatística na faculdade, e há muita estatística nas ciências de dados. O que eles nem sempre sabem é programação, ou usar algum tipo de ferramenta de visualização de dados.

Como você avalia a chance de implementação dessa iniciativa no Brasil, considerando as dificuldades do país? A gente tem muitas coisas em nosso site, e o Instituto Sidarta tem traduzido tudo para o português. Temos uma seção muito interessante, a Conversas sobre Dados, que traz exemplos como derretimento das calotas polares e o desmatamento da Amazônia.

A ideia é mostrar os exemplos para os alunos e questionar o que eles percebem, o que aqueles dados querem dizer. Essa é uma ótima forma de as crianças desenvolverem alfabetização em dados. Elas, a partir de uma visualização de dados, podem dizer o que aquilo diz e o que aquilo não diz.

Existe muita sinergia no ensino de matemática e de ciência de dados. Quais as melhores formas de um conhecimento se beneficiar do outro? Trabalhar com ciência de dados é um processo de investigação. Tudo começa com uma pergunta, e aí vou coletar dados, analisá-los e, em seguida, comunicá-los das mais diferentes maneiras. Esse processo de investigação está totalmente ligado à matemática. E seria muito legal se a matemática fosse ensinada de uma forma aberta e criativa, não é?

Mas a ciência de dados se conecta com outras disciplinas do currículo, seja com dados históricos, em aulas de ciências e até em educação física —qualquer disciplina. E tudo isso combinado com tecnologia. Essa é a matemática que o mundo precisa neste momento.

O que você deixaria de mensagem para uma criança que ainda não gosta de matemática? Ela tem que saber que ela pode aprender tudo o que quiser. Temos que fugir da ideia de que só algumas pessoas têm um "cérebro matemático", que tem o dom para ela. Nós já sabemos que todos podem desenvolver seus cérebros e aprender o que quiserem e o quanto quiserem.

cotidiano

Cuidado com seu capacitismo

Preconceito é crime

Jairo Marques
Jornalista, especialista em jornalismo social pela PUC-SP. É cadeirante desde a infância

Capacitismo é uma palavra bem estranha à língua portuguesa, mas, pelo movimento de uso, que só se expande no país, principalmente nas redes sociais, deve mesmo se consolidar como uma espécie de designação do preconceito contra pessoas com deficiência.

O termo guarda relação com capacidades ou incapacidades projetadas, inventadas ou subestimadas. Ser capacitista implicaria imputar ao outro características-padrão que seriam geradas por sua condição física, sensorial ou intelectual.

Assim, por exemplo, toda criança cadeirante seria um anjo, toda pessoa cega seria desorientada, não ter os braços seria ter inabilidade para trabalho, ter paralisia cerebral implicaria não saber pensar ou agir e um caminhão de outros rótulos construídos ao longo do tempo, invariavelmente estigmatizados, equivocados e inferiorizantes. Cada "serumano" é único.

Diferentemente de outras expressões que falam diretamente às suas intenções, como racista está para agressão à raça, como machismo está para os conceitos arraigados do macho, como homofobia —e também a transfobia, a velhofobia— está para o ódio a um grupo, ser capacitista não relaciona diretamente a uma atitude contra o povo que não anda, não vê, não enxerga...

Isso afeta um bocado a clara identificação de ações discriminatórias que acabam ganhando vestes de piadas, de ações impensadas e até de liberdade de expressão, nunca de uma postura que desqualifica, humilha e ofende.

Em recente reportagem a respeito de pessoas com nanismo, da **Folha**, *uma avalanche de comentários jocosos, carregados de ironias, se formou em postagens no Instagram. Uma afronta que não pode mais ser encarada como "coisa de internet".*

A reação aconteceu, principalmente, em resposta ao fato de membros desse grupo recusarem o rótulo de "anões", termo que, historicamente, foi ganhando conotações ridicularizantes e não condizentes com a realidade de quem tem nanismo. As dores são de quem sente, não de quem chicoteia.

O capacisitmo é crime expresso pela Lei Brasileira de Inclusão, que prevê, inclusive, pena de prisão aos infratores. Como os principais protegidos pela medida ainda mal conseguem ter o básico de cidadania —ir, vir e permanecer—, gritar contra as opressões é processo que vai levar tempo.

Por enquanto, a coisa funciona da mesma maneira como perduraram ofensas, agressões e rebaixamentos feitos ao negro no país. Quem praticava achava que era bobagem, quem recebia sentia, se oprimia e esperava que o tempo trouxesse justiça.

Com um Congresso, com parcas exceções, inacreditavelmente alheio ao aprofundamento do debate da diversidade e agindo pelo capacitismo —emperrando benefícios fiscais, ausentando-se de debates como o da educação inclusiva, por exemplo, e alterando leis que facilitam a exclusão—, a proteção efetiva só atrasa mais.

O alento é que um molho de cidadania, engrossado por entidades civis e por gente mais humana, começa a levantar fervura em defesa da dignidade às pessoas com deficiência e, talvez, o capacitismo seja reconhecido e enfrentado com menos séculos de atraso que outros preconceitos cultivados.

Outro ponto que joga a favor é que a força de mobilização das diferenças tem sido cada vez mais efetiva e reativa. Todo o mundo está exposto a ter atitudes atreladas a valores ultrapassados e ancorados na ignorância, mas não ter o mínimo de cuidado para entender como suas posturas podem atingir negativamente a vida do outro não pode mais passar incólume.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Assembleia do Rio permite flexibilizar uso de máscaras

Já o governo de Brasília derrubou a obrigatoriedade da proteção facial ao ar livre a partir de 3 de novembro

Júlia Barbon e Matheus Rocha

RIO DE JANEIRO A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou um projeto de lei que permite que o estado e os municípios fluminenses flexibilizem o uso de máscara em locais abertos. O prefeito Eduardo Paes (PSD) deve publicar a medida no Diário Oficial desta quarta (27).

Os deputados derrubaram a lei estadual de junho de 2020 que exigia o uso do equipamento de proteção em todo o estado —entre normas dissonantes, vale sempre a mais restritiva. Agora, portanto, cada cidade tem autonomia para decidir sobre a questão.

A liberação ao ar livre estava prevista pelo município na segunda etapa do plano de retomada, quando 65% da população total estivesse integralmente vacinada contra a Covid-19, marca que foi alcançada nesta terça (26). Já a primeira dose ou dose única foi aplicada em 87% dos cariocas.

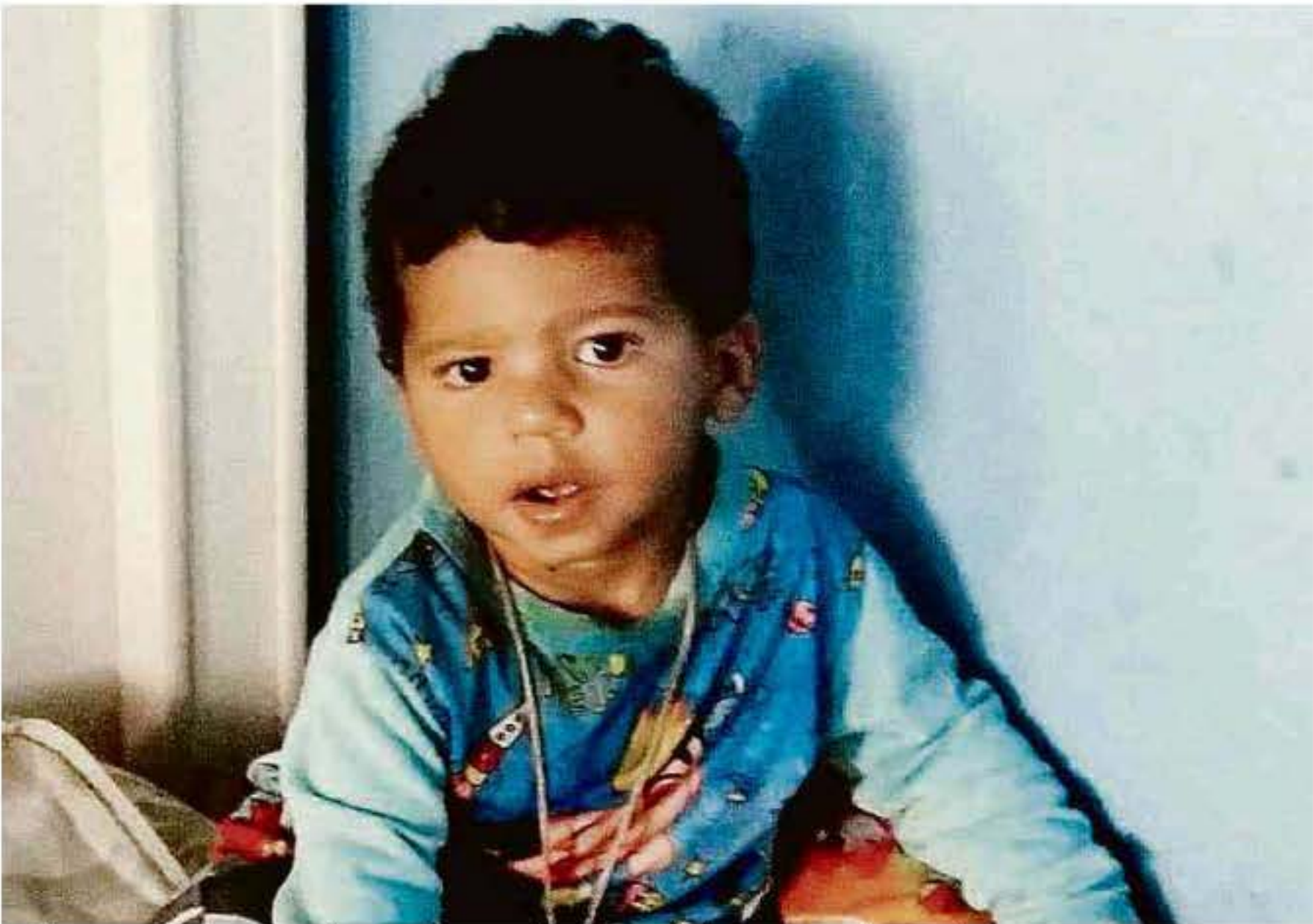
A prefeitura também pretende permitir a abertura de boates, danceterias e salões de dança, com metade da capacidade e exigência do comprovante de vacinação. Oficialmente esses espaços estão proibidos, mas na prática já vêm funcionando.

Na última segunda (18), o município autorizou a lotação máxima em locais como cinemas, pontos turísticos, casas de festa e centros comerciais sem distanciamento social, apenas com máscaras.

A terceira e última etapa do plano municipal de reabertura prevê a desobrigação do equipamento de proteção em ambientes fechados (exceto no transporte público e em hospitais) quando a vacinação total alcançar 75%. Isso deve ocorrer em 15 de novembro.

No Distrito Federal a população não será mais obrigada a usar máscara ao livre a partir de 3 de novembro. A decisão foi assinada pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e publicada em edição extra do Diário Oficial.

A obrigatoriedade da proteção facial permanece em todos os espaços públicos fechados, equipamentos de transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços e nas áreas de uso comum dos condomínios residenciais e comerciais.

O governo também flexibilizou o horário do comércio, que passará a funcionar em seu horário normal.

Mário Neto Ferreira Lourenço, de 1 ano, foi morto durante troca de tiros em Mesquita, no Rio Lucas Lourenço Silva Lourenço no Facebook

'Até quando vamos perder entes queridos?', pergunta pai de bebê morto em tiroteio no RJ

Matheus Rocha

RIO DE JANEIRO Um bebê de um ano e seis meses foi baleado no abdômen nesta segunda-feira (25) enquanto cortava o cabelo em Mesquita, na Baixada Fluminense. Mário Neto Ferreira Lourenço foi encaminhado em estado grave ao Hospital Geral de Nova Iguaçu, também na Baixada, mas não resistiu aos ferimentos.

Lucas Lourenço Silva, pai do menino, usou as redes sociais para lamentar a morte. "Hoje foi meu filho que perdeu a vida cortando cabelo no salão, vítima da violência do estado do Rio de Janeiro. Até quando vamos perder entes queridos? 1 ano e 6 meses, meu príncipe. Senhor, misericórdia! Muita dor na minha alma", publicou.

Um jovem, de 24 anos, e um adolescente, de 17, também foram baleados e acabaram morrendo. Uma criança de três anos foi atingida de raspão no tornozelo. Ela foi submetida a um exame de raio-X e já recebeu alta.

De acordo com a polícia, a delegacia de homicídios da Baixada instaurou inquérito para apurar as mortes. "Os agentes coletaram imagens de câmeras de segurança para análise. Diligências seguem em andamento para esclarecer os fatos e identificar a autoria do crime", informou, em nota.

Segundo um levantamento do Instituto Fogo Cruzado, 103 crianças foram baleadas no Grande Rio em pouco mais de cinco anos —30 delas não resistiram aos ferimentos e acabaram morrendo. Conforme o estudo, 76% delas foram atingidas por balas perdidas.

No primeiro dia do ano, Alice Pamplona de Souza, 5, morreu após levar um tiro no pescoço no morro do Turano, na região central da capital fluminense. Ela estava celebrando o ano-novo com a família e amigos quando foi baleada.

Já em abril, Kaio Guilherme da Silva Baraúna, 8, foi baleado na cabeça durante um evento na escola onde estudava na Vila Aliança, zona oeste do Rio. Ele foi internado Hospital Pedro 2º, mas não resistiu. No começo deste mês, duas crianças foram baleadas enquanto brincavam em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Os dois jovens sobreviveram.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Ensinou lógica com afeto, acolhimento e generosidade

ANDREA MARIA ALTINO DE CAMPOS LOPARIC (1941-2021)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO A lógica é de difícil compreensão na matemática, na filosofia e na vida. Pois o Brasil perdeu recentemente uma especialista no tema, a professora Andrea Loparic, uma das figuras mais importantes do pensamento filosófico do país.

Ela morreu dia 25 de outubro, aos 80 anos, de insuficiência renal.

Mestre em acolher seus alunos não só através do conhecimento, mas também da afetividade, Andrea sempre foi muito generosa.

"A Andrea Loparic era uma pessoa agradável e preocupada em garantir que os alunos estudavam e aprendiam. Tinha uma generosidade fora de série. Os alunos apreciavam muito, embora lecionasse uma disciplina muito difícil. Eles tinham muita dificuldade com lógica. Ela conseguia orientá-los e motivar aqueles que não eram matematicamente orientados do departamento. Sua sensibilidade permitia lidar com os alunos de forma igual", afirma o professor do departamento de filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Edelcio Gonçalves de Souza.

Edelcio foi seu aluno na graduação, pós-graduação, em disciplina do doutorado e um amigo próximo.

"Ela foi a minha primeira professora de lógica formal. A maneira com a qual ela dava aula e os interesses que ela tinha acabaram me influenciando nas escolhas que eu fiz na minha carreira. Fui para uma carreira ligada à lógica universal e abstrata, que estuda vários sistemas lógicos diferentes e o que há de comum entre eles. Nós tínhamos uma relação muito próxima. Ela era a principal professora do departamento", conta Edelcio.

Em 1961, Andrea Loparic graduou-se em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco e dois anos depois concluiu o bacharelado na Université Catholique de Louvain, onde também cursou mestrado. Era doutora em filosofia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Andrea trabalhou na Universidade Federal da Paraíba e na Unicamp, foi professora visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente era professora sênior na USP. Por causa da saúde debilitada, porém, não dava mais aulas. Segundo Edelcio, ultimamente Andrea preparava um livro sobre lógica.

Além de professora, ela atuou na defesa da democracia e militou no movimento Ação Popular. Separada, Andrea tinha dois filhos e netos.

DAVID KILIMNICK Aos 84, casado com Thereza. Terça (26/10). Cemitério Israelita do Butantã, Jd. Educandário, São Paulo (SP)

seminários folha o futuro do tratamento oncológico

Imunoterapia pode ser usada para reduzir risco de recidiva de câncer

Avanço no tratamento que fortalece defesas do organismo foi tema de webinário na segunda (25)

Catarina Ferreira

SÃO PAULO A imunoterapia, tratamento usado contra o câncer que potencializa as defesas do organismo, pode ser usada para prevenir o reaparecimento da doença em pacientes que já passaram por procedimentos como cirurgia e quimioterapia.

Sua utilização como terapia adjuvante, administrada depois do procedimento principal para evitar recidivas, foi aprovada pela FDA (Food and Drug Administration), agência regulatória norte-americana, neste mês para casos de câncer de pulmão.

"Até recentemente esses medicamentos eram aplicados apenas em pessoas que já tinham doença avançada e que não poderiam ser tratadas de forma definitiva", explica Rogerio Lilenbaum, oncologista brasileiro, diretor no Banner MD Anderson Cancer Center, nos Estados Unidos.

O alcance da imunoterapia foi debatido no 6º Seminário sobre Câncer - O Futuro do Tratamento Oncológico, promovido pela **Folha** na última segunda-feira (25), com patrocínio do Hospital Sírio-Libanês e do Grupo Pardini.

Para Lilenbaum, usar a abordagem para reduzir a recorrência do câncer é um passo de enorme importância.

"A imunoterapia representa um dos maiores avanços da nossa geração no tratamento oncológico", afirma.

O método começou a ser utilizado em 2011 e, em 2018, rendeu o prêmio Nobel de Medicina a dois pesquisadores: James P. Allison (Estados Unidos) e Tasuku Honju (Japão). Seus estudos aumentaram a efetividade da terapia contra vários tipos de câncer, como melanoma, câncer de pulmão e de rim.

"A imunoterapia é um tratamento indireto, ela atua muito mais no corpo do paciente do que no câncer diretamente", explica Gustavo Fernandes, que é oncologista e diretor-geral do Hospital Sírio-Libanês em Brasília.

Segundo o médico, ao fortalecer as defesas do organismo, os imunoterápicos ajudam o corpo a encontrar o tumor e diminuí-lo, por isso os medicamentos são geralmente aplicados em combinação com quimio ou radioterapia.

De acordo com os especialistas, os imunoterápicos podem ser utilizados contra uma grande variedade de tumores sólidos, entre eles tumores de cabeça e pescoço, pulmão, rins, melanoma, além das doenças hematológicas, como o linfoma.

Em alguns casos, as aplicações da imunoterapia seguem após o término dos demais procedimentos.

Foi assim durante o tratamento de Suzane Castro, 62. A advogada maranhense trata um câncer de pulmão desde 2017. Ela conta que passou por rodadas de quimioterapia durante seis meses, até que seu tumor deixou de responder ao tratamento.

Após o uso de imunoterápicos, o câncer reduziu de tamanho, o que permitiu que ela passasse por uma cirurgia. Com a doença em remissão há três anos, ela ressalta a importância de divulgar informações sobre a doença, apresentando ao paciente as opções possíveis.

"Quando fui diagnosticada, eu não tinha a menor ideia de como encontrar um tratamento mais pessoal e humanizado", afirma.

Para Fernandes, oncologista do Sírio-Libanês, além de popularizar a imunoterapia é necessário diminuir seus custos para que cheguem a um maior número de pessoas.

"A ciência está estabelecida, está avançando, existem milhares de estudos clínicos. Precisamos garantir acesso aos remédios", afirma.

O médico explica que, no Brasil, a abordagem é mais comum na rede privada, porque o SUS (Sistema Único de Saúde) carece de recursos, tanto para aplicação dos medicamentos que existem no exterior quanto para o desenvolvimento de tecnologia nacional.

Ele aponta que investimentos em pesquisa e desenvolvimento de fármacos nacionais podem baratear o custo da imunoterapia: "Precisamos de apoio e temos um sistema imenso para realizar pesquisa nos centros universitários. Temos o SUS precisando desenvolver terapias".

Em outubro deste ano, o Congresso aprovou projeto que retira R$ 600 milhões de recursos previstos para o MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e destina para outros setores.

A pasta receberá R$ 89,8 milhões, em vez do valor de crédito aprovado inicialmente, de R$ 690 milhões.

O corte afeta em 99% o orçamento para projetos de pesquisa em ciência e tecnologia, que seria de R$ 655,4 milhões e caiu para R$ 7,2 milhões.

O 6º Seminário sobre Câncer foi mediado pelo jornalista e colunista da **Folha** Vinicius Torres Freire. A transmissão completa do evento pode ser encontrada no site folha.com/seminariocancer.

Keiny Andrade/Folhapress

Participantes do 6º Seminário sobre Câncer, mediado pelo jornalista Vinicius Torres Freire

O QUE DIZEM OS INTERNAUTAS

Achei o seminário excelente, com muitas informações novas, que eu não sabia, como alguns cuidados que devemos ter. Tive uma experiência oncológica recente. Minha mãe partiu há 2 meses, ela teve metástase.
Ana Paula Ferreira de Souza
analista de sistemas e designer de web, Rio de Janeiro (RJ)

Trato uma metástase de melanoma e achei o seminário muito interessante. O único porém foi o pouco tempo despendido para as respostas da audiência.
Edmilson Barbosa
analista de sistemas, Porto Ferreira (SP)

A escolha dos convidados foi ótima. Gostaria de elogiar a inclusão de uma paciente com câncer avançado.
Silvia Ferrite
professora universitária aposentada, Salvador (BA)

Gostei bastante, especialmente da segunda parte, sobre imunoterapia. Quanto à primeira parte, minha expectativa se frustrou. Esperava uma visão do futuro dos tratamentos, não da situação atual.
Carlos Malamut
físico, Belo Horizonte (MG)

O seminário foi muito esclarecedor, abordando o conceito, as causas ou fatores predisponentes do câncer e a imunoterapia. Treinar o sistema imune para atacar as células tumorais é realmente fascinante. Promover discussões sobre as novas terapias disponíveis para o câncer é fundamental para que pacientes, parentes ou outras pessoas não sejam vítimas da ignorância e encarem a doença como tratável, com possibilidade de cura.
Jhonatas Cley Santos Porto
biomédico, Brejo (MA)

"Você tem que acreditar e investir no seu tratamento. O médico e o hospital são os últimos que desistem

Suzane Castro
advogada e paciente de câncer de pulmão que faz imunoterapia

"Não adianta fazer diagnóstico precoce e demorar para fazer a biópsia. Toda a cadeia de eventos precisa ser bem estruturada

Artur Katz
diretor do centro de oncologia do Hospital Sírio-Libanês

"Uma mulher com mamografia alterada não significa que tem câncer. Ela deve fazer todo o diagnóstico para confirmar

Karina Ribeiro
consultora da Opas (Organização Pan-Americana da Saúde)

"Nós não temos uma política de rastreio eficaz, mesmo sabendo que isso pode aumentar a sobrevida do paciente

Maira Caleffi
fundadora do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul

"A ciência está avançando, existem milhares de estudos clínicos. Precisamos garantir acesso ao tratamento

Gustavo Fernandes
oncologista e diretor-geral do Hospital Sírio-Libanês em Brasília

"A imunoterapia representa um dos maiores avanços da nossa geração no tratamento oncológico

Rogerio Lilenbaum
oncologista e diretor no Banner MD Anderson Cancer Center

Falta de rastreamento dificulta diagnóstico precoce no país

Paulo Ricardo Martins

DUQUE DE CAXIAS (RJ) O Brasil não tem investido em políticas de saúde para fazer o rastreamento da população com o intuito de identificar precocemente casos de câncer.

É o que diz Maira Caleffi, fundadora do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul. A mastologista participou do 6º Seminário sobre Câncer - O Futuro do Tratamento Oncológico, promovido pela **Folha** na última segunda (25), com patrocínio do Hospital Sírio-Libanês e do Grupo Pardini.

Segundo Caleffi, o rastreamento pode diminuir custos de tratamento e aumentar a sobrevida de pacientes.

A ideia é acompanhar pessoas sem sintomas e, por meio de exames, detectar anormalidades. Assim, é possível evitar intervenções mais complexas, feitas quando o tumor já se formou ou está em estágio avançado, afirma a médica.

No caso das mulheres, por exemplo, o ginecologista deve cobrar presença nas consultas para acompanhamento. "Isso é encarar o rastreamento como uma política de saúde", diz a mastologista.

No país, há uma recomendação para a realização de exames precoces, mas nem sempre ela é seguida, afirma Karina Ribeiro, consultora da Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) para implantação da iniciativa global sobre câncer infantil na América Latina e Caribe.

Na opinião da especialista, há um desequilíbrio no acesso a exames, como aqueles para detectar alterações nas mamas e no colo do útero.

"Nós vivemos no Brasil uma dualidade: há mulheres que nunca fizeram mamografia ou exame de papanicolau na vida; por outro lado, é fácil identificar aquelas que fazem exames a cada três ou seis meses, o que está fora de qualquer recomendação conhecida."

Além da falta de rastreamento, o médico Artur Katz, diretor do centro de oncologia do Hospital Sírio-Libanês, afirma que doenças virais, como o HPV, também contribuem para o aumento dos casos de câncer no país, entre eles os de colo de útero e de pênis.

Os especialistas também afirmam que investir em um estilo de vida saudável contribui para a prevenção da doença. Segundo Karina Ribeiro, estudos mostram que 34% dos casos no Brasil estão associados a fatores ambientais —caso de má alimentação, sedentarismo, consumo de álcool e tabaco.

No entanto, os riscos de alguém desenvolver a doença estão mais ligados a erros de duplicação do DNA nas células do que a esses fatores externos, de acordo com estudo da Universidade John Hopkins, nos EUA, publicado em 2017.

Segundo Katz, muitos pacientes desconhecem casos de câncer na família, o que pode atrasar o diagnóstico da doença. "Na maioria das vezes, quando o paciente diz 'não há casos de câncer na minha família', ele quer dizer que não há casos que ele saiba."

Para Maira Caleffi, a dificuldade de acesso ao teste genético é um problema a ser enfrentado no Brasil. O procedimento não é oferecido pelo SUS, o que impede pacientes de saberem se têm predisposição a algum tipo de câncer.

De todo modo, Katz explica que o exame tem limitações e não é determinante. "Quando o teste vem negativo, o que podemos dizer é: 'Dentro das coisas que posso investigar no momento, não encontrei nada'. Isso é diferente de dizer: 'Juro por Deus que o seu caso não é hereditário'."

Durante o seminário, Maira Caleffi também falou sobre alguns mitos relacionados às causas da doença. Segundo ela, alguns estudos apontam para um risco maior de câncer de mama para mulheres que tomaram pílulas anticoncepcionais por mais de cinco anos e antes do primeiro filho.

Mesmo assim, diz ela, isso não deve ser motivo de preocupação. "Eu não costumo deixar de prescrever a pílula por conta desse pequeno risco aumentado", afirma.

Além disso, a médica tranquiliza sobre o medo de desenvolver um tumor ao fazer mamografia ou ao bater o seio durante um acidente.

"Quando a pessoa bate [a mama], ela sente o caroço, mas não foi a batida que gerou o tumor. E a mamografia não provoca câncer por causa da compressão nem espalha metástases."

Terapia modifica células do paciente para combater doença

Método experimental, testado no Brasil em 2019, tem resultados promissores

SÃO PAULO Utilizada pela primeira vez no país em 2019, uma nova terapia modifica células do próprio paciente para combater o câncer. A abordagem inovadora pode se tornar uma alternativa para tratar doenças que atingem o sistema linfático, o sangue e a medula óssea.

Conhecida como terapia de células CAR-T, a técnica considera as características moleculares de cada tipo de câncer para desenhar uma resposta específica contra a doença.

As células T, que atuam na defesa do organismo, são retiradas do sangue e alteradas geneticamente para que se encaixem na superfície das partículas cancerosas e possam atacá-las. O material é multiplicado em laboratório e reinserido no paciente.

Para Vanderson Rocha, médico e professor titular na Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo), a técnica é promissora, mas ainda é necessário muito investimento em pesquisa para entender riscos e benefícios.

"As células modificadas vão combater a doença, então acontece uma guerra no organismo, que gera efeitos colaterais", explica o médico, que é também coordenador da unidade de doenças hematológicas na Rede D'Or São Luiz. Entre as possíveis complicações está uma síndrome de liberação de citocinas, substâncias inflamatórias geradas pela morte de partículas tumorais.

Um consenso publicado pela Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular reforça a importância do preparo de equipes multiprofissionais para tratar possíveis efeitos adversos.

Segundo Rocha, a resposta ao tratamento é rápida: "Em dois ou três dias já é possível identificar se houve melhora".

A terapia foi desenvolvida nos Estados Unidos. Lá, estudos clínicos recebem pacientes locais e de outros países. Em março de 2021, a FDA (agência regulatória do país) aprovou o uso dessa tecnologia em pessoas com mieloma múltiplo, tipo de câncer que tem início na medula óssea.

Diagnosticado com linfoma não Hodgkin, doença que atinge o sistema linfático, o comerciante de Varginha (MG) Sérgio Eloy Gonçalves, 62, foi para Cleveland, em janeiro de 2020, como parte do estudo desenvolvido pelo University Hospitals Cleveland Medical Center. Ele passou 32 dias internado e, após a aplicação da terapia, a melhora demorou cerca de uma semana.

Sérgio começou o tratamento contra o câncer em 2012, fez quimioterapia e um transplante de medula óssea. No fim de 2019, a doença voltou, e ele passou a não responder às medicações disponíveis. Desde a participação no estudo norte-americano, o câncer de Sérgio está em remissão.

Emocionado, o paciente conta que já não tinha mais esperanças de melhora. "A doença voltou muito agressiva. Eu já havia desistido, mas fui porque minha família insistiu."

Livre do câncer há dois anos, a relações públicas Sandra de Souza Silva, 54, também participou do estudo em Cleveland. Ela comemora o sucesso do tratamento com células CAR-T, feito em 2019. "Se não fosse isso, eu não estaria aqui."

Diagnosticada em 2017, ela também recorreu à terapia como uma última chance. "Contei com muito suporte da minha família, emocional e financeiro. Tive sorte, mas fico pensando na quantidade de pessoas que precisam e não podem arcar com os custos."

Além da internação, o paciente precisa custear as passagens, remédios e estadia para acompanhantes. Segundo o médico Vanderson Rocha, esse é um grande desafio para a popularização da terapia. "Quem vai para o exterior precisa gastar muito, às vezes abre vaquinha. Com o dinheiro de tratar uma pessoa lá fora, conseguiríamos atender dez aqui no Brasil."

De acordo com o especialista, o custo da terapia gira em torno de U$ 400 mil (aproximadamente R$ 2,2 milhões).

No Brasil, a técnica também é utilizada, por enquanto, apenas de forma experimental. "É preciso fazer estudos específicos para cada caso, estudar a resposta de cada tipo de câncer", afirma Eduardo Magalhães Rego, médico e pesquisador do Centro de Terapia Celular da USP (CTC-USP).

A técnica foi testada pela primeira vez no país em Ribeirão Preto (interior de São Paulo), em 2019, na Faculdade de Medicina da USP. O paciente foi Vamberto Luiz de Castro, na época com 62 anos, diagnosticado com linfoma não Hodgkin de células B.

A abordagem mostrou resultados promissores no paciente, que estava em estado terminal. No entanto, os médicos não conseguiram acompanhar o quadro de Vamberto a longo prazo. O aposentado morreu dois meses após o tratamento, em decorrência de um acidente doméstico.

O Brasil tem condições de produzir seu tratamento [CAR-T] e financiar parceiras público-privadas. O que aconteceu com as vacinas contra Covid-19 é um exemplo de parceria

Renato Cunha
coordenador da unidade de transplante de medula óssea e terapia celular do Hospital das Clínicas da USP Ribeirão Preto

Utilizar os recursos existentes no país para aplicação das células CAR-T foi um passo importante, explica Eduardo Rego, integrante do grupo de pesquisadores do CTC-USP.

Vamberto foi o único paciente tratado em Ribeirão Preto, porque o estudo foi prejudicado pela pandemia. Mas a pesquisa não parou, segundo Renato Cunha, coordenador da unidade de transplante de medula óssea e terapia celular do Hospital das Clínicas da USP Ribeirão Preto.

Para o médico, a próxima década é decisiva para o novo tratamento no país. "A pesquisa é a base, nós não paramos de trabalhar. Agora precisamos cuidar dos pacientes."

No caso de Vamberto, a terapia foi aprovada como uso compassivo, quando não há outra terapia possível. Os pesquisadores tentam viabilizar um estudo clínico, que, após passar pelos comitês de ética médica e pesquisa, poderá beneficiar mais pessoas.

O trabalho segue na USP de Ribeirão, em parceria com o campus de medicina da capital paulista e também com o Instituto Butantan.

Cunha vê com otimismo a aplicação da terapia no país: "O Brasil tem condições de produzir seu tratamento e financiar parceiras público-privadas. O que aconteceu com as vacinas contra Covid-19 é um bom exemplo de investimento público em parceria com outras instituições".

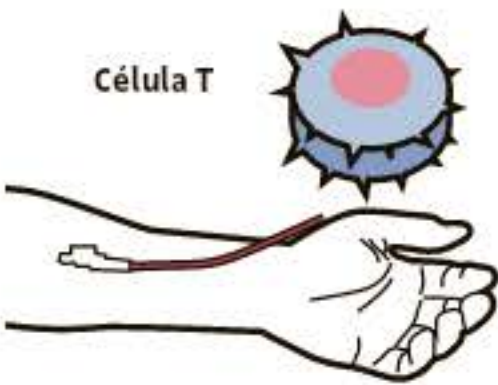
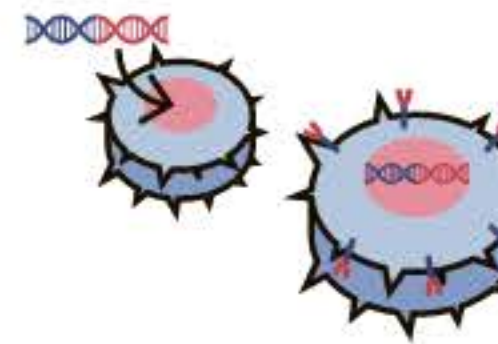
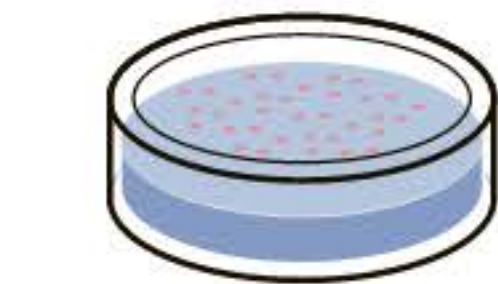
Mas ressalva que, apesar de promissora, a tecnologia é nova e não deve ser vista como uma bala de prata. Por enquanto, o tratamento se aplica, principalmente, a casos de câncer que atingem o sistema linfático e o sangue.

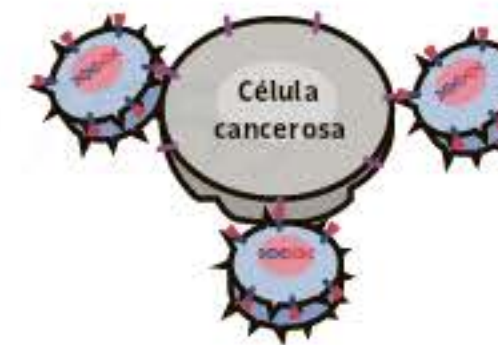
Há pesquisas para a aplicação em tumores sólidos, porém os resultados iniciais não foram bons. O próximo passo é entender as falhas do uso da tecnologia nessas doenças.

Catarina Ferreira

Conheça o novo tratamento

Células do paciente são ensinadas a atacar o tumor

Como a técnica foi descoberta
Os pesquisadores buscavam alternativas para tratar um paciente que sofria de linfoma não Hodgkin, câncer que afeta células do sangue e pode causar suores noturnos, perda de peso, exaustão e fortes dores nos ossos. Ele já tinha passado por quatro tratamentos diferentes desde setembro de 2017, sem resultados

1 Na nova terapia, eles coletaram sangue do doente para obter células T, responsáveis pelo ataque natural do organismo a células cancerosas

2 Modificaram geneticamente essas células em laboratório para que elas tivessem, em sua superfície, receptores —fechaduras químicas— capazes de se encaixar de forma específica em moléculas externas das células do câncer

3 Multiplicaram as células em laboratório...

4 ...e as reinseriram no organismo do paciente

5 A grande melhora dos sintomas sugere que as células T modificadas foram capazes de se ligar às células cancerosas e destruí-las

Evidências de sucesso
Fim suor noturno; interrompimento do uso de morfina; presença de reação inflamatória pela ação das células T; detecção de células T no sangue; e ausência de nódulos palpáveis no pescoço

'Tornamos a morte mais difícil quando tentamos intervir'

ENTREVISTA
DIANE E. MEIER

Manoella Smith

SÃO PAULO Parte do motivo pelo qual as pessoas têm tanto medo da morte é responsabilidade da medicina moderna, afirma a médica geriatra e especialista em cuidados paliativos Diane Meier, professora na faculdade de medicina de Mount Sinai, em Nova York.

"Tornamos tudo complicado e difícil quando tentamos intervir num processo que é natural e colocamos alguém em um ventilador, conectado por tubos e sondas", diz.

Segundo Meier, os profissionais de saúde são formados para fazer o possível para prolongar a vida, mesmo que isso não traga benefícios concretos à pessoa. Com isso, o alívio do sofrimento do paciente tem sido ignorado nas últimas décadas, ela afirma.

Em entrevista, a médica ressalta que os cuidados paliativos não são um tratamento para pacientes terminais, mas para aqueles que querem melhorar a sua qualidade de vida e a de seus entes queridos.

*

Há uma concepção de que cuidados paliativos são para doentes terminais. Como o tratamento funciona? Não há requisitos sobre o estágio da doença ou expectativa de vida em termos de elegibilidade para cuidados paliativos. Eles são baseados inteiramente na necessidade. Muitos jovens têm leucemia curável, mas sentem dor por causa da pressão nos ossos, além de angústia existencial e espiritual, ansiedade, depressão.

A especialidade se concentra no alívio dos sintomas de dor e do estresse provocado por uma doença grave, para melhorar a qualidade de vida do paciente e dos seus entes queridos.

É feita por uma equipe multidisciplinar que inclui médicos, enfermeiros, assistentes sociais e profissionais espirituais que podem enfrentar toda a gama de desafios e angústias que podem aparecer.

Como os cuidados paliativos lidam com a dor e como se diferem da, digamos, medicina convencional? Dor é apenas um dos muitos sintomas angustiantes que os pacientes com doenças graves experienciam, como falta de ar, náuseas, depressão, ansiedade, fadiga, perda de apetite.

O alívio do sofrimento, de certa forma, foi abandonado pelo treinamento médico nas últimas décadas. Na medicina paliativa, temos um treinamento em abordagens não farmacológicas, que são bastante eficazes —coisas como meditação, mindfulness, acupuntura e exercícios.

Também temos muita experiência no uso de analgésicos não opioides e no uso seguro de opioides para a dor. Isso é mais uma das coisas que eu acho que nos distingue: a capacidade de usar essas drogas incrivelmente eficazes da maneira mais segura possível.

Diane E. Meier, 69
Médica geriátrica e especialista em cuidados paliativos, fundou o Center to Advance Palliative Care, uma organização nacional dedicada a aumentar o acesso a tratamentos paliativo nos Estados Unidos. É professora na faculdade de medicina de Mount Sinai, em Nova York

Somos treinados para fazer tudo o que for possível para prolongar a vida, mesmo quando as ferramentas que temos não vão fazer isso de forma eficaz

Sobre o início da sua carreira, a senhora escreveu um artigo em que diz que "a parte difícil foi abordar os objetivos do cuidado em uma cultura que não admitia outros objetivos além da cura". O que isso significa? Somos treinados para fazer tudo o que for possível para prolongar a vida, mesmo quando as ferramentas que temos não vão fazer isso de forma eficaz. Nos EUA, temos muitos pacientes com demência em estágio terminal que nunca irão recuperar suas capacidades e que são colocados em ventiladores e alimentados por sonda.

Se essa pessoa conseguisse se ver com lucidez, ela ficaria horrorizada. Aplicamos essas terapias de forma indiscriminada, independentemente da probabilidade de benefício —e, por benefício, quero dizer retornar a alguma qualidade de vida aceitável.

Há uma falha em reconhecer que nossas intervenções podem ser maravilhosas em um paciente, mas apenas uma forma de tormento em outro.

Segundo dados mais recentes do Atlas Global de Cuidados Paliativos, pacientes com câncer são maioria, representando 28% de pessoas nesse tratamento. As pessoas com câncer desenvolvem uma série de sintomas angustiantes e foi devido a essa ampla percepção que o campo dos cuidados paliativos se originou no tratamento do câncer.

Em muitas partes do mundo, eles são oferecidos apenas para pacientes com câncer, apesar de a doença ser responsável por 22% das mortes.

Há um crescente interesse e suporte ao suicídio assistido. Como a senhora vê essa situação? Quase todos os sintomas podem ser aliviados se você tem acesso a profissionais que sabem o que estão fazendo.

A razão pela qual as pessoas buscam a morte assistida é por causa do sofrimento existencial e da falta de vontade de viver sob o fardo imposto pela doença. Muitas pessoas não conseguem suportar a ideia de precisar de ajuda.

Minha preocupação com a legalização [do suicídio assistido] é que, quando você tem pressões financeiras e um sistema de saúde que restringe o acesso a bons cuidados, criamos uma situação em que a única alternativa racional é buscar uma morte apressada.

Como nossa sociedade lida com a morte? A maioria das pessoas não percebe que cerca de 90% das vezes a morte é uma experiência muito pacífica. Você fica cada vez mais sonolento, tem cada vez menos energia e passa mais e mais tempo em uma cama.

Aos poucos, você perde o desejo por comida até que seu corpo começa a desligar e você gradualmente entra em um estado de coma. Isso continua por alguns dias, e você passa a ter longas pausas na respiração que podem durar um minuto. E então, depois de um tempo, durante uma dessas pausas, você morre.

Em 10% das pessoas nas quais isso é mais angustiante, porque há dor ou inquietação, temos medicamentos muito eficazes que podem até ser administrados em casa.

Em 99% dos casos, a morte em si é bastante pacífica e não assustadora. Tornamos tudo complicado e difícil tentando intervir no processo natural de morrer, quando colocamos alguém em um ventilador, por exemplo.

Parte do motivo pelo qual as pessoas têm tanto medo é responsabilidade da medicina moderna. Elas têm medo de ficar com agulhas e tubos presos em seus corpos, porque já viram familiares ou amigos passarem por isso.

Não precisa ser um processo assustador. Pode ser muito tranquilo se você tiver médicos treinados para reconhecer quando alguém está morrendo, e muitos não são treinados para reconhecer que o motivo do declínio do paciente é porque ele está morrendo.

ESPORTE AO VIVO

15h45 West Ham x Man. City
Copa da Liga Inglesa, ESPN BRASIL

16h30 Real Madrid x Osasuna
Espanhol, FOX SPORTS

21h30 Fortaleza x Atlético-MG
Copa do Brasil, SPORTV 2

Concessão do Maracanã prevê 21 mil ingressos por ano para governo do Rio

Gestão estadual exige de futuro administrador 5 camarotes com bufê e 200 entradas por partida

Italo Nogueira

Apesar de o Maracanã contar com tribuna para autoridades, concessão prevê ingressos para governo Alexandre Loureiro - 26.set.21/Reuters

RIO DE JANEIRO O plano de concessão do Maracanã exige que o futuro gestor do estádio disponibilize ao governo do Rio de Janeiro cinco camarotes com serviço de bufê e 200 ingressos por jogo no setor mais caro do estádio.

O modelo entregaria à gestão estadual o poder de distribuir cerca de 21 mil ingressos por ano, considerando a exigência mínima de 70 partidas na arena no período e a capacidade média de 20 pessoas por camarote.

A conta exclui as cerca de 600 cadeiras cativas cujos proprietários não se recadastraram e são, atualmente, geridas pelo governo. A minuta dos documentos da concessão não deixa claro qual serão o destino delas.

O governo fluminense disponibilizou para consulta pública no início de outubro as regras previstas para a licitação de concessão do estádio. A intenção do estado é que o contrato com o vencedor da disputa seja assinado em janeiro do ano que vem.

As regras vão ser debatidas em audiência pública na próxima quarta (27) e podem ser alteradas até o lançamento do edital definitivo. A ideia é que a arena seja concedida por 20 anos —com a possibilidade de prorrogação por mais 5.

Pela minuta do termo de referência divulgado, os camarotes e ingressos exigidos pelo governo deverão ser do setor oeste, o mais caro do estádio.

Para o jogo da próxima quarta-feira (27) entre Flamengo e Athletico-PR, pela semifinal da Copa do Brasil, o preço da entrada para parte do setor é de R$ 500. O "Maracanã Mais", área da seção oeste da arena, com serviço de bufê, custa R$ 1.000.

O secretário estadual da Casa Civil, Nicola Miccione, responsável pelo processo de concessão, disse que os ingressos são necessários para "receber autoridades".

"O Maracanã tem 107 camarotes. É do estado. Historicamente, no modelo anterior, o estado já tinha camarotes. É um equipamento público. O estado coloca a necessidade de preservar um espaço para receber autoridades", afirmou.

O estádio, porém, já conta com uma tribuna de honra, espaço reservado para as autoridades. As regras em debate também exigem que o novo gestor preserve o atual direito de uso exclusivo e gratuito do espaço.

Miccione afirma que os camarotes atenderão também à Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça. Ele afirmou que não haverá "mau uso dos ingressos", mas não indicou que regras serão adotadas para a distribuição.

"Hoje são ingressos solicitados. Se houve mau uso no passado, as gestões passadas que respondam", afirmou.

A prática nos anos pré-pandemia foi o uso dos camarotes pelos políticos. A distribuição de ingresso foi marca na gestão do ex-governador Wilson Witzel (PSC), frequentador assíduo do estádio com a camisa do Flamengo.

Em setembro de 2019, quando o clube estava na reta final das conquistas do Brasileiro e da Libertadores daquele ano, a Suderj (Superintendência de Desportos do Rio de Janeiro) editou portaria regulamentando o uso das cerca de 600 cadeiras cativas "abandonadas" após recadastramento dos proprietários.

O órgão definiu que 60% delas seriam distribuídas para associação de moradores, associações desportivas, alunos da rede pública e pessoas com deficiência. O restante seria "para representações" a serem definidas pela Secretaria de Governo, responsável pela articulação política.

Naquele ano, o governo dificultou a divulgação dos beneficiários em pedidos feitos por meio da Lei de Acesso à Informação. Nenhum dos dois pedidos feitos por jornalistas foram respondidos, segundo documentos do sistema do estado.

A minuta do edital determina que o novo gestor respeite o direito de uso das cadeiras cativas dos atuais proprietários, sem fazer referência às que atualmente estão sob gestão do estado.

De acordo com a Suderj, a previsão é que o estado continue a administrá-las aguardando o recadastramento dos proprietários ou seus herdeiros.

O estádio é gerido desde abril de 2019 por Flamengo e Fluminense. Os clubes assumiram a arena após Witzel revogar o contrato com o consórcio Maracanã, liderado pela Odebrecht, depois de uma tentativa de renegociação que se arrastava havia quatro anos.

As regras previstas para a licitação forçam a participação de três clubes da cidade.

Entre as exigências previstas para o concorrente está a comprovação de garantia de realização de, no mínimo, 70 partidas no estádio — Libertadores e Sul-Americana inclusas no pacote. Dessas, no mínimo 54 devem ser das Série A ou B do Brasileiro e da Copa do Brasil.

Pelo modelo atual, cada clube é mandante de 19 partidas no campeonato nacional e pode participar de, no máximo, oito fases na competição mata-mata.

Por essa conta, os atuais administradores do estádio, Flamengo e Fluminense, podem somar uma garantia máxima de 54 jogos em casa. O número deve ser ainda menor, já que ambos costumam entrar em fases mais avançadas da Copa do Brasil.

O edital foi feito para envolver também o Vasco da Gama, atualmente fora do acordo. O clube já demonstrou interesse em participar da licitação.

"O Vasco é parte da lenda do Maracanã. Foi o primeiro campeão do estádio e conquistou seus principais títulos lá. A intenção é fazer um 'mix' com São Januário, deixando as partidas mais importantes para o Maracanã", disse o vice-presidente do Vasco, Carlos Roberto Osório.

A minuta do edital abre a possibilidade de participação de empresas com experiência em gestão de arenas, consorciadas ou não com os clubes.

"O modelo é aberto. Se uma empresa gerenciadora de arenas tiver o compromisso formal [dos clubes] para aquelas datas, nada impede que seja uma profissional de eventos. Até se recomenda que se tenha no consórcio uma empresa do tipo. Mas a regra é aberta", afirma Miccione.

O grupo francês Lagardère, que se movimentou para herdar o antigo contrato de concessão da Odebrecht, tem interesse no estádio.

Contudo, Flamengo e Fluminense, atuais gestores do Maracanã, avaliam disputar a concorrência sem o envolvimento de uma gestora profissional de arenas, como no modelo em vigor.

Minas afasta Maurício Souza por comentários homofóbicos e cobra retratação do jogador

Maurício Souza em Tóquio-2020 Carlos Garcia Rawlins - 1.ago.21/Reuters

SÃO PAULO O Minas Tênis Clube, pressionado por seus patrocinadores, resolveu punir o atleta de vôlei Maurício Souza. O central de 33 anos, que fez publicações homofóbicas nas redes sociais, foi afastado do elenco. Segundo a agremiação, terá de pagar uma multa e se retratar antes de ser reintegrado —mas não terá seu contrato rescindido, como muitos queriam.

Há duas semanas, o jogador manifestou seu descontentamento com o anúncio da DC Comics de que o novo Super-Homem, filho do Super-Homem original, vai se descobrir bissexual nas próximas edições dos quadrinhos. "Ah, é só um desenho, não é nada demais. Vai nessa que vai ver onde vamos parar", escreveu.

Deu-se, então, uma discussão virtual com Douglas Souza, seu companheiro na seleção brasileira e membro da comunidade LGBTQIA+. A situação cresceu a ponto de a Fiat e a Gerdau, que bancam o time masculino de vôlei do Minas, cobrarem do clube uma posição firme sobre o assunto.

A diretoria publicou na segunda-feira (25) uma nota considerada branda e tardia, na qual condenava a homofobia, mas defendia que "todos os atletas federados à agremiação têm liberdade para se expressar livremente em suas redes sociais". Apontava ainda que havia conversado "internamente" com o central.

O texto não satisfez boa parte da opinião pública e incomodou os patrocinadores. Em notas separadas, bem mais duras do que a apresentada pelo Minas, a Fiat e a Gerdau pediram na terça (26) a tomada de "medidas cabíveis". No caso da Fiat, as palavras foram em tom de cobrança por uma solução "no espaço mais curto de tempo possível".

Ainda na terça, os dirigentes tiveram uma reunião com esses patrocinadores e decidiram pelo afastamento. Houve uma reação negativa de parte do elenco. Chegou a circular a informação de que o capitão William havia redigido uma carta, assinada por todos os companheiros —entre eles o abertamente gay Maique—, ameaçando deixar a equipe se o contrato de Maurício fosse rescindido.

"Calma, gente. Eu não assinei nada!", publicou Maique, que costuma chamar o companheiro de "amigo" apesar de considerar "burrice" seu posicionamento homofóbico. "Continuo lutando pelos meus direitos e de toda a nossa comunidade. Tem coisas [com] que não compactuo e não aceito", acrescentou. "As coisas estão aí, e todo o mundo está vendo. Não tem como passar pano."

O líbero ainda republicou a nota oficial da Fiat e agradeceu: "Muito obrigado, seguimos juntos lutando". Antes, Douglas Souza, que está atuando no Vibo Valentia, da Itália, havia publicado mensagem semelhante, celebrando o posicionamento das empresas. Ex-atletas como Carol Gattaz, que defende a equipe feminina do Minas, adotaram o mesmo tom.

"Homofobia é crime. Racismo é crime. Respeito é obrigatório. Está na lei, garantido pela Constituição. Já toleramos desrespeito, gracinhas e preconceitos disfarçados de opinião por muito tempo. Chega!", escreveu Gattaz, que já teve relações públicas com mulheres. "Homofobia é crime", repetiu a ex-jogadora Fabi Alvim, bicampeã olímpica.

Apoiador do presidente Jair Bolsonaro, com quem se encontrou recentemente em Brasília, Maurício Souza tem um histórico de declarações e publicações consideradas homofóbicas. A mais recente, pela repercussão, causou um incômodo maior nos patrocinadores do Minas, cuja pressão sobre os dirigentes não foi meramente protocolar.

A solução encontrada foi o afastamento temporário. Uma solução que incomodou os defensores de Souza, que apontaram um "ataque à liberdade de expressão". E uma solução que incomodou quem esperava uma punição mais severa, que pudesse servir de exemplo e evitar novas manifestações preconceituosas.

"O famoso não vai dar em nada, né? Toda vez a mesma coisa. Cansado disso, de sempre ouvir falas criminosas, e no máximo o que rola é uma 'multa' e uma retratação nas redes sociais", afirmou Douglas Souza, que disputou os Jogos Olímpicos ao lado de Maurício. "Todos os dias, todas as horas, um dos nossos morre. E o que temos? Uma retratação."

Até a conclusão desta edição, Maurício ainda não tinha se manifestado sobre a punição. Antes do desenrolar da questão nesta terça, ele havia insistido que manteria sua posição. "Hoje em dia, o certo é errado, e o errado é certo... Não se depender de mim. Se tem que escolher um lado, eu fico do lado que eu acho certo! Fico com minhas crenças, valores e ideias", afirmou.

Santos inicia série para fugir da zona de rebaixamento

SANTOS
FLUMINENSE
19h, na Vila Belmiro
Na TV: Premiere

SÃO PAULO Depois de perder em casa para o América-MG e entrar na zona de rebaixamento do Brasileiro na última rodada, o Santos terá uma dura sequência na tentativa de sair da zona de rebaixamento.

Quatro dos próximos cinco adversários estão entre os dez primeiros colocados. Diante de rivais dessa faixa da classificação, o Santos tem aproveitamento de 19,4%. Foram sete derrotas, quatro empates e somente uma vitória, sobre o agora líder Atlético-MG, na já distante sétima rodada.

Nesta quarta (27), o desafio será contra o Fluminense, o oitavo na classificação. No primeiro turno, no Rio, a formação carioca levou a melhor, por 1 a 0.

Com 29 pontos, na 17ª posição, a equipe de Fábio Carille vai precisar melhorar esse rendimento para sair da parte vermelha da tabela. Não será fácil. O próximo oponente é o Athletico, o 12º, no próximo sábado (30). Depois, os alvinegros terão pela frente Palmeiras (2º), Red Bull Bragantino (5º) e Atlético-GO (9º).

O tombo pode ser grande

Flamengo, com desmedida ambição, sonha em abandonar o futebol brasileiro

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Nas últimas décadas, a Europa se desenvolveu mais do que a América do Sul na educação, na saúde, nas condições sociais, no conhecimento científico e na formação de profissionais. Isso se reflete em todas as áreas, incluindo o futebol. Os calendários são mais organizados, os estádios, mais seguros e confortáveis, e os gramados, muito melhores. Evidentemente, há exceções.

O SUS é um orgulho brasileiro. Até os mais famosos e mais ricos enfrentam fila para se vacinar contra a Covid. Temos, pelo menos nesses momentos, a satisfação e a ilusão de que vivemos em um país mais justo e mais solidário.

Nas partidas da Europa, há menos faltas, violência e tumulto. O VAR é muito melhor, os treinadores, na média, são superiores, e os times têm mais craques, pois perceberam o óbvio de que, quanto maior a qualidade do espetáculo, maiores são o público e os lucros. Os ingressos são caros, mas há mais pessoas em condições de adquiri-los.

Além de contratar os melhores jogadores de todo o mundo, os europeus aprimoraram a técnica e executam melhor o que foi planejado. Passaram também a formar mais jovens bons de bola, que, com menos de 21 anos, são titulares de grandes times e seleções, o que não ocorria. A técnica individual e coletiva é hoje mais decisiva do que a habilidade, a fantasia e a improvisação.

No Brasil, o futebol deixou de ser um entretenimento barato, acessível para os mais pobres. Os ingressos são caros, e, para assistir às melhores partidas pela televisão, as pessoas necessitam pagar outros pacotes nos diversos streamings e outros nomes que não entendo.

Os ingressos mais baratos para a final da Libertadores, entre Palmeiras e Flamengo, no Uruguai, são de R$ 1.100, um salário mínimo, mais caros do que os ingressos mais baratos da final da Liga dos Campeões da Europa. Isso sem falar nos abusivos preços de hotéis e de passagens aéreas.

Enquanto o futebol brasileiro vive tantos problemas, dentro e fora de campo, e vícios acumulados durante décadas, a principal discussão diária, interminável, é sobre se os treinadores devem ou não ser demitidos. A cada dia aumenta o número de jornalistas seguidores de redes sociais.

Flamengo, Atlético-MG e Palmeiras são exceções no Brasil e na América do Sul, por contratarem os melhores jogadores do continente e trazerem outros bons da Europa, mas os três precisam dos outros clubes. O Flamengo, com sua desmedida ambição, sonha em abandonar o futebol brasileiro e se tornar um grande time do mundo. O tombo pode ser também grande.

O Brasil continua produzindo um grande número de bons, ótimos e também ruins jogadores, espalhados pelo mundo. Na última rodada da Liga dos Campeões da Europa, era o país com o maior número de atletas em campo. Porém imagino que, pelas possibilidades estatísticas, o Brasil, por ser tão grande, ter enorme tradição e formar tantos profissionais, deveria ter, do meio para a frente, no mínimo, mais uns dois Neymares. Não possuímos porque há muita deficiência na estrutura profissional.

Vinicius Junior, no Real Madrid, pela esquerda, entrando também pelo meio, e Paquetá, no Lyon, pelo centro, adiantado, formando dupla com outro atacante, têm brilhado. Os dois, nas posições em que jogam por seus clubes, podem ser boas opções na seleção, ainda mais pelo fato de que não há um centroavante definido. Paquetá é ótimo na troca curta de passes e poderia formar com Neymar uma boa dupla de atacantes.

|DOM. Juca Kfouri, Tostão |SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho| TER. Renata Mendonça |QUA. Tostão |**QUI. Juca Kfouri** |SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo |SÁB. Marina Izidro

Flamengo planeja comprar clube português sem gastar

Cariocas buscam 50 milhões de euros de investidores para adquirir o Tondela

Carlos Petrocilo e João Gabriel

SÃO PAULO Na Gávea, procura-se por investidores com 50 milhões de euros (cerca de R$ 323 milhões na cotação atual) no bolso, dispostos a explorar o mercado internacional do futebol.

O Flamengo tem buscado viabilizar a compra de 70% das ações do modesto Tondela, de Portugal. A iniciativa faz parte de um plano que o clube chama de internacionalização de sua marca. A equipe portuguesa seria só a primeira de uma série de aquisições futuras.

Para o projeto sair do papel, será necessário desembolsar inicialmente 14 milhões de euros (R$ 91 milhões). O restante do aporte —36 milhões de euros (R$ 232 milhões)— entrará como capital de giro, garantindo a subsistência do negócio.

Fundado em 1933, o Clube Desportivo de Tondela funciona como uma sociedade anônima desportiva (SAD), um clube-empresa, e desde 2015 atua na primeira divisão do Campeonato Português.

O plano do Flamengo é não gastar centavo algum para ter o controle da equipe, mas oferece como ativos sua numerosa torcida e as categorias de base.

No Brasil, a equipe carioca seguirá como associação civil, sem fins lucrativos. O Flamengo propõe constituir uma offshore (termo em inglês usado para definir uma empresa aberta em outros países), que por sua vez em sociedade com o grupo de investidores fundaria a Fla International HoldCo. Caberá a essa companhia se associar ao Tondela.

Na Fla International, o time rubro-negro é quem deverá ter o controle, com posse de até 60% das ações, e os investidores ficarão com o restante.

Caso o negócio seja consolidado, a equipe lusitana seguirá com suas cores tradicionais, verde-amarela. Já o segundo uniforme, atualmente verde, passaria a ser rubro-negro.

Um teaser chamado Projeto Nação, assinado em conjunto com o banco BTG Pactual e a empresa Win The Game, tem sido apresentado aos possíveis investidores, mas até agora não foi suficiente para convencer algum grupo sobre a viabilidade do negócio.

No documento, o Flamengo narra os feitos de sua administração desde 2012 e a conquista de nove títulos, incluindo duas taças do Brasileiro e a Libertadores. Também diz que, apesar da pandemia, deverá contabilizar uma receita bruta de R$ 1 bilhão em 2021.

O clube também coloca à disposição dos possíveis sócios a possibilidade de explorar sua base de fãs, com 42 milhões de torcedores, e tirar proveito da formação de atletas.

O anúncio diz que as categorias de base do Flamengo produzem 40 jogadores por ano, mas complementa que nem todos têm chances de atuar no elenco profissional e adquirir rodagem em razão do alto nível de competitividade que o clube alcançou.

Desses, em média cinco compõem o time principal, 10 são emprestados e 25 dispensados, afirma a agremiação no documento. Há a expectativa de que o clube possa usar o Tondela como vitrine europeia para ampliar receitas com a venda de atletas.

A peça lista exemplos como as transações de Vinicius Junior, aos 16 anos e por 45 milhões de euros ao Real Madrid (R$ 291 milhões em valores atuais) e Lucas Paquetá, aos 21 e por 35 milhões de euros ao Milan (R$ 226 milhões), além de outros que deixaram o clube de forma precoce, como Reinier, transferido para o Real Madrid aos 18, por 30 milhões de euros (R$ 194 milhões).

A Win the Game é uma joint-venture entre a BTG Pactual e a Fix Delivery Partners, focada na gestão do esporte. O advogado e CEO Claudio Pracownik foi vice-presidente de administração e de finanças do time carioca na gestão de Eduardo Bandeira de Mello (2013 e 2018).

Tondela é um município com quase 30 mil habitantes no distrito de Viseu, na região central de Portugal. O time permaneceu grande parte dos seus 88 anos de existência em divisões inferiores e conseguiu acesso à elite do Português ao conquistar a Segunda Divisão em 2014/2015. Desde então, sua melhor campanha foi a 11ª colocação em 2017/2018. Hoje, o time ocupa a mesma posição, com nove pontos em nove partidas.

De acordo com o plano de negócios do Flamengo, o Tondela conseguiria vaga para disputar a Liga Europa em quatro anos e em oito teria acesso à Champions League, que reúne somente os dois primeiros colocados de Portugal de forma direta na fase de grupos. O terceiro melhor do país passa pela fase preliminar.

O projeto idealizado pelo vice-presidente de finanças do Flamengo, Rodrigo Tostes, também é contestado por uma ala influente da diretoria.

Durante uma entrevista coletiva, Marcos Braz, vice-presidente de futebol, foi questionado "se o Tondela estava perto". O dirigente suspirou e, na sequência, classificou o assunto como irritante.

"Estou desde os meus oito anos no Flamengo, já ouvi e vi de tudo. Não vou falar desse assunto. Primeiro que o presidente Landim nunca tocou nisso comigo, e tem um outro ponto: se o Flamengo de fato for ao mercado e quiser se associar a outro clube, botando dinheiro ou não, porque o Flamengo tem muito ativo que não é dinheiro, isso precisa passar nos conselhos do Flamengo", disse o dirigente.

Procurados pela **Folha**, Tostes e Braz não atenderam aos pedidos da reportagem.

O Tondela (POR) subiu à elite do futebol português depois da temporada 2014/15 Pedro Nunes - 29.ago.21/Reuters

Rubro-negro carioca precisa superar má fase e Athletico para chegar à final da Copa do Brasil

FLAMENGO
ATHLETICO
21h30, no Maracanã
Na TV: Globo e SporTV

SÃO PAULO Em um mês, no dia 27 de novembro, Palmeiras e Flamengo irão se encontrar na aguardada final da Libertadores, em Montevidéu, no Uruguai. Muita coisa pode acontecer até lá, mas o atual momento é mais de preocupação para o time rubro-negro do que para o alviverde.

Enquanto o clube paulista reencontrou o caminho das vitórias e voltou à vice-liderança do Brasileiro, o carioca tem passado por instabilidade, com resultados ruins e importantes jogadores fora do time.

Nesta quarta (27), a formação comandada por Renato Gaúcho terá um importante jogo na temporada: o segundo duelo com o Athletico pela semi da Copa do Brasil. Na ida, houve empate por 2 a 2 —em caso de nova igualdade, a disputa será definida nos pênaltis.

No mesmo dia e horário, o Atlético-MG enfrenta o Fortaleza no Castelão. Na ida, os mineiros venceram por 4 a 0.

Preocupa a torcida rubro-negra o fato de o time não vencer há três jogos —além do duelo pelo mata-mata, empatou com o Cuiabá e perdeu do Fluminense pelo Nacional. Nas últimas cinco partidas, venceu apenas o Juventude e o Fortaleza, ambos pelo Brasileiro.

O aproveitamento nessa sequência é de 53%, inferior ao desempenho que o Palmeiras teve no mesmo período, com 66% após três vitórias (Sport, Ceará e Internacional), um empate (Bahia) e um revés (Bragantino), todos pelo Nacional, no qual soma 49 pontos, 10 a menos que o líder Atlético-MG. Em quarto, o Flamengo tem 46, mas com três jogos a menos que o rival alviverde.

Já o Palmeiras, na segunda (25), ao bater o Sport de virada por 2 a 1, consolidou sua recuperação na temporada.

A volta à vice-liderança coincide com o período em que Abel teve todos os seus principais jogadores à disposição.

Antes, o Palmeiras chegou a ficar cinco jogos sem vencer, na soma de jogos do Brasileiro e da Libertadores (empatou duas vezes com o Atlético-MG, mas se classificou). A sequência ruim no Nacional se deu no mesmo período de data Fifa, quando Weverton, Gustavo Gómez e Piquerez estiveram a serviço de seleções.

O Flamengo também cedeu jogadores às equipes nacionais, como Gabigol, Everton Ribeiro, Arrascaeta e Isla. Na ocasião, teve uma vitória e dois empates no Brasileiro.

Agora, no entanto, as baixas por lesão e problemas físicos têm afetado mais o time. Nesta quarta, por exemplo, Arrascaeta e Pedro são desfalques.

O meia uruguaio se machucou a serviço da seleção de seu país e não joga há quase um mês. Já o atacante passou por artroscopia no joelho na segunda (25). A previsão de recuperação é de três semanas.

Em contrapartida, Gabigol, desfalque no clássico contra o Fluminense, e Bruno Henrique, fora das últimas cinco rodadas com problemas musculares, estão de volta.

A retomada do caminho da vitória precisa ser já nesta quarta, contra o Athletico, para o time recuperar o moral e ter um mês de ascensão física e técnica até o duelo mais importante do ano, na final da Libertadores diante do Palmeiras.

Rubens do Amaral dirigiu Folhas por 15 anos e fez oposição a Getúlio Vargas

FOLHA, 100
HUMANOS DA FOLHA

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO O crítico literário Antonio Candido nunca esqueceu a lição recebida no início da carreira. "Não leio seus artigos", disse o jornalista Rubens do Amaral, abrupto. "Você não abre parágrafos", explicou, sugerindo então que o crítico organizasse os textos em blocos menores para facilitar a leitura.

Ao contratar a escritora Helena Silveira como colunista social da Folha da Manhã, ele pediu que deixasse de lado as ambições literárias. "Esqueça tudo o que aprendeu, todo o legado de inteligência da família", recomendou. "Tem que ir a festas, descrever os chapéus das mulheres, os ambientes."

O estilo direto virou marca registrada de Amaral, que dirigiu a Folha da Manhã e a Folha da Noite por quase 15 anos, numa fase agitada em que a empresa responsável pelos dois jornais trocou de dono e a política brasileira foi sacudida por revoluções e golpes de Estado.

O jornalista começou como revisor aos 17 anos, trabalhou no interior paulista e em outros estados e ganhou projeção à frente do Diário da Noite e do Diário de São Paulo, veículos de grande circulação que integravam o poderoso grupo de comunicação de Assis Chateaubriand.

Amaral assumiu a direção das Folhas em 1931, quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa que criara os dois jornais e decidiu relançá-los. Eles tinham deixado de circular por alguns meses após a Revolução de 1930, quando apoiadores de Getúlio Vargas depredaram a sede da empresa.

Chateaubriand tentou demover Amaral argumentando que não fazia sentido deixar uma empresa consolidada como a sua para embarcar numa aventura. Foi em vão, mas Chatô recompensou o ex-funcionário. Comprou a casa em que o jornalista morava de aluguel e doou a propriedade a ele.

A afinidade com Octaviano ficou evidente no relançamento das Folhas. O editorial que anunciou as intenções do novo dono, assinado por Amaral, prometia olhar crítico para o governo provisório de Vargas, pedia reformas e definia como missão do jornal "propugnar a causa da lavoura".

Como o novo patrão, Amaral era adepto das ideias do economista americano Henry George, populares no século 19. Para os georgistas, governos deveriam estimular a economia taxando a propriedade da terra e o uso de recursos naturais, deixando-os livres de impostos lucros, salários e outras rendas.

Comungavam também do crescente desconforto das elites paulistas com os rumos da revolução. Em 1932, Amaral se afastou das Folhas para lançar um novo título, o Correio de S.Paulo. Quando os paulistas decidiram pegar em armas contra Vargas, o jornal tornou-se porta-voz oficioso do movimento.

Seus artigos em defesa da Revolução Constitucionalista eram lidos no rádio e tinham grande alcance, mas os rebeldes foram derrotados em menos de três meses. Dias depois, deixou o Correio e voltou para as Folhas.

Seguiu à frente das Folhas durante o Estado Novo, o regime ditatorial instituído por Vargas em 1937. Seu braço direito no comando da Redação durante boa parte desse período, o jornalista Hermínio Sacchetta, era um militante de esquerda que passara dois anos preso por razões políticas.

Ambos tinham ojeriza a Vargas. Quando um filho do ditador assumiu a presidência da Federação Paulista de Futebol, Amaral orientou a empregada da casa a recortar e jogar fora as notícias do seu esporte predileto antes de lhe entregar o jornal, como lembra o advogado Luciano Amaral, neto do jornalista.

As Folhas viram sua circulação aumentar muito nessa época, graças ao interesse pelas notícias da Segunda Guerra Mundial. Com seu principal concorrente, o Estado de S. Paulo, sob intervenção federal, as Folhas tinham maior autonomia e conseguiam até driblar as ordens da censura do Estado Novo às vezes.

Octaviano decidiu deixar os jornais quando o regime agonizava e vendeu a empresa para um grupo liderado pelo advogado José Nabantino Ramos em 1945. Como os novos donos tinham ligações com apoiadores de Vargas, vários jornalistas se demitiram em protesto, e Amaral logo os seguiu.

Afastado da direção, ele continuou colaborando com as Folhas por algum tempo, mas saiu ao sentir que não tinha mais espaço. "Ele foi posto à margem e passaram a não publicar mais seus artigos", diz Maria Sylvia Pacheco do Amaral, filha do jornalista. Amaral foi à Justiça cobrar dívidas trabalhistas, mas perdeu a ação.

Com a redemocratização do país, afastou-se do jornalismo para se dedicar à política. Filiado à conservadora UDN (União Democrática Nacional), foi eleito deputado estadual e depois vereador em São Paulo.

Em 1960, Nabantino unificou os títulos publicados pela empresa e adotou o nome atual da **Folha**.

Rubens do Amaral em 1955 Folhapress

Rubens do Amaral (1890-1964)
Nascido em São Carlos, dirigiu o Diário da Noite e o Diário de São Paulo. Assumiu a direção da Folha da Manhã e da Folha da Noite em 1931 e exerceu a função até 1945. Filiado à UDN, foi eleito deputado estadual e vereador na capital. Publicou "União Soviética: Inferno ou Paraíso?" (1953) e outros livros

SÉRIE APRESENTA PERFIS DE PROFISSIONAIS DA FOLHA
O projeto Humanos da Folha conta a trajetória de repórteres, editores, fotógrafos, designers, cartunistas e outros que fizeram parte da história centenária do jornal.
Leia outros textos em folha.com/folha100anos

MIGRANTE TOMA BANHO EM RIO ANTES DE CONTINUAR TRAJETO DE CARAVANA CENTRO-AMERICANA RUMO À CIDADE DO MÉXICO
Até setembro, 1,7 milhão de deslocados foram detidos na fronteira com os EUA; travessias ilegais cresceram durante governo Biden Daniel Becerril/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
27.out.1921

Governo português recebe apoio de republicanos contra monarquistas

Notícias sobre uma iminente tentativa de restauração da monarquia em Portugal são espalhadas das cidades espanholas de Vigo, Badajoz e Tuy, onde funcionam "comitês" de adeptos da antiga forma de governo que estão foragidos.

As fronteiras estão sendo vigiadas, mas nada indica que os monarquistas estejam em condições de tentar um golpe como alardeiam.

Os chefes das várias facções republicanas, em reunião, resolveram apoiar o novo governo contra os manejos dos monarquistas, falando-se na próxima recomposição do gabinete na base do congraçamento nacional.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Viète e o nascimento da álgebra moderna

Pai da notação literal, francês unificou problemas que antes pareciam distintos

Marcelo Viana
Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Com a publicação da "Introdução à arte analítica", do matemático e advogado francês François Viète (1540-1603), a álgebra iniciou a transição do período medieval, marcado por al-Khwarizmi (c.780-c.850) e Fibonacci (c.1170-c.1240), para a Idade Moderna.

Viète desempenhava importantes funções na corte da França, inclusive no serviço de inteligência do rei. O seguinte episódio demonstra o seu prestígio.

Em livro publicado em 1593, o belga Adriaan van Roomen (1561-1615) listou "todos os matemáticos da Europa", desafiando-os a resolver uma certa equação (de grau 45!!). Algum tempo depois, o rei francês Henrique 4º recebeu o embaixador da Holanda em audiência, durante a qual enalteceu a excelência dos artistas, profissionais e cientistas franceses. "Mas o senhor não tem matemáticos, majestade, o sr. Roomen não listou nenhum francês!", interrompeu o embaixador. "Tenho sim, e é excelente!", retorquiu o rei, mandando chamar Viète.

"Ut legi, et logi" ("Li, resolvi" em latim) diria depois o matemático: ao final da audiência real ele já tinha duas soluções da equação, e à noite escreveu ao embaixador que poderia fornecer "quantas desejar, pois são em número infinito".

Mas a maior contribuição matemática de Viète é a notação literal, a ideia de representar números, conhecidos ou não, por meio de letras. Ela tem o grande mérito de unificar problemas que antes pareciam distintos. Na notação de Viète, $ax^2+bx+c=0$ representa todas as equações de grau 2: até então eram considerados vários casos, dependendo dos sinais dos coeficientes a, b e c, e a resolução era diferente em cada caso.

Mas o maior legado da notação literal talvez seja a contribuição à extensão do conceito de número. Por exemplo, até então era possível considerar que equações como $x^2=4$ têm solução, enquanto que outras, como $x^2=-4$, são impossíveis. A partir do momento em que escrevemos $x^2=a$, torna-se natural pensar que a solução é $\sqrt{a}$ e tratar esta expressão como um número, independentemente do sinal de a. Esse ponto de vista foi crucial para a descoberta dos conceitos de número negativo e de número complexo.

Ao publicar a solução do problema de Roomen, em 1595, Viète propôs também um desafio ao colega. "Um homem eminente, um verdadeiro matemático", descreveu Roomen, acrescentando: "Incapaz de admitir que um belga lhe roube a glória, respondeu soberbamente ao meu desafio com um tratado de notável erudição".

ilustrada

FOLHA DE S.PAULO ★★★

QUARTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2021 C1

Memórias do cárcere

Aly Muritiba abandonou a carreira de carcereiro para virar cineasta e agora tenta levar o Brasil ao Oscar

Detalhe do cartaz de 'Deserto Particular', dirigido por Aly Muritiba, que tenta uma vaga para o Brasil na próxima corrida pelo Oscar de melhor filme internacional Divulgação

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO É fácil pensar em Aly Muritiba como um cineasta improvável. Foram poucos os momentos em sua infância e formação que apontavam para esse caminho —e os trabalhos que teve antes, de bilheteiro de metrô a agente penitenciário, tampouco sinalizavam uma inclinação à cadeira de diretor.

Mas é justamente a essa jornada inesperada, peculiar e pouco afeita à vida artística que ele atribui o fato de, hoje, ser uma figura premiada em festivais como Brasília, Gramado, Sundance e Veneza, e de ter sido escolhido pela Academia Brasileira de Cinema, na semana retrasada, para tentar uma vaga para o Brasil no próximo Oscar.

"A coisa não é tão aleatória assim", no entanto, diz ele. "Eu nunca imaginei que faria um filme na vida, mas desde criança eu leio muito, escrevo poesia, já tive uma banda. Aos 15, eu criei um cineclube na cidade onde morava", ele lembra em conversa por telefone, numa ligação que por vezes falha, limitada pela pouca estrutura do sertão paraibano, onde Muritiba grava uma série para o streaming.

Nascido em Mairi, cidadezinha no interior da Bahia com cerca de 20 mil habitantes que até hoje não tem cinema, Muritiba já era adulto quando mergulhou pela primeira vez no escurinho de uma sala para ver um filme. Agora, se tudo der certo para os brasileiros, seu último longa, "Deserto Particular", pode levar o diretor à meca do cinema mundial, Hollywood, para acompanhar a cerimônia de entrega do Oscar do ano que vem.

O baiano de 42 anos desbancou a escolha mais provável para ser o indicado brasileiro ao prêmio de melhor filme internacional, "7 Prisioneiros" —que tinha o gigante Netflix e o bem relacionado Fernando Meirelles à frente—, com um filme bastante intimista, simples, mas de uma delicadeza que parece ter sensibilizado os membros da Academia Brasileira.

"Quando eu recebi a notícia, eu fiquei muito feliz, porque me considerava o azarão e, no instante seguinte, eu pensei 'eita, e essa responsabilidade agora?'", diz ele sobre a escolha da instituição. "O grande desafio é botar o filme para os votantes do Oscar verem. Se o cara sentar para ver, eu boto muita fé nele."

> **Nunca imaginei que faria um filme, mas desde criança eu leio muito, escrevo, já tive banda. O grande desafio é botar o filme ['Deserto Particular'] para os votantes do Oscar verem. Se o cara sentar para ver, boto fé**
>
> **Aly Muritiba**
> cineasta

Se, em fevereiro, "Deserto Particular" de fato aparecer entre os indicados ao Oscar, será o primeiro brasileiro na lista de filme internacional desde "Central do Brasil", de 1998. O longa já tem passagem por Veneza, onde ganhou um prêmio do público, e é exibido agora na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo. A estreia no circuito ficou para o dia 18 de novembro.

Na trama, acompanhamos um policial que deixa Curitiba em direção ao interior baiano.

Continua nas págs. C2 e C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

MESMO TOM

O novo corregedor-geral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Mauro Campbell, afirmou em reunião com corregedores estaduais de todo o país que imprimirá ao inquérito que investiga os ataques de Jair Bolsonaro (sem partido) ao sistema eleitoral o mesmo ritmo e a mesma firmeza de seu colega Luís Felipe Salomão, que está deixando o cargo.

TOM 2 Salomão, que será substituído na corregedoria por Campbell em novembro, tem sido uma pedra no sapato de Bolsonaro.

TOM 3 Entre outras coisas, ele determinou a investigação das motociatas do presidente como propaganda eleitoral antecipada e impediu que recursos seguissem sendo transferidos para sites e canais bolsonaristas que disseminam fake news sobre o sistema eleitoral.

TOM 4 Campbell afirmou que seguirá na mesma toada e que "ninguém vai apaziguar esse país sendo leniente com esse tipo de absurdo", referindo-se aos ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas.

FILA A internação de Olavo de Carvalho, o guru de Bolsonaro, no InCor (Instituto do Coração do Hospital das Clínicas) segue sendo investigada pela Assembleia Legislativa de São Paulo por causa da suspeita de que ele tenha furado a fila para entrar na instituição, em agosto.

FILA 2 Olavo de Carvalho não passou pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross), que recebe as demandas por internações de alta complexidade e as redistribui entre instituições do estado.

FILA 3 Na terça (26), o superintendente do complexo do Hospital das Clínicas, Antônio José Rodrigues Pereira, participou de uma audiência para responder oficialmente sobre o assunto pela primeira vez. E negou que tenha havido fraude à fila.

COMO TODOS Segundo Pereira, Olavo de Carvalho chegou à instituição de ambulância e, como qualquer outro paciente do SUS (Sistema Único de Saúde), foi internado no InCor.

SERÁ? O deputado estadual José Américo (PT-SP) diz que a internação segue sob suspeita. Ele afirma ter feito um requerimento para o governo de São Paulo informar de onde era a ambulância (já que não pertencia ao InCor) e também pedido a divulgação das anotações no prontuário de Olavo que justificariam a entrada dele na instituição sem passar pelo Cross.

DUPLA CULTURAL O ex-ministro francês da Cultura Jack Lang foi ao show de Gilberto Gil em Paris na segunda (26). Ele externou a Gil a preocupação com o governo Bolsonaro e os dois combinaram uma visita do cantor ao Instituto do Mundo Árabe, instituição que Lang dirige, nesta quarta (28).

*

E por mais de uma vez durante o show do baiano na Filarmônica de Paris, a plateia de duas mil pessoas puxou o coro de "Fora, Bolsonaro".

NAS REDES

@zecacamargonomundo no Instagram

@arealspiller no Instagram

@linikeroficial no Instagram

"Exposição sobre a escritora Carolina Maria de Jesus no IMS, uma visita no mínimo inspiradora", disse Zeca Camargo **1**. "Saudades do dólar a um real", brincou a atriz Letícia Spiller **2**. A cantora Liniker **3** postou uma selfie

RETROCESSO Lucinha Araújo, mãe de Cazuza, diz ter ficado "perplexa" com a declaração "mentirosa" de Bolsonaro associando a vacina contra a Covid-19 à Aids. "É tão absurdo um presidente falar isso que não merece nem comentários. É um retrocesso, a Aids já saiu da moda", diz ela, que por 30 anos comandou uma ONG de apoio a portadores de HIV.

EFEITO LIVE E as buscas pelos termos "Aids" e "HIV" dispararam no Google após a live em que Bolsonaro deu a declaração. Entre domingo (24) e terça (26), a pesquisa por "Aids" cresceu 3.000% e a por "HIV", 1.500%, em comparação às 48 horas anteriores.

RANKING No mesmo período, o Brasil foi o quarto país que mais pesquisou pela doença no mundo, atrás somente de Zimbábue, Zâmbia e Namíbia.

NATURAL Presidente da Comissão Especial de Bioética da OAB, Henderson Fürst diz que a resolução da Anvisa que otimizará a importação de medicamentos à base de cannabis é um avanço, mas não atende a todos. "Os custos seguem restritivos à maioria, impedindo o direito fundamental à saúde", diz.

COMUNHÃO O Memorial da América Latina sedia nesta quarta (27) ato ecumênico com líderes de 11 religiões, em homenagem às vítimas da pandemia. Na ocasião, será inaugurada a obra "Réquiem para os tombados pela Covid-19 na América Latina", da artista Maria Bonomi.

com Lígia Mesquita, Victoria Azevedo, Bianka Vieira e Manoella Smith

Memórias do cárcere

Continuação da pág. C1

O objetivo de Daniel é encontrar uma jovem por quem se apaixonou pela internet. Ele enfrenta um processo por uso de violência num treinamento e, do outro lado do país, se vê enroscado numa trama que celebra a diversidade.

É uma história de amor que reúne opostos e que, muitas vezes, traça paralelos voluntários e acidentais com a própria trajetória de Muritiba. "Quando trabalhei na prisão, o grosso das pessoas era de matriz mais conservadora. Só que por muito tempo eu enxerguei a coisa de forma simplista, por ser graduado em história, ex-diretor de centro acadêmico da USP, mas nada é simples assim", afirma. "É preciso haver troca, conversa, diálogo, e o filme é um bom exemplo disso."

Depois de crescer em Mairi, criado por um caminhoneiro e uma dona de casa, o cineasta estudou em São Paulo e foi morar em Curitiba, cidade de sua ex-mulher. No interior baiano, trabalhou numa fabriqueta que o pai montou; na capital paulista, vende u bilhetes no metrô; no Sul, sem encontrar emprego, decidiu prestar concurso para ser carcereiro. Passou e lá ficou por sete anos.

"Às vezes eu brinco com as pessoas, que ficam admiradas com a minha história, e digo que tudo isso que eu conto pode ser mentira, afinal, eu sou roteirista", ele provoca.

A prisão é um ambiente de violência e marginalidade, mas que abriu seus olhos para muita coisa e, eventualmente, o levou para os filmes. Ao saber que podia ter horas de trabalho abonadas caso estudasse, decidiu se matricular num curso de cinema, meio que por conveniência.

Continua na pág. C3

Contardo Calligaris é homenageado em performance

SÃO PAULO A psicanalista Maria Homem, que é colunista da **Folha**, realiza nesta quarta-feira, às 16h, uma performance em homenagem ao também psicanalista, dramaturgo e escritor Contardo Calligaris, que morreu em março deste ano e com quem ela foi casada.

A apresentação, inédita, se chama "The Fantasy Company" e será exibida na página do Facebook do Unfinished Festival (facebook.com/unfinishedfestival). Ela é gratuita e estará aberta a todos os interessados, inclusive aqueles que não se inscreveram no evento.

Calligaris, autor de obras como "Hello Brasil!" (ed. Fósforo) e "Cartas a um Jovem Terapeuta" (ed. Planeta), também foi colunista da **Folha**, entre 1999 e 2021. Junto de Maria Homem ele escreveu o livro "Coisa de Menina?", que saiu pela editora Papirus.

Cena da performance de Maria Homem Divulgação

Continuação da pág. C2

E aí decidiu levar sua realidade para as telas por meio de uma trilogia sobre o sistema prisional, formada por "A Fábrica", semifinalista ao Oscar de curta-metragem em 2013, "Pátio", que chegou a Cannes no mesmo ano, e "A Gente".

Em 2015, ele lançava o primeiro longa ficcional, "Para Minha Amada Morta", que teve o roteiro premiado em Sundance e arrematou, em Brasília, os troféus de direção, ator coadjuvante, atriz coadjuvante, fotografia, direção de arte e montagem. Com isso, largou de vez a cadeia e decidiu viver de cinema.

"A cadeia me vez exercer alguns dos predicados que eu acho importantes para um realizador de cinema —a escuta, a diplomacia, a observação. Ela me preparou para o diretor que eu sou e não me deixou ficar deslumbrado. Sei que se um dia todas as câmeras pararem, não teria problema em voltar para a cadeia."

Depois de "Para Minha Amada Morta", Muritiba dirigiu "Ferrugem", de 2018, premiado como melhor filme, roteiro e som no Festival de Gramado. Voltou a Sundance com a obra e, na sequência, embarcou nas séries televisivas, dirigindo episódios de "Carcereiros", "Irmandade" e "Irmãos Freitas". Mais recentemente, esteve à frente de "O Caso Evandro", sucesso do Globoplay baseado no podcast sobre o desaparecimento de um menino no Paraná.

A série foi um fenômeno que arrebatou diferentes tipos de público, apresentando Muritiba para uma nova leva de fãs. Mesmo sabendo da popularidade que o gênero true crime vem ganhando em diferentes mídias, o cineasta diz que a repercussão foi assustadora.

"O Caso Evandro" foi finalizada em paralelo a "Deserto Particular" e a outro longa, "Jesus Kid", uma comédia que garantiu a Muritiba os prêmios de direção e roteiro, novamente em Gramado. Foi um período "muito doido", diz ele, que trabalhou num momento em que boa parte do setor estava paralisado pela pandemia, já que as cenas dessas tramas estavam todas gravadas.

Agora, ele prepara uma série para a plataforma Amazon Prime Video, sobre a qual não pode falar muita coisa, outra produção criminal para o Globoplay, inspirada no caso dos meninos emasculados de Altamira, e dois filmes —um é uma adaptação de um livro de Daniel Galera, o outro ainda está em fase de captação de recursos.

Enquanto isso, Muritiba colhe os frutos de "Deserto Particular", um projeto especial não só pelo reconhecimento que vem ganhando, mas também por simbolizar um retorno do cineasta à sua Bahia natal e por ser fruto de um momento especial para ele, que diz estar apaixonado e, por isso, estar tentando "olhar para o mundo de uma forma muito apaixonada".

"Quando a gente olha para o mundo com olhos de beleza, de amor, a gente consegue encontrar leveza até nos lugares mais áridos, como o interior baiano", diz ele, sobre a jornada também pessoal que apresenta ao público em seu "Deserto Particular". Ele torce, agora, para que os votantes do Oscar assistam ao longa com esses mesmos olhos.

Deserto Particular

Brasil/Portugal, 2021. Dir.: Aly Muritiba. Com: Antonio Saboia, Pedro Fasanaro e Thomas Aquino. Sessão na 45ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo neste sábado (30), às 13h30, no Espaço Itaú de Cinema - Augusta. Estreia nos cinemas em 18 de novembro

Antonio Saboia, no alto, e Thomas Aquino e Pedro Fasanaro em cena de 'Deserto Particular' acima; à direita, o diretor Aly Muritiba Fotos Divulgação e Theo Marques/UOL

Assistente que deu arma a Baldwin já tinha causado acidente

SÃO PAULO O assistente de produção que entregou ao ator Alec Baldwin a arma que matou a diretora de fotografia Halyna Hutchins foi demitido em 2019 de outra filmagem por causa de um incidente com uma pistola. A informação foi dada por um produtor do filme nesta segunda-feira.

Hutchins morreu na última quinta depois de ser ferida no set do filme "Rust", no estado americano do Novo México. Alec Baldwin manipulava a arma durante um ensaio quando ocorreu o disparo.

Dave Halls, o assistente de produção, foi quem entregou a arma a Baldwin, segundo declarações dadas sob juramento divulgadas pelo gabinete do xerife de Santa Fé, encarregado das investigações.

Halls "foi demitido do set de 'Freedom's Path' em 2019 depois que um membro da equipe sofreu um ferimento leve quando uma arma, de forma inesperada, disparou", disse à AFP um produtor do filme que ainda não estreou.

"Halls foi retirado imediatamente do set depois que a arma cenográfica foi disparada. A produção não voltou a ser filmada até que Dave estivesse fora da locação. Um relatório sobre o incidente foi coletado naquela ocasião", disse o produtor de "Freedom's Path".

Na última quinta, um tiro disparado no set de filmagens do filme "Rust", estrelado por Alec Baldwin, matou a diretora de fotografia Halyna Hutchins, e feriu o diretor Joel Souza, no Bonanza Creek Ranch, na cidade de Santa Fé.

Baldwin estava filmando uma cena que exigia que alguém disparasse uma arma cenográfica. Os estilhaços dos tiros atingiram Hutchins e Souza. Ainda não está claro se quem carregou a arma por engano pôs balas dentro ou se algo se alojou no cano.

Hutchins foi transportada de helicóptero para o Hospital da Universidade do Novo México, mas não resistiu e morreu. Souza foi levado de ambulância ao hospital Christus St. Vincent, onde recebeu atendimento de emergência.

Baldwin decidiu cancelar alguns projetos e ficar longe do olhar do público após o acidente no set de "Rust". A afirmação é de pessoas próximas ao ator à revista People.

Segundo a publicação, ele está procurando tirar um tempo para si e se centrar de novo.

Ainda de acordo com a revista People, Baldwin ficou "histérico e absolutamente inconsolável por horas" após o episódio. "Todo mundo sabe que foi um acidente, mas ele está absolutamente arrasado", afirmou uma pessoa próxima a ele. No Twitter, na última sexta, ele disse que estava com o coração partido.

Souza se pronunciou pela primeira vez sobre o acidente neste sábado e afirmou que está desolado com a perda da colega. "Ela era gentil, vibrante, incrivelmente talentosa, lutou por cada centímetro do que conquistou e sempre me motivava a ser melhor", afirmou em comunicado.

A revista American Cinematographer chegou a nomear Hutchins como uma de suas estrelas em ascensão no ano de 2019. Antes de "Rust", ela já tinha trabalhado no filme de super-heróis independente de 2020, "Archenemy".

Ela nasceu na Ucrânia em 1979. Dentre seus filmes em Hollywood estão "Blindfire", de 2020, escrito e dirigido por Mike Nell, o terror "Darlin'", de 2019, dirigido por Pollyanna McIntosh, e "The Mad Hatter", de 2021, de Catherine Devaney.

Souza, diretor de "Rust", não deu detalhes sobre o acidente ou seus ferimentos, mas disse que ficou "grato pelas mensagens de afeto que temos recebido da indústria cinematográfica, do povo de Santa Fé e de centenas de desconhecidos que entraram em contato".

Coincidentemente, o filme "Rust" conta a história que envolve uma morte acidental, tal qual ocorreu na vida real. Segundo o IMDb, a sinopse gira em torno de um menino de 13 anos de nome Lucas, papel de Brady Noon, que é deixado para defender a si mesmo e seu irmão mais novo após a morte de seus pais no Kansas.

Ele resolve fugir com seu avô Harland Rust, papel de Baldwin, depois de ser sentenciado à forca pelo assassinato acidental de um fazendeiro local.

Os sets de filmagem costumam ter normas para o uso de armas, mas acidentes não são incomuns. Um dos mais famosos foi quando o ator Brandon Lee, filho do mestre das artes marciais Bruce Lee, morreu alvejado acidentalmente no estômago por Michael Massee com uma pistola que deveria estar carregada com balas de festim, há 28 anos.

Com agências de notícias

Cenas do filme 'Roda do Destino', de Ryusuke Hamaguchi, que foi premiado em Berlim e agora é exibido em São Paulo Fotos Divulgação

Hamaguchi constrói uma das maiores cenas eróticas da trajetória do cinema

'Roda do Destino', dividido em três capítulos, mostra como a tensão pode ser próxima do tesão

CINEMA
Roda do Destino
★★★★☆

Produção: Japão, 2021. Direção: Ryusuke Hamaguchi. Com: Kotone Furukawa, Kiyohiko Shibukawa e Katsuki Mori. Mostra de SP: qui. (28), às 15h40, no Reserva Cultural; dom (31), às 13h30, no Espaço Itaú Frei Caneca

Bruno Ghetti

O cineasta Ryusuke Hamaguchi é a grande sensação do cinema japonês atual. Só neste ano, teve dois filmes exibidos e premiados nos festivais de Berlim e de Cannes.

"Roda do Destino", em cartaz na Mostra de Cinema de São Paulo, abocanhou o Grande Prêmio do Júri no festival alemão, e seus três episódios são mais do que suficientes para o público entender que a badalação é merecida.

O filme parte de três premissas envolvendo noções de sina e coincidência na vida de diferentes mulheres em Tóquio. E todas são excelentes achados, pois fica nítido que vêm de uma grande mente imaginativa —hoje, talvez só Hong Sang-soo tenha o mesmo impulso criador. Mas o resultado seria outro nas mãos do sul-coreano, que provavelmente faria um longa distinto a partir de cada premissa—e todos, ainda que imperfeitos, seriam fascinantes.

Já Hamaguchi é um diretor menos intuitivo e com um senso de controle mais marcado, então limita suas histórias ao tamanho exato que elas deveriam ter —não parece sobrar ou faltar um segundo a nenhum dos episódios.

O primeiro mostra um triângulo amoroso numa trama repleta de acasos. A melhor cena se dá em um táxi, quando uma jovem detalha à amiga o flerte que teve com um rapaz. As falas têm uma sensualidade delicada, romântica, mas a forma como Hamaguchi encena essa conversa eleva a sequência a um outro nível de carga sexual.

Pelo vidro do fundo, vemos que o carro adentra túneis e penetra entradas de viadutos, e embora esse tipo de metáfora visual possa parecer óbvia ou até vulgar em outros filmes, aqui ela de fato amplia o potencial erótico da cena. Ainda que de soslaio, Tóquio nunca pareceu tão sexy.

No episódio seguinte, sobre dois estudantes que armam uma cilada para um professor, o talento de Hamaguchi é ainda mais espantoso. A aluna tenta seduzir o mestre, lendo em voz alta o trecho mais lascivo de um romance escrito por ele. As frases são ostensivamente pornográficas, mas o real erotismo da cena vem justamente da maneira contida em que os dois personagens interagem.

Afinal, há vários níveis de apreensão em jogo —as inerentes a um flerte atrevido, a de um golpe que pode ser desmascarado, a de uma porta que precisa ficar aberta. Hamaguchi mostra o quanto a tensão se assemelha ao tesão. É, desde já, uma das grandes cenas eróticas sem nudez da história do cinema.

O conteúdo da conversa e a técnica de encenação revelam uma infinidade de questões subjacentes envolvendo relações hierárquicas, sentimento de inadequação no mundo, descoberta de novas fontes de prazer sexual.

De repente, em pouco mais de 20 minutos, o professor e a aluna já se tornaram personagens de uma inacreditável solidez. O espectador começa a achar que talvez tenha sido um erro deixar esse capítulo para o meio, porque vai ser difícil conseguir manter o mesmo nível de brilhantismo no resto do filme.

Mas eis que chega o terceiro episódio, e o que parecia impossível acontece. Em alguns aspectos, ele consegue a proeza de ser ainda melhor do que o segundo. Narra o encontro entre duas mulheres que se reconhecem numa escada rolante e travam uma longa conversa, sobre a qual é melhor não revelar muito, para evitar spoilers.

É marcante a franqueza das personagens de Hamaguchi. Elas são de uma invejável honestidade consigo próprias e com seus interlocutores, mesmo quando pretendem inicialmente ludibriar os outros. Não escondem, inclusive, que são pessoas cheias de dúvidas e de áreas cinzentas. Deixam as verdades brotarem para fora de si, e existe nessa atitude um elemento de autoterapia, talvez catarse.

Hamaguchi também é franco com o público —desta vez, corrige seu erro do longa anterior, "Asako I e II", e não prolonga situações desnecessariamente. É como se o cineasta tivesse tomado ciência de suas próprias limitações e, em seu jogo limpo com o espectador, só leva o filme até onde ele deve ir.

Há algo de indecoroso em atacar um diretor pela excelência do próprio trabalho, mas aqui é inevitável. O maior problema de "Roda do Destino" está na quase perfeição de seus episódios.

Entre cada capítulo, há, sim, espelhamentos e mesmo fricções possíveis, mas a verdade é que qualquer tentativa de diálogo entre eles sempre resulta no empobrecimento do que cada um deles trazia de melhor, de mais específico, quando tomado isoladamente. Sozinhos, expandem a mente do espectador, enquanto, acareados, estreitam e direcionam nossos pensamentos.

Num livro de contos, é sempre possível parar quando se termina de ler um deles, mas num longa de episódios existe necessariamente um fluxo a ser percorrido —e, assim, relações a serem estabelecidas entre as partes.

Em "Roda do Destino", várias questões levantadas em cada um dos trechos terminam jogadas ao vento, sacrificadas pelo que traz o episódio a seguir —ou pelo conceito geral de "destino", que de repente se torna embaraçosamente pequeno diante de outras questões que os capítulos sugerem. O longa se sabota.

É a maldição do formato. Filmes em episódios ou nunca constituem uma obra verdadeiramente homogênea ou fracassam em articular os capítulos em sua completude. Grandes mestres do passado, como Rossellini, Ophüls e Kurosawa, já toparam com essa dificuldade.

Hamaguchi, mestre do presente, cumpre o que lhe reservava a sina. Ironicamente, num filme sobre o destino.

Belas Artes deixa de exibir filmes da Mostra e retoma estreias

Jairo Malta

SÃO PAULO A Mostra de Cinema de São Paulo, que chegou ao seu sexto dia de festival, sofrerá uma baixa a partir de quinta-feira, dia 28 —o cinema Petra Belas Artes, um dos locais que exibem presencialmente os filmes da programação na capital paulista, deixará de participar do evento e não terá mais sessões do festival.

Com isso, os filmes que estavam previstos para o Belas Artes serão transferidos para o Reserva Cultural, que fica na avenida Paulista, a cerca de dois quilômetros de distância.

A organização da Mostra e o cinema divergem em relação aos motivos para o Belas Artes ter rompido com o evento. Segundo o exibidor, o local foi surpreendido nesta semana com uma programação de filmes sem apelo, que são pouco procurados pelo público ou que estão disponíveis online, no streaming Mostra Play.

"O grupo Belas Artes fez contato com a equipe da Mostra na tentativa de amenizar essa situação, tendo em sua programação mais filmes com apelo para o nosso público, mas não tivemos sucesso", diz o cinema em nota. "Diante da falta de diálogo, o Belas não exibirá mais os filmes da Mostra."

Na manhã desta terça, porém, o cinema havia dado outra justificativa para a mudança. Segundo o Belas Artes, havia ocorrido uma falha técnica na projeção dos longas. A versão foi trocada no início da tarde, quando o cinema tornou público o descontentamento com a curadoria do evento.

A Mostra, por sua vez, diz que a motivação foi técnica e que a saída do Belas Artes e a mudança repentina na programação ocorreu por falhas na projeção de algumas cópias.

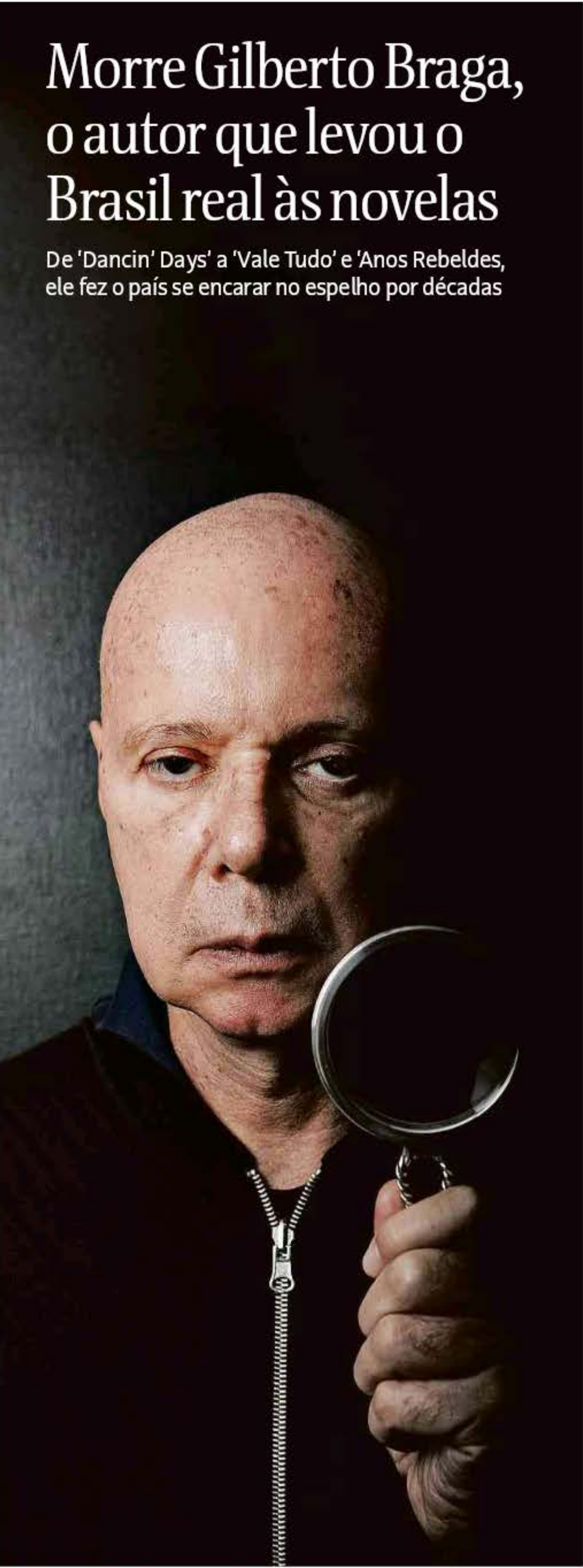
O Belas Artes, que tem o ex-secretário de Cultura paulistano André Sturm como diretor, afirma que apostará no circuito regular de estreias e de filmes já em cartaz, com destaque para títulos como "Duna", "O Homem que Vendeu sua Pele" e o lançamento "De Volta à Itália".

Já os filmes "Futura", de Pietro Marcello, "Amor Fati", de Cláudia Varejão, "A Maioria", de Mohsen Gharaie, e "Já que Ninguém Me Tira pra Dançar", de Ana Maria Magalhães, que tinham sessões programadas para o dia 28 no Belas Artes, serão as primeiras obras transferidas para o Reserva.

A nova programação pode ser acessada no aplicativo da Mostra Internacional de Cinema ou no site 45.mostra.org.

O evento, com 264 filmes de 50 países, exibidos de maneira presencial e também no streaming, vai até o próximo dia 3.

Morre Gilberto Braga, o autor que levou o Brasil real às novelas

De 'Dancin' Days' a 'Vale Tudo' e 'Anos Rebeldes', ele fez o país se encarar no espelho por décadas

O autor de telenovelas Gilberto Braga Daryan Dornelles

ANÁLISE

Thiago Stivaletti

Se a novela é um gênero ligado ao melodrama burguês, ao menos um autor, Gilberto Braga, foi capaz de ligar esse gênero à realidade brasileira.

Gilberto Braga, morto, aos 75, nesta terça, estreou na Globo em 1972 fazendo adaptações literárias para o programa "Caso Especial", pelas mãos dos dramaturgos Domingos de Oliveira e Oduvaldo Vianna Filho. Vinha de uma pequena carreira como crítico no jornal O Globo, mas sentia que tinha mão para a ficção.

Logo passou para as novelas, fazendo duas adaptações curtas —"Senhora", de José de Alencar, e "Helena", de Machado de Assis. O que nem ele nem ninguém na Globo poderia imaginar é que, em 1976, sua adaptação seguinte —"A Escrava Isaura", de Bernardo Guimarães—, uma sugestão sua para o diretor Herval Rossano, se tornaria o maior sucesso da história da emissora.

O próprio Gilberto encontrou a chave do sucesso. "As pessoas acham que o sentimento mais forte do ser humano é o amor. Não é. É o medo. Esse é o melhor storyline possível —nós todos temos medo de quem é mais forte que nós." A aposta se mostrou certeira. O medo que Isaura tinha de seu dono Leôncio ultrapassou qualquer fronteira social e política, e a trama foi exibida em mais de cem países, de Cuba à China —e segue sendo reprisada até hoje.

Na novela seguinte, "Dona Xepa", de 1977, outro grande sucesso, Gilberto começa a treinar o olhar para as questões do cotidiano —a vida apertada da protagonista feirante, as dificuldades econômicas de uma classe média baixa sempre na corda bamba. É nas novelas de Gilberto que sempre ouviríamos falar do preço do aluguel, do agiota cobrando juros imensos por uma dívida, do financiamento pago em prestações suadas.

Esses dois sucessos seguidos o credenciariam a passar rápido ao horário nobre da Globo, com "Dancin' Days", de 1978. É aí que ele consagra sua melhor fórmula —uma história de melodrama tradicional embalada em temas e cenários do Brasil do momento. O melodrama —uma mulher que sai da cadeia e disputa sua própria filha com a irmã rica. O tema do momento, proposto por Boni e Daniel Filho —a era das discotecas que tomavam Rio de Janeiro e São Paulo e ecoavam o sucesso, um ano antes, do filme "Os Embalos de Sábado à Noite".

O coquetel de drama clássico e conservador com um verniz moderno encanta. E desde aí o espectador mais intelectualizado já se diverte com as mil referências do cinema americano que Gilberto põe na boca de seus personagens.

É a partir dessa época que, autor badalado, ele começa a ser convidado para as festas e badalações da alta sociedade carioca e vai afiando a sua lente sobre essa classe dominante. Suas novelas serão sempre povoadas de "grã-finas" com todo tipo de excentricidade como Stella Simpson, papel de Tonia Carrero, em "Água Viva", de 1980. E também das mulheres de classe média que fariam de tudo para frequentar as altas rodas. Ele vai se tornando uma espécie de Balzac da TV, botando uma lupa diária sobre a sociedade carioca em suas histórias.

Mas nada preparava para o salto dramatúrgico que ele daria em "Vale Tudo", de 1988, provavelmente a melhor novela já escrita. A trama principal era inspirada num romance clássico americano —"Mildred Pierce", de James M. Cain—, trama que também rendeu um filme estrelado por Joan Crawford em 1945. Tratava da rivalidade de uma filha contra sua mãe —a primeira mau-caráter, a segunda honesta e trabalhadora, que se torna uma pequena empresária.

Mas o tema do momento no Brasil era a famosa "lei de Gerson", segundo a qual o brasileiro quer sempre levar vantagem em tudo. "Vale Tudo" juntava uma jovem vilã inescrupulosa, Maria de Fátima, papel de Glória Pires, com uma empresária que em tudo representava a ganância das elites brasileiras, dispostas a explorar muito e não dar nada em troca ao país —a Odete Roitman de Beatriz Segall.

A novela já era um sucesso quando Gilberto decidiu assassinar Odete a poucos capítulos do final da trama e parar o Brasil com esse suspense numa época em que mesmo as elites só tinham TV aberta.

Com a audiência em disparada, ele consegue manter a dura mensagem até o final. Enquanto um dos mocinhos, Ivan, papel de Antônio Fagundes, ia para cadeia por um ato de suborno cometido sob pressão, Maria de Fátima, em vez de ser punida, terminava a novela rica e sem remorsos. Era um soco no estômago, mas o Brasil recém-entrado na democracia parecia disposto a se encarar no espelho.

Para além das novelas, porém, Gilberto Braga tinha muito orgulho de duas minisséries que se tornaram os retratos definitivos da época em que se passavam —"Anos Dourados", de 1986, sobre os conservadores anos 1950, e "Anos Rebeldes", de 1992, sobre os turbulentos anos 1960.

A primeira mostrava a repressão sexual dos jovens em meio a famílias extremamente conservadoras, abordando temas como a perda da virgindade. A segunda retratou não só a militância jovem como a participação da classe empresarial na manutenção da ditadura e teve o mérito de impulsionar a ida dos jovens caras-pintadas às ruas naquele ano para protestar contra Collor.

Talvez seu último momento de brilho tenha sido na novela "Celebridade", de 2003, em que fazia um retrato irônico da nova era dos famosos, já antecipando a atual ditadura das redes sociais. Como acontece muito na televisão, Gilberto saiu de cena com um fracasso de crítica e audiência, a novela "Babilônia", de 2015, que trazia, entre outros, um casal de lésbicas da terceira idade, num momento em que o Brasil já ensaiava sua guinada ultraconservadora.

De cima para baixo, cenas dos sucessos 'Escrava Isaura', Sonia Braga em 'Dancin' Days', Beatriz Segall como Odete Roitman em 'Vale Tudo', Claudia Abreu em 'Anos Rebeldes' e, abaixo, o beijo de Fernanda Montenegro e Nathalia Thimberg em 'Babilônia', considerada o fracasso do fim da carreira do autor Fotos Reprodução

Autor não tem rival no lugar mais alto da dramaturgia brasileira

OPINIÃO

Mauricio Stycer

Gilberto Braga foi possivelmente o autor de novelas mais importante da história da Globo. Mais até que sua mestra Janete Clair, a rainha do melodrama. Quem diz isso não sou eu, mas colegas seus, como Lauro Cesar Muniz, por exemplo.

Pelos temas que abordou, pelo público que alcançou, pela forma como retratou a classe média e a elite cariocas, pela série de sucessos que emplacou, ele não tem rival no lugar mais alto da dramaturgia.

Os trabalhos que produziu ninguém precisa explicar do que tratam ou da importância que tiveram. Estão fixados na memória ou na imaginação, seja pelos tipos que imaginou, pelos diálogos que escreveu ou pelas cenas antológicas e impactantes que criou.

Quem não se lembra de personagens como Julia Matos (Sonia Braga, Maria de Fátima (Gloria Pires), Odete Roitman (Beatriz Segall), Lurdinha, Maria Lucia e Maria Clara (as três vividas por Malu Mader), a cachorra Laura e Heloisa (ambas interpretadas por Claudia Abreu), João Alfredo (Cassio Gabus Mendes), Felipe Barreto (Antônio Fagundes)?

Mais que isso, impressiona a quantidade de trabalhos seus que foram ao ar em sintonia com o tempo, algo difícil.

"Escrava Isaura" (1976), "Dona Xepa" (1977), "Dancin' Days" (1978), "Vale Tudo" (1988), "O Dono do Mundo" (1991), uma de suas raras novelas incompreendidas, "Celebridade" (2003), para não falar das minisséries "Anos Dourados" (1986), "O Primo Basílio" (1988) e "Anos Rebeldes" (1992).

Há traços dos últimos 40 anos de Brasil nas novelas de Gilberto. Não é pouca coisa.

Apesar da fama de escrever melhor personagens femininas (a lista é enorme), Gilberto tem também uma galeria de tipos masculinos importantes. E, apesar de ter ficado famoso como um autor que descrevia os ricos com raro talento, Gilberto nasceu e foi criado num ambiente de classe média.

Nos últimos anos, abalado por problemas de saúde, enfrentou a rejeição do público a uma novela sua, "Babilônia" (2015), e não conseguiu emplacar mais nenhum novo trabalho na Globo. Deixa projetos e pelo menos uma novela toda escrita na gaveta do canal.

Gilberto era casado com Edgar Moura Brasil, decorador e seu companheiro por quase 50 anos. Nunca escondeu isso. Ao contrário, era um casal que aparecia em eventos públicos, era citado em colunas sociais e dava festas.

Em mais de uma novela, tentou representar personagens gays com a mesma naturalidade, mas enfrentou rejeição da censura, da Globo e do público.

É lamentável que "Babilônia" tenha produzido rejeição justamente por causa de uma cena ousada, que Gilberto nem pretendia que fosse tão ousada. Escreveu um selinho, mas rolou um beijo na boca, no primeiro capítulo, de duas senhoras vividas por Fernanda Montenegro e Natalia Thimberg.

É triste que esteja saindo de cena sem poder ver os trabalhos que foram arquivados pela mesma emissora que hoje aposta em tantas bobagens.

Em uma de suas últimas aparições públicas, há pouco mais de uma semana, participou de uma reunião por videoconferência com mais de 200 autores e roteiristas da Globo. Foi uma recepção à nova diretora de criação, Samantha Almeida. Segundo relatos, Gilberto disse palavras gentis aos presentes.

Bailarinas do Grupo Corpo em cena do espetáculo 'Primavera', que tem trilha sonora do Palavra Cantada Fotos José Luiz Pederneiras/Divulgação

Espetáculo presencial do Grupo Corpo arrisca com trilha do Palavra Cantada

'Primavera' repercute inovações da pandemia com cenas curtas e dança projetada em tempo real

Iara Biderman

SÃO PAULO "Primavera", coreografia que o Grupo Corpo apresenta nesta quarta no Teatro Alfa, surgiu quase como um desabafo. "Vamos parar de olhar para o chão? Está tudo tão difícil, que tal falar de coisa boa?", propõe Rodrigo Pederneiras, coreógrafo da companhia.

Foram quase dois anos sem espetáculos ou viagens, fontes de renda para o grupo mineiro, e meses sem se encontrar para aulas e ensaios. Como todos, o Corpo foi se virando —aulas online para os bailarinos, para profissionais de saúde e para o público em geral, espetáculos e obras online.

Todos trabalharam remotamente, com jornadas e salários reduzidos. "Mas não demitimos ninguém, está todo mundo aqui, vivo", diz Pederneiras.

A decisão de fazer o espetáculo surgiu ainda no olho do furacão. Sem dinheiro, sem poder se reunir ou entrar em estúdio para compor a trilha com os músicos —músicas compostas para cada coreografia são marca do Corpo.

Foi quando o coreógrafo chamou Sandra Peres e Paulo Tatit, do Palavra Cantada. "Sempre fui fanzaço da dupla. Liguei para eles e disse que estava pensando numa loucura", conta. Eles são famosos por fazer música para crianças e a proposta de Pederneiras era criar uma trilha nova com músicas já prontas, eliminando letras, coro de vozes, até melodias.

"Propus usar as bases musicais para eles criarem um trabalho não específico para crianças. E a gente, do lado de cá, faria algo diferente", conta.

A relação entre o Corpo e a Palavra Cantada é antiga. Num estúdio da dupla foram produzidas trilhas de coreografias famosas da companhia, como "Parabelo", de José Miguel Wisnik e Tom Zé, ou "Corpo", de Arnaldo Antunes.

Mas Sandra Peres nunca imaginou uma trilha do Palavra Cantada. "Era muito desafiador, mas também estimulante. Fazemos música experimental para criança, a gente traz de tudo", afirma ela.

A dupla começou a escolher músicas do acervo de mais de 340 canções para mandar ao coreógrafo só os playbacks. "Foi um exercício de desapego. Nossa música não era daquele jeito, tivemos de entender de outro. Saiu a palavra, entrou o corpo", diz Peres.

As 14 composições da trilha são músicas feitas entre 1999 e 2017, gravadas com diferentes pessoas. "Temos 57 músicos na trilha, como seria possível fazer uma loucura dessas se não fossem as circunstâncias atuais?", pergunta Peres.

Despidas de letras e linha melódica, as músicas foram remixadas pelo produtor Ricardo Mosca. No estúdio, Peres e Tatit também fizeram acréscimos delicados, um piano aqui, um baixo ali, dando novo colorido à trilha. Esta foi a parte prazerosa da loucura.

Quando "Primavera" começou a ser delineada, a companhia ainda não sabia quando poderia entrar em um teatro. Pensaram em fazer um espetáculo menor para vídeo. "O online foi a saída para as companhias, mas ninguém aguenta mais", afirma Pederneiras.

A "Primavera" do Corpo é composta por pequenas cenas, com poucos bailarinos, que não se tocam. Mas Pederneiras pode se dar ao luxo de criar três momentos de contato físico, pas de deux dançados por casais na vida real. O resultado é quase um quebra-cabeça para criar os deslocamentos dos bailarinos, usar os espaços e preencher o palco com pouca gente.

Para não deixar a peteca cair, há muita agilidade, culminando num final doce. "Criei um final oposto ao que normalmente é feito. A gente vai fechando de uma forma muito lírica, só com um casal, bem diferente do resto da coreografia", diz Pederneiras

As adaptações assimiladas pelo grupo por causa da pandemia fizeram o diretor artístico Paulo Pederneiras inovar na cenografia. Primeiro, ele pensou em transmitir o espetáculo ao vivo para a própria plateia. "Viajei com a ideia de transmitir detalhes do que acontece no palco. Por questões técnicas, isso era impossível, mas consegui levar essa linguagem para o palco", diz.

Numa tela de tule preto, a dança é projetada em tempo real, com imagens captadas por duas minicâmeras no proscênio e controladas da coxia. Vez por outra surgem na tela vermelhos, frisos pretos, a saia de uma bailarina. E, no final, o rosto dos bailarinos.

É uma linguagem nova para o diretor artístico. Mas correr riscos tem mantido a companhia viva por 47 anos. O tema traz de volta o sufoco financeiro. "Desses anos todos, estamos há uns 40 trabalhando no vermelho, e essa temporada também será assim", afirma.

Mesmo antes da pandemia, a situação era difícil para o grupo, que perdeu seu maior patrocinador, a Petrobras. Mas outros continuaram, como o Itaú Cultural e a Unimed BH, e novos entraram, como a Vale e a ArcelorMittal. Esta última patrocinou um ensaio geral, aberto e gratuito. Os ingressos para esta sessão só foram anunciados nas redes sociais no último sábado e se esgotaram em três horas.

Primavera

Qua. a sex.: 20h30; sáb.: 20h; dom.: 18h. Até dom. (31). Teatro Alfa, r. Bento Branco de Andrade Filho, 722. R$ 50 a R$ 200. 14 anos

Bailarinos do Grupo Corpo em 'Primavera', primeiro espetáculo presencial da companhia desde o começo da pandemia de Covid-19

Supremacia baixa

Baixinhos pela própria natureza

Gregorio Duvivier
É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

Todo canalha é magro, dizia Nelson Rodrigues. Queria concordar. Estou engordando. Mas discordo. Conheci gordinhos canalhas, mas baixinhos nunca.

O baixinho, até quando é chato, passa batido. Um chato comprido não termina nunca. Um mala de dois metros de altura estraga sua noite e pode estragar sua vida. O baixinho, quando chato, diverte.

Perceba como os altos são prolixos: Tolstói, Foster Wallace, Knausgard, Fidel Castro, todos gigantes que não conseguiam parar de falar. Os baixinhos —Nelson, Millôr, Chico, Vinicius— precisam de poucas palavras pra dizer um romance inteiro. Nossa música foi inventada por baixinhos (Carmen Miranda, Jorge Ben, João Gilberto) que ensinaram o mundo a cantar baixinho, marchinhas e outras músicas curtas. Daí a MPB: música popular baixinha.

E digo mais: nunca conheci um canalha que não fosse alto. Até porque o imbecil, quando não é enorme, fica parecendo. Atenção: não digo que todo alto seja um canalha. Conheço galalaus de ótimo coração. Tenho até amigos altos. Mas tem um tipo de empáfia que só se alcança depois do 1,80 metro.

O apelido de Bolsonaro, no Exército, era cavalão —nosso pior presidente da história recente tem 1,85 metro, bem acima da média nacional. Um sujeito que, não fosse alto, não teria essa empáfia. Reconheço nele a desfaçatez dos compridos, a jactância dos que cresceram demais. Um baixinho não desafiaria o vírus, um baixinho não negaria a vacina, até porque um baixinho, isso é sabido, não nega nada a ninguém.

Nosso segundo pior presidente ficava logo atrás de Bolsonaro na fila da altura. "Empertigado em seu 1,84 metro, parecia o mais alto de todos" —assim Mario Sergio Conti descreve Collor, em sua posse, em "Notícias do Planalto". Imitamos o amor dos americanos pela estatura —estatisticamente, o eleitor estadunidense prefere os varapaus. Todo presidente por lá tem mais de seis pés. Trump tem 1,90 metro. Não tinha como não ter.

Já nossos presidentes mais baixinhos foram Lula (1,68 metro) e Getúlio (1,63 metro). Goste ou não deles, também foram os mais populares. O baixinho, afinal, só quer ser gostado. O desfavorecido verticalmente está acostumado a conciliar. O baixinho não manda, negocia. Pede com jeitinho até conseguir.

Leônidas, Zizinho, Garrincha, Romário, todos tinham menos de 1,70 metro. Pelé, Tostão, Zico, nenhum passava de 1,75 metro. O Brasil, encurtado pela própria natureza, fica minúsculo quando quer ser gigante. Vira um colosso quando se assume baixinho. Põe o país nas mãos de um baixinho que a gente voa.

Catarina Bessell

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série nacional sobre jovens da periferia ganha nova temporada

Sintonia
Netflix, 16 anos
Criada por KondZilla, um dos maiores produtores musicais do país, junto de Felipe Braga e Guilherme Quintella, "Sintonia" causou impacto em 2019 ao contar a história de três jovens da periferia de São Paulo. Doni, vivido por Jottapê, sonha em ser cantor de funk; Rita, papel de Bruna Mascarenhas, quer ser pastora evangélica; e Nando, feito por Christian Malheiros, se envolve com o crime. A nova temporada tem participações especiais de Alok e MC Kevinho.

Jovem Pan News
Já disponível no aplicativo e no canal Panflix no YouTube, a programação audiovisual da rádio Jovem Pan agora também pode ser vista nos canais 581 da plataforma Vivo Play, 576 da Sky e sete das antenas parabólicas, além de estar disponível nos aplicativos DirecTV Go e Oi Play.

Um Lobo Entre Nós
Amazon Prime Video, 16 anos
Um dos filmes mais vistos da plataforma é esta comédia de terror baseada em um videogame popular, em que lobisomens atacam uma pequena cidade. Também disponível para compra e aluguel em diversas plataformas.

O Editor e o Acaso
YouTube da Companhia das Letras, 20h
As celebrações dos 35 anos da editora Companhia das Letras prosseguem com esta palestra do escritor e editor Luiz Schwarcz.

Entre Vales
Canal Brasil, 20h, 12 anos
Ângelo Antônio faz um empresário que, depois da morte de seu filho e da traição de um sócio, vai morar num lixão. Direção de Philippe Barcinski.

Four Hours at the Capitol
HBO, 22h10, 16 anos
O documentário de Jamie Roberts registra a invasão do Congresso americano, em 6 de janeiro passado, por partidários de Donald Trump que queriam melar o resultado das eleições presidenciais americanas do ano passado.

Em Foco com Andréia Sadi
Globo News, 23h30, livre
Depois de cumprir licença-maternidade, a jornalista Andréia Sadi está de volta ao ar com seu programa de entrevistas com grandes nomes da política brasileira.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU
texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	3			9			5	
						2		4
4			6		1			3
				1	4		2	
	1		2		6		3	
	6		8	7				
8			7		9			6
7		9						
	5			4			7	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	3	6	4	9	7	1	5	8
1	9	7	3	8	5	2	6	4
4	8	5	6	2	1	7	9	3
3	7	8	9	1	4	6	2	5
9	1	4	2	5	6	8	3	7
5	6	2	8	7	3	4	1	9
8	2	1	7	3	9	5	4	6
7	4	9	5	6	2	3	8	1
6	5	3	1	4	8	9	7	2

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Ato de jogar ou dar as cartas num jogo **2.** Diz-se de mulher sujeita a ataques **3.** Ação de apartar do leite **4.** Que tem o miolo vazio / Aparato magnífico e luxuoso **5.** Sigla do estado de Imperatriz e Açailândia / Ave que se coloca entre a pomba verdadeira e a rola **6.** Escolher entre duas possibilidades que se excluem ou são incompatíveis entre si / Cútis **7.** Unir por laços fraternos **8.** Árvore de frutos de miolo branco e sementes negras / Instituto de Psiquiatria **9.** Rosto, cara, semblante / Ensopado de carne **10.** Que já não existe / A engenharia das construções **11.** Laço apertado, difícil de se desfazer / Um dente pontudo **12.** Retirada precipitada **13.** Convencimento, vanglória.

VERTICAIS
1. Igreja principal / O oposto de engrossar **2.** Que ou quem corta fora a cabeça **3.** Aventura amorosa / (Gír.) Qualquer objeto pequeno e mais ou menos insignificante / Vera Fischer, atriz **4.** Administração / O chef britânico Oliver / Abreviatura (em português) da Colômbia **5.** Fazer recontagem (de votos) / De preço muito alto **6.** Grande ilha asiática / Um dos extremos do aparelho respiratório **7.** Religioso que vive em isolamento ascético / Que deseja com muita vontade **8.** (Sigla) Instituto de Antropologia / (Bot.) Apêndice membranoso de uma semente **9.** Ramo subterrâneo de uma planta / O do gato é um recurso que permite escapar de uma situação difícil.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	■	■							
2	■								■
3								■	
4				■					
5			■						
6						■			
7	■								■
8							■		
9					■				
10				■					
11			■						
12									■
13		■						■	■

HORIZONTAIS: 1. Carteio, **2.** Dadeira, **3.** Desmame, **4.** Oco, Pompa, **5.** MA, Juriti, **6.** Optar, Tez, **7.** Irmanar, **8.** Ateira, Ip, **9.** Face, Ragu, **10.** Ido, Civil, **11.** Nó, Canino, **12.** Arvorada, **13.** Flosô. **VERTICAIS: 1.** Domo, Afinar, **2.** Decapitador, **3.** Caso, Treco, VF, **4.** Adm, Jamie, Col, **5.** Reapurar, Caro, **6.** Timor, Narinas, **7.** Eremita, Ávido, **8.** IA, Pterígina, **9.** Raiz, Pulo.

André Stefanini

Quatro horas de vida em rebanho

Documentário mostra a experiência dos doidos que invadiram o Capitólio

Marcelo Coelho

Autor dos romances 'Jantando com Melvin' e 'Noturno', é mestre em sociologia pela USP

Muita reportagem e pesquisa ainda deve estar sendo feita sobre a multidão que invadiu o Capitólio, em janeiro deste ano, para melar o jogo das eleições americanas.

Um documentário da BBC, "Four Hours at the Capitol", ajuda a conhecer um pouco melhor o caso.

Não faltaram, é óbvio, câmeras de celular e circuitos internos de TV para registrar a invasão. As imagens são nítidas ao extremo, tomadas a um nariz de distância do policial ou do maluco envolvido no conflito.

E há também entrevistas com alguns personagens, meses depois. Aqui as coisas ficam realmente curiosas.

Três ou quatro defensores de Trump dão seus depoimentos; com certeza, os mais alucinados não devem ter topado nenhuma entrevista.

O fato é que eles, à primeira vista, não parecem loucos nem raivosos. Assim como existe a "banalidade do mal", existe também a "normalidade do fanatismo".

Alguns entrevistados se encaixam no perfil majoritário dos manifestantes: brucutus brancos e gordos, carecas e de barba.

Outros dois poderiam perfeitamente passar por hippies ou simpatizantes da esquerda. O mais jovem, de cabelo louro bem moderninho e óculos John Lennon, faz o tipo Brad Pitt.

O segundo, magro, barbudo e com cachinhos, parece só um maconheiro inofensivo. Confirma plenamente a aparência, aliás. Foi dos primeiros a entrar no Capitólio, depois de alguém quebrar o vidro de uma janela dos fundos.

Naquele momento, eram só uns 20 gatos pingados a pisar nos corredores de mármore do Congresso. Tinham vencido três ridículas barreiras de policiais; entram, sem acreditar no que aconteceu. O edifício é enorme, há longos corredores e lustres magníficos. Nossos heróis ficam boquiabertos e não sabem para onde ir.

Fazem então o que toda "pessoa normal" faria: tiram selfies, andam a esmo, como turistas. Mais adiante, veem-se debaixo da portentosa cúpula do palácio. O carinha de cabelos cacheados toma a iniciativa.

Tinha trazido sete baseados no bolso. Oferece a seus companheiros de armas. Um idoso de boné, esse sim trumpista típico (gordo, careca, cavanhaque branco) aceita de primeira.

Não se vê ódio no rosto dos que fazem parte desse grupo. Incapacidade mental, sobretudo. Eles obedeceram à convocação do presidente "deles", foram indo, indo... E terminaram lá.

Os invasores entrevistados no documentário parecem até certo ponto normais e tranquilos. Têm uma noção da realidade cotidiana —descrevem suas sensações com bastante clareza. Só quando a entrevista avança um pouco é que se percebe a loucura. O mesmo "cidadão tranquilo" que estava contando sua experiência turística passa a justificar seus atos: "Por anos, 800 mil crianças são raptadas e escravizadas sexualmente no país... Por isso eu apoio Trump".

Claro que o próprio ex-presidente dá o tom desses delírios. Os manifestantes, diz ele, não estavam em conflito com a polícia... "Todos se abraçavam, se beijavam!"

Não é o que se vê, claro, nas cenas mais tensas do documentário. Enquanto uns poucos fumavam maconha no saguão principal e passeavam pelo Senado, outro grupo, bem mais enraivecido, forçava a entrada no plenário da Câmara, ainda cheio de deputados e deputadas encolhidos atrás das mesas.

Imagino que, se os invasores fossem negros e latinos, teriam sido mortos aos montes. A prudência dos policiais era visível.

Mesmo assim, um segurança disparou —não sei se é coincidência, mas matou uma mulher. Seja como for, obedeceu-se à regra: quando eles atiram, atiram para matar.

Com essa vítima, a invasão do plenário foi sustada na hora.

A terceira frente foi o caso mais interessante, do ponto de vista teórico.

A grande massa estava fora do edifício, mas descobriu uma passagem, uma espécie de túnel, com largura para três ou quatro pessoas. Do lado de dentro, os policiais se espremiam para contê-los.

Sem o uso de armas, o que prevaleceu foi o empurra-empurra, o corpo a corpo, uma espécie grupal de sumô, o "eros" da vida em rebanho. Só quando chegam tropas estaduais, de metralhadora em punho, o impasse se resolve.

É como se, numa época de manipulação virtual e celulares, a luta política retornasse à sua fisicalidade essencial. Poderia ter sido muito mais violenta do que foi. Com pandemia e distanciamento social, tudo se traduziu em carne, em força humana, em corpo. Não sei se isso tem algum efeito benéfico; mas, para quem vive em pleno delírio e conspiração, imagino que toda aquela cretinice tenha conhecido algum contato com o real.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | **QUI. Drauzio Varella,** Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti